

Revista

ISSN - 2595-9778

FONTES DOCUMENTAIS

v. 02 n. 03 - set./dez. 2019



**Desejamos a todos um
Feliz 2020!**



Revista

ISSN - 2595-9778

FONTES DOCUMENTAIS

v. 02 n. 03 - set./dez. 2019



**Desejamos a todos um
Feliz 2020!**

EXPEDIENTE

*Publicação Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 2, n. 3, set./dez., 2019.
quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das
Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Conselho Editorial

Dr. Edilson Damasio - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);

Profa. Dra. Silvânia Santana Costa - Universidade Tiradentes (UNIT);

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Comitê Avaliativo

Prof. Ma. Andreia Bispo dos Santos – Rede Estadual de Sergipe;

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Ma. Jandira Reis Vasconcelos – Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Profa. Ma. Márcia Ivo Braz - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Profa. Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Universidade Paranaense (UNIPAR);

Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Consultora de TI

Cecília Santos Almeida

Normalização

Salim Silva Souza

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Revisão de Texto

Jéssica Mirelle Lopes Matos;
Maria Monize Andrade de Paula
Paloma Oliveira;
Cláudia Andrade;
Luana Carla de Andrade

Colaboração

Vanuci Fernanda Freitas da Silva;
Edite Santos de Araújo

Produção

Agencia Personale;
GEPHIBES/IFS

Indexadores

Latindex;
Livre;
BRAPCI;
Diadorim;
Súmarios;
Google Acadêmico

Apoio

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Reitora: Ruth Sales Gama De Andrade

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em
História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 2, n. 3
(2018) – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral
ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico:
<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal
de Sergipe.

CDU 02(05)
CDD 020.5

**A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição
não comercial 4.0 internacional.**

EDITORIAL

A Revista Fontes Documentais é um periódico quadrimestral, organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS, e tem como objetivo atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Educação, História e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em seu terceiro número deste ano, compreendendo os meses de setembro a dezembro de 2019 vem trazendo, além dos artigos originais e entrevista com um profissional qualificado, vem trazendo uma nova sessão intitulada: Informação, Cultura e Patrimônio.

Essa seção foi criada com o objetivo de ampliar a reflexão sobre Informação, Cultura e Patrimônio Histórico na “Era Pós-Custodial”, “Era da Informação” e “Era Digital”, em que estamos imersos, com o inevitável repensar a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Documentação, a Museologia e a Ciência da Informação, através de estudos teóricos conceituais alargados e renovados e na perspectiva da visão Multi, Inter e Transdisciplinar (MIT).

O intuito desta seção dentro da Revista Fontes Documentais é aflorar de forma muito direcionada ao descortinar da proximidade existente entre conceitos de Cultura e Patrimônio, com conceitos de Informação, havendo a possibilidade de expansão da semântica e dos debates que fazem todo o sentido no âmbito do desenvolvimento do saber Ciência da Informação. Espera-se contribuições fecundas e promissoras sobre resultados ilimitados da Ciência da Informação, obtidos em estudos e pesquisas sobre o tema em tela, voltados ao aprofundamento de sua cientificidade ajustada aos problemas e aos limites epistêmicos das Ciências Sociais e Humanas.

Serão bem-vindos ensaios sobre fenômenos e manifestações culturais e patrimoniais, no campo da práxis, por meio dos quais as pessoas transformam o mundo em que vivem, conferindo o essencial debate em torno e no entorno do Cultural e Patrimonial desta Era Pós-Custodial, da Informação e do Digital, com os níveis do ser e do social. Essa seção será coordenada pela Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda (UFBA).

E para encerrar o ano com chave de ouro, a Revista Fontes Documentais convida a todos a apreciar as pesquisas desenvolvidas a seguir:

Começando essa edição, temos o artigo da professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS), Departamento de Ciência da Informação da UFS (DCI/UFS), Lorena de Oliveira Souza Campello, em parceria com os mestrandos do PPGCI, Jacilene de Jesus Oliveira e Wellington Oliveira Sales Junior, intitulado **Arquivos pessoais: aplicações da arquivologia na organização dos arquivos de Manuel Armindo Cordeiro Guaraná**, onde nos conduzirá para um passeio histórico sobre uma das personalidades mais ilustres do estado sergipano por meio da análise da documentação de Armindo Guaraná.

Em seguida o artigo intitulado **Digitalização de documentos: soluções de qualidade para acervos arquivísticos**, do doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), Pablo Soledade de Almeida Santos e da Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda (PPGCI/UFBA), traz um relato de experiência que demonstra apontamentos para a sistematização e aplicabilidade de um Modelo de Produtividade de Digitalização para documentos arquivísticos, corroborando com a ampliação do acesso à informação e ações de preservação dos arquivos.

O artigo intitulado **As tecnologias digitais no contexto educacional para a autonomia dos sujeitos**, apresenta um estudo, realizado por Glauber Cassiano, Camila Bahia Góes e a Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves, todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFBA), que se propôs a discutir as potencialidades tais como, capacidade, engajamento e a funcionalidade das tecnologias digitais para a autonomia do sujeito na escola, no contexto da Era da Informação, frente a cultura do modelo político e econômico liberal.

No contexto de biblioteca, iremos nos deleitar com o artigo das bibliotecárias do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Gisele de Melo Viana e Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante em parceria com a professora doutora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Jussara Santos Pimenta, cujo título é **Caminhos da leitura: a experiência da “Tenda de Leitura” no Instituto Federal de Rondônia Campus Cacoal**, que apresenta a experiência vivenciada no projeto título do estudo, que buscou aproximar a biblioteca do Instituto Federal de Rondônia do *campus* Cacoal à comunidade externa por meio de ações de incentivo à leitura, com a oferta de uma biblioteca itinerante.

Para iniciar nossa mais nova seção, a de Informação, Cultura e Patrimônio, vamos apreciar o artigo **Memórias da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira – Bahia / Brasil**, o qual foi apresentado no 5º Congresso Internacional Casa Nobre: um patrimônio para o futuro em dezembro de 2017, realizado em Portugal, pelas autoras: Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda e as bibliotecárias Patrícia Reis Moreira Sales (UFRB) e Eva Dayane Jesus dos Santos (UFBA). Esta pesquisa busca suscitar reflexões sobre patrimônio documental relativo aos arquivos, aos monumentos arquitetônicos e urbanísticos e às manifestações culturais, em sua espacialidade.

E para fechar essa edição temos uma **entrevista com o Prof. Dr. Grimaldo Carneiro Zachariádhés**, coordenador do Núcleo de Estudos Sobre o Regime Militar (NERM), desde 2012, coordenador do Projeto "Resgate da História" que mapeou e coletou milhões de documentos sobre a Ditadura militar nos estados brasileiros, além de autor e organizador de quatro livros. Ele nos contará por meio de sua experiência pessoal e profissional a importância da documentação arquivística em seu trabalho.

Esse número apresenta cinco trabalhos de excelente qualidade, além de uma entrevista memorável.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Zeny Duarte de Miranda
Profa. Dra. do PPGCI/UFBA

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **03**

❖ ARTIGOS

ARQUIVOS PESSOAIS: APLICAÇÕES DA ARQUIVOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DE MANUEL ARMINDO CORDEIRO GUARANÁ

(Lorena de Oliveira Souza Campello, Jacilene de Jesus Oliveira e Wellington Oliveira Sales Junior) _____ **06**

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: SOLUÇÕES DE QUALIDADE PARA ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

(Pablo Soledade de Almeida Santos e Zeny Duarte de Miranda) _____ **26**

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL PARA A AUTONOMIA DOS SUJEITOS

(Glauber Cassiano, Camila Bahia Góes e Bárbara Coelho Neves) _____ **43**

CAMINHOS DA LEITURA: A EXPERIÊNCIA DA “TENDA DE LEITURA” NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS CACOAL

(Gisele de Melo Viana, Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante e Jussara Santos Pimenta) _____ **59**

❖ INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

MEMÓRIAS DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE EM CACHOEIRA – BAHIA / BRASIL

(Zeny Duarte de Miranda, Patrícia Reis Moreira Sales e Eva Dayane Jesus dos Santos) _____ **75**

❖ ENTREVISTA COM O HISTORIADOR GRIMALDO CARNEIRO ZACHARÍADHES

(Andreia Bispo dos Santos) _____ **93**

ARQUIVOS PESSOAIS: APLICAÇÕES DA ARQUIVOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DE MANUEL ARMINDO CORDEIRO GUARANÁ

PERSONAL ARCHIVES: ARCHIVOLOGY APPLICATIONS IN THE ORGANIZATION OF THE ARCHIVES OF MANUEL ARMINDO CORDEIRO GUARANÁ

Lorena de Oliveira Souza Campello

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA/UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1176-6760>. E-mail: lorenacampello@hotmail.com

Jacilene de Jesus Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Bibliotecária do Instituto Federal de Sergipe (IFS) – Campus São Cristóvão. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9078-9065>. E-mail: jesusjacilene@gmail.com

Wellington Oliveira Sales Junior

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Graduação em Engenharia de Produção pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-9832>. E-mail: wosjr_86@hotmail.com

Resumo

Este trabalho é o resultado de um laboratório realizado pela disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-Universidade Federal de Sergipe / PPGCI-UFS, o estudo teve como objetivo analisar se a documentação de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná) relacionando a teoria com os conhecimentos apreendidos no curso da disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação do PPGCI-UFS. A pesquisa utilizou como metodologia, a pesquisa bibliográfica básica para estruturar e facilitar seu entendimento. Assim, o trabalho foi desenvolvido em grupo no Instituto Geográfico Histórico de Sergipe - IGHS, onde houve a manipulação dos arquivos pessoais de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná). Os resultados apresentam a biografia cronologia do e nas análises do conjunto documental estão representados em gráficos as informações coletadas.

Palavras chave: Arquivo pessoal. Prática arquivística. Armindo Guaraná.

Abstract

This work is the result of a laboratory conducted by the discipline Special Topics in Information Science from the Graduate Program in Information Science from the Federal University of Sergipe / PPGCI-UFS. The study had as its objective to analyze the Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná) documentation relating the theory with the knowledge learned in the course of Special Topics in Information Science. The research used as methodology the basic bibliographic research to structure and facilitate its understanding. Thus, the work was developed in a group at the Historical Geographic Institute of Sergipe (IGHS), where the personal files of Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná) were manipulated. The results present the biography chronology and in the documentary set analysis the information collected is represented in graphs.

Keywords: Personal archive. Archival practice. Armindo Guaraná.

1 INTRODUÇÃO

Armindo Guaraná nasceu em 4 de agosto de 1848, São Cristóvão (SE). Em 1871, bacharelou-se no Recife (PE) e participou ativamente do ambiente cultural do estado. Dedicou-se ao jornalismo, a política, a magistratura e a história, elaborando diversos trabalhos que enriqueceram a estante sergipana, como Jornais, Revistas e outras publicações periódicas, de 1832 a 1908. Armindo Guaraná morreu, em Aracaju, em 10 de maio de 1924. (GUARANÁ, 1925, p. 07¹)

A documentação que compõe o fundo documental de Armindo Guaraná, representa as funções e as atividades desempenhadas ao longo da carreira acadêmica e profissional desse ilustre sergipano. A imersão no pequeno demonstrativo no arquivo de Armindo Guaraná, de forma direta, nos revelou algumas experiências vividas por ele.

Assim, os documentos resultantes de atividades de pessoas ilustres em seu tempo e que pela sua vida foram imortalizados em seus documentos pessoais, podem ser considerados arquivos pessoais e compor um fundo.

Este trabalho é o resultado de um laboratório realizado pela disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação do PPGCI-UFS, teve como objetivo principal reunir a teoria e a prática dos conhecimentos apreendidos no curso da disciplina.

O trabalho foi desenvolvido em grupo no Instituto Geográfico Histórico de Sergipe - IGHS, onde houve o tratamento dos arquivos de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná). O trabalho teve como objetivo geral, analisar se a documentação de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná) relacionando a prática com os conhecimentos apreendidos no curso da disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação do PPGCI-UFS.

Todas as informações contidas no fundo, Armindo Guaraná interessam a toda sociedade como fonte de pesquisa e são dotadas de singularidade, uma vez que, foram produzidas ao longo da vida, sem a finalidade de serem históricas e culturais, embora possam adquirir valores que lhes são inatos por testemunharem a memória de quem os acumulou ou produziu.

¹ Página preliminar

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a definição de Delmas (2010), arquivos, ou conjuntos documentais, servem para preservar a memória, provar direitos, lembrar para agir, compreender para entender, identificar para existir e, por fim, enfraquecer ou reforçar a memória.

Para Fonseca (2015), a Arquivologia é a ciência dos arquivos, sendo independente com postura interdisciplinar. Logo, arquivos é um conjunto estruturado de documentos acumulados naturalmente ou obrigatoriamente por instituição ou pessoa. Por muito tempo, a Arquivologia foi rotulada como “braço auxiliar” da História.

Segundo Delmas (2010), os objetos da Arquivologia são: Conjunto de documentos e instituições, teoria, método e técnicas amparadas pela constituição. No que cerne o campo de atuação: conservação, restauração e reprodução de arquivos; gestão de documentos; legislação arquivística; identificação de arquivos; proposição de novas políticas públicas na área; formação profissional.

Arquivo Nacional (2005), o domínio dos seguintes conceitos é essencial para o entendimento da atividade arquivística:

Rodrigues (2006, p. 105), diz que arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família.

Já para Belloto (1989, p. 21), os arquivos constituem essencialmente fontes de informação. Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privada nos exercícios das funções e atividades que comprovem e justifiquem suas existências.

Para Carmago (2009 p.29), arquivos pessoais são documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos. O autor continua, os arquivos pessoais também são parcelas de documento pessoal que não resultam do exercício de funções públicas e que são representados por documentos identitários.

Arquivo: entidade responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pelo tratamento dos arquivos sob sua jurisdição; arquivo: conjunto de documentos que independente; de sua natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas (PF) ou pessoas jurídicas (PJ); Fundo: unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulador por uma entidade que no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras entidades.

Sendo considerado o nascedouro do trabalho dos arquivistas. É estritamente necessário, ao identificar fundos diferentes, deve-se haver separação imediata; Coleção: é a reunião artificial de documentos que, não mantendo coleção orgânica entre si, apresentam alguma característica em comum.

Deve-se ressaltar que coleção difere de arquivo; Documento: é a fonte para o historiador, unidade constituída pela informação registrada em um suporte. Enquanto o documento de arquivo é definido como unidade documental constituída de informação, registrada em um suporte e possuindo uma contextualização.

Segundo Fonseca (2015) e, os documentos à luz da arquivologia, devem seguir determinados princípios arquivísticos:

- Proveniência: é a reunião de fundos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo dispostos em determinada ordem. Deve-se respeitar a ordem natural dos documentos como uma extensão do respeito à procedência dos fundos.
- Unicidade: é a qualidade pelo qual os documentos de arquivo, no que cerne a forma, espécie e tipo;
- Organicidade: retrata a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. Cabe ressaltar que a ordem física não deve ser considerada como atributo para a Organicidade;
- Indivisibilidade: retrata a obrigatoriedade em não haver desmembramento do arquivo;
- Cumulatividade: refere-se à formação progressiva dos documentos.

Delmas (2010) defende que os documentos possuem funções: administrativas, arquivísticas.

Já para Duranti (1994), no que cerne a qualidade dos documentos, podem ser classificados como: Imparcialidade: os documentos são livres de preconceitos; Autenticidade: consideradas as ações do criador, possuindo valor de prova, livre de adulterações; Naturalidade: os documentos são acumulados naturalmente em decorrência das atividades do organismo produtor; Inter-relacionamento: são as relações com outros documentos no decorrer do andamento das transações pelo qual foram criados; Unidade: cada registro documental assume um lugar único no conjunto documental ao qual pertence. Mesmo existindo cópias de um registro, cada cópia é única.

Para Camargo (2009), a teoria arquivística traz a definição de arquivo enfatizando a ideia de correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza e comprova. Logo, os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos, as vezes são os próprios fatos, representando funções, processos, incidentes, eventos e atividades.

É interessante ressaltar, os arquivos pessoais enfrentam diversas críticas sobre seu enquadramento como documento, contudo a nova tendência da Arquivologia promove a cisão deste impasse, consolidando, assim, a temática dos arquivos pessoais, serem documentos. Os pessoais não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis.

O que os caracterizam é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Os arquivos pessoais sofrem diversas críticas pela possibilidade de ser algo de autopromoção, mas possui todas as características inatas dos arquivos. Logo, são uma construção natural, que nem sempre possuem imparcialidade (CAMARGO, 2009).

Rodrigues (2006) defende que as particularidades do produtor do arquivo se darão em função do respeito à proveniência. Logo, um conjunto de documentos que foram produzidos e recebidos por sujeitos distintos se constituem em fundo (vários arquivos em um só). A relação entre o produtor - entidade, pessoa ou família - e o arquivo fornece a identidade do conjunto de documentos e sua particularidade é indispensável. Sendo assim, a falta de autonomia do documento diz respeito à dependência do documento de arquivo dos demais que estão relacionados a ele e da sua filiação às atividades que o gerou. Cada documento encontrará seu significado dentro do conjunto ao qual pertence desde que mantida a Organicidade do arquivo.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido em duas etapas nas quais o grupo dos alunos mestrados do PPGCI-UFS, reuniu-se no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe para organizar um inventário cronológico de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná).

Nessa atividade, participaram 11 alunos e foram trabalhados 105 documentos do fundo documental de Armindo Guaraná, onde se atribuiu códigos de notação e divisão dos documentos entre os alunos. As fases do trabalho são demonstradas no quadro 01.

Quadro 01- Detalhamento das fases dos trabalhos

FASES	DESCRIÇÃO
1ª FASE	Reunião da professora com os alunos para orientar o desenvolvimento dos trabalhos;
2ª FASE	Realização de pesquisa sobre a vida e obra de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armino Guaraná);
3ª FASE	Divisão da turma em 02 grupos, para descrever a biografia cronológica de Armindo Guaraná
4ª FASE	Separação e distribuição da documentação entre os alunos;
5ª FASE	Inserção de código de notação;
6ª FASE	Análise dos documentos e preenchimento da ficha
7ª FASE	Compilação dos dados

Fonte: Autores

Inicialmente houve uma breve reunião, onde a professora orientou a turma acerca do desenvolvimento dos trabalhos no IHGS. Em seguida, a turma realizou uma pesquisa sobre a vida e obra de Armindo Guaraná.

Na terceira fase, houve divisão da turma em 02 grupos para descrever a biografia cronológica (sequência natural de acontecimentos no decorrer do tempo de vida) do ilustre Armindo Guaraná.

Na sequência, ocorreu separação e inserção do código de notação nos documentos do fundo de Armindo Guaraná, por um dos alunos participantes da aula laboratório, em 07 partes. Cada parte da documentação continha 15 unidades e foi distribuída para 07 alunos, totalizando 105 documentos.

Logo após, os alunos analisaram os documentos, preenchendo as fichas de identificação distribuídas pela professora, para que estas fossem encaminhadas à aluna responsável pela compilação dos dados e posterior envio destas para toda a turma. Essa parte da compilação foi auxiliada por 04 alunos que não trabalharam diretamente com a documentação física.

Assim, na estrutura do trabalho do fundo de Armindo Guaraná, foram disponibilizados 105 documentos, dos quais, cada um dos 07 mestrandos, analisaram 15 documentos, resultando em uma produção de um artigo e um inventário cronológico.

Todo trabalho foi desenvolvido em partes pelos alunos sobre a supervisão e orientação da professora, a ideia foi construir um documento único com participação da turma. Cada discente ficou responsável por uma parte. Assim, a turma concluiu o laboratório com êxito.

Nas análises desse pequeno fundo ficaram explicitadas as ações e atividades desempenhadas por Armindo Guaraná.

4 RESULTADOS

4.1 Biografia

Segundo Andrade (2017), aos 04 de agosto de 1848, nasceu na cidade de São Cristóvão (SE), então capital da Província de Sergipe Del Rei, Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, filho do advogado Teodoro Cordeiro Guaraná e Andreлина Muniz de Menezes Guaraná.

Era neto, pela linha paterna, do farmacêutico licenciado, José Teodoro Guaraná, natural da Bahia, que, tendo aderido à revolução da Sabinada, viu-se na contingência de refugiar-se em Sergipe, após o fracasso da referida revolução, a fim de escapar à perseguição dos que em nome da lei, defendiam o espírito conservador da época. Pela linha materna foi seu avô, o brioso militar Major Pedro Muniz Teles de Menezes, que lutou em defesa do Governo, nas lutas de 1817, e fizera as campanhas das Repúblicas do Prata.

Cursou as primeiras letras em sua cidade natal, na escola padre José Antônio Corrêa Braga, frequentando depois aulas dos professores Marcolino Rocha, Antônio José Rodrigues dos Cotias e Graciliano Aristides do Prado Pimentel. Em 1858, passou a ter aula de latim com o padre José Roberto de Oliveira. Mais tarde, cursou o internato de humanidades no Colégio 2 de dezembro, em Salvador (BA), e estudou no Atheneu Baiano, no qual se destacou, ganhando diploma.

Em 1865, transferiu-se para Recife (PE), onde fez o curso de Humanidades do Colégio das Artes, do Dr. Manoel Barbosa de Araújo e no Colégio São Joaquim, do Dr. Joaquim José de Campos. Posteriormente, março de 1867, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, em março de 1867, instituição renomada por formar uma elite de intelectuais liderados por Tobias Barreto. Concluiu a graduação em direito no ano de 1871.

Em 25 de outubro de 1872, iniciou seus trabalhos como Promotor Geral da Comarca de São Cristóvão (SE), por intermédio do Juiz de Direito da referida comarca, Alexandre Pinto Lobão.

Em 1873, por Decreto de 13 de outubro, foi provido em igual cargo para a Comarca de Itabaiana (SE). Removido a pedido, a 07 de julho de 1874 para São Cristóvão (SE), ali permaneceu até 03 de abril de 1878.

Aos 16 de março de 1878, Armindo Guaraná foi nomeado, por Carta Imperial, secretário da Província no Estado do Piauí. No mesmo ano foi habilitado ao cargo de Juiz de Direito, por ter exercido por mais de quatro anos o lugar do Promotor Público. Nesse ínterim, lecionou Latim no “Liceu Piauiense”.

No ano seguinte, aos 23 de dezembro foi nomeado Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial de Sergipe, pelo presidente da Província local, Fernandes Santos, tornando-se, em 23 de maio de 1881, Promotor Público da Comarca de Estância (SE), indicado pelo Presidente da Província, Herculano Marcos Inglês de Souza.

No dia 13 de maio de 1882, Armindo Guaraná foi nomeado para secretário da Província do Ceará, por Carta Imperial, e em setembro deste mesmo ano, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Oeiras, antiga capital do Piauí, por decreto. Em novembro, desse mesmo ano, casou-se com a cearense Maria Luiza da Silva Guaraná. Da união não tiveram filhos.

Por Ato, em 11 de outubro de 1884, foi transferido para Itabaiana (SE), para exercer a magistratura. Dentre os cargos exercidos por Armindo Guaraná, vale destacar o de Chefe de Polícia Interino da Província de Sergipe, designado por Jerônimo Sodré Pereira, em 1889.

No ano de 1890, foi nomeado Juiz de Casamentos, em Aracaju (SE), pelo presidente do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca. Após doze dias, o Barão de Sobral lhe comunica essa nomeação, dando-lhe um prazo de três meses para exercer suas funções. Ainda em 1890, aos 08 de julho, foi para o Estado do Espírito Santo e lá ocupou a função de Desembargador do Tribunal de Justiça, nomeado pelo Governador, acumulando as funções de Procurador da Soberania do Estado. Dissolvido o Tribunal em consequência do movimento revolucionário que se operou no país, a Junta Governativa não reconheceu o seu direito de vitaliciedade, pelo que teve de acionar o Estado e foi declarado em disponibilidade.

Em 1891 transferiu sua residência para o Rio de Janeiro (RJ), onde advogou por espaço de 10 anos. Neste período foi convidado pela Diretoria da Sociedade Anônima de Loterias Nacionais, em 21 de fevereiro de 1894, para, no caráter de seu advogado e representante especial perante os Governos estaduais, obter a revisão dos contratos para extração de loterias.

Mediante concurso, por Decreto de 09 de setembro de 1902, nomeado Juiz Federal da Seção do Ceará, ficando no cargo até 09 de março de 1906, quando Leopoldo de Bulhões lhe concede a aposentadoria, encerrando assim sua trajetória jurídica. Após aposentar-se, mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ). Na capital federal começou a juntar os subsídios necessários para confecção de sua maior obra, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano.

Em 1907 foi escolhido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB para organizar o “Catálogo dos periódicos publicados em Sergipe de 1808 a 1908”, a fim de figurar na Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil e auxiliou o Dr. Sacramento Blake na redação do Dicionário Bibliográfico Brasileiro.

Em julho de 1911, retorna a Sergipe fixando-se na sua residência na cidade de Aracaju (SE). Pelo seu Estado fez parte da comissão organizadora do Quinto Congresso de Geografia

realizado na capital baiana, em 1916. Em outubro desse ano, foi designado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE para ir ao Recife (PE), em comissão com o Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Telles e Almirante Amintas Jorge, solicitar da família do Dr. Tobias Barreto a necessária permissão e trasladar para o solo natal os restos do grande pensador.

Aos 06 de outubro de 1917 foi designado pelo Presidente IHGSE, para, em comissão com Prado Sampaio, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Ávila Lima e Carvalho Lima Júnior, angariar documentos relativos à história e geografia de Sergipe, dados biográficos de sergipanos ilustres e estudos etnográficos do Estado para o “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, cabendo-lhe presidir e superintender os trabalhos da comissão.

Além da magistratura, se dedicou ao jornalismo e a política, e tinha paixão pelas produções históricas e até poesias, estas fundamentadas na composição de um vasto acervo de verbetes, e artigos biográficos sempre referentes aos sergipanos contemporâneos a ele.

Dessa forma, publicou diversos trabalhos em Jornais e Revistas: no Rio de Janeiro (RJ), “A Reforma”, “Jornal do Comércio” e “Gazeta da Tarde”; em Sergipe, “Diário de Notícias”, “Diário de Aracaju”, “Echo Liberal”, “Jornal de Sergipe”, “O Conservador”, “A Liberdade” e “O Guarani”; no Piauí, “A Imprensa”; e no Ceará, “O Cearense” e “A República”. E nos anuários “Almanaque Sergipano”; “Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro” e em outras publicações tomando parte com destaque nos torneios charadísticos, usando nestes do pseudônimo *Roderico*, em versos humorísticos; de *Harmódios*, *Tício*, *Frei Patrício das Pelaneas* e *Camelo de Cão Pelo* em artigos de combate. Nos demais assinava o próprio nome.

Em 1912, tornou-se Sócio Fundador do IHGSE e em 14 de julho de 1915, como Sócio Honorário. No Instituto, auxilia, por várias décadas, o desenvolvimento de produções literárias e históricas, através do seu acervo bibliográfico, documental e iconográfico, sobre os mais variados aspectos. Atuou como redator, entre os anos de 1912 a 1916, produzindo textos para complementar a sua revista trimestral; participou da diretoria do mesmo órgão como membro da Comissão de História e Arqueologia; e foi vice-presidente da instituição, no período de 1912 a 1913.

Na Revista do IHGSE, Armindo Guaraná, além de redator das publicações de número 2, 3, 4 e 5, foi autor de cinco trabalhos, sendo três biografias que foram características das suas produções. Entre tais escritos, merecem destaque os artigos intitulados: “1º Jornal de Sergipe, setembro de 1832: Antônio Fernandes Silveira e “Glossário etmológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe”. No primeiro, fala sobre o jornal *Recopilador Sergipano*, editado na cidade de Estância (SE), na Tipografia Silveira & Cia, de propriedade do monsenhor Antônio Fernandes da Silveira. Já no glossário encontramos a definição de várias

palavras presentes na oralidade dos sergipanos, estes remetidos ao nosso contexto linguístico, muitas vezes passam despercebidos, como os nomes de nossos rios, cidades, ou o próprio significado da palavra “Sergipe”.

Além do IHGSE, Armindo Guaraná mantinha vinculações com outras entidades, tais como: Azilo Mendicância Rio Branco, onde foi sócio fundador; sócio correspondente dos Institutos Arqueológico de Pernambuco e do Ceará, respectivamente aceito aos 10 de setembro de 1885 e 09 de março de 1907; sócio da Associação Aracajuana de Beneficência, do Orfanato São Cristóvão; Membro da Ordem Terceira que a presidiu e; por fim; em 12 de agosto de 1922, organizou a subcomissão de bibliografia da Academia Brasileira de Letras, em Sergipe. Na Academia Sergipana de Letras – ASL foi patrono da cadeira nº 5 e na de Letras Jurídicas foi patrono da cadeira de nº 21. Em abril de 1885, foi Condecorado com o busto e medalha do “Libertador Simão Bolívar”, pelo Governo da Venezuela (VEN) e em dezembro de 1912 conferiu-lhe medalha de ouro a “Société Academique d’Histoire” de Paris (FRA).

Ademais, o sergipano Armindo Guaraná foi o idealizador do “Dicionário Biobibliográfico Sergipano”. Sua principal obra tornou-se referência para a História de Sergipe, embora não tenha sido concluída por Guaraná, devido ao seu falecimento. A obra póstuma foi publicada no ano de 1925, graças aos esforços de Prado Sampaio e Epifânio Dória, que foram os editores e a determinação do presidente Maurício Graccho Cardoso, que autorizou os gastos com a publicação. Com o auxílio da Sr^a esposa e Epifânio Dória, o dicionário reuniu mais de 640 biografias dos mais ilustres sergipanos reconstituindo histórias da sociedade local entre o final do século XIX e início do XX e tem sido, em mais de 90 anos de circulação e uso, uma das principais fontes para o conhecimento dessas figuras, notadamente bacharéis em Direito, médicos, engenheiros, militares, farmacêuticos, agrônomos, que galgaram o destaque, intelectual, empresarial e político.

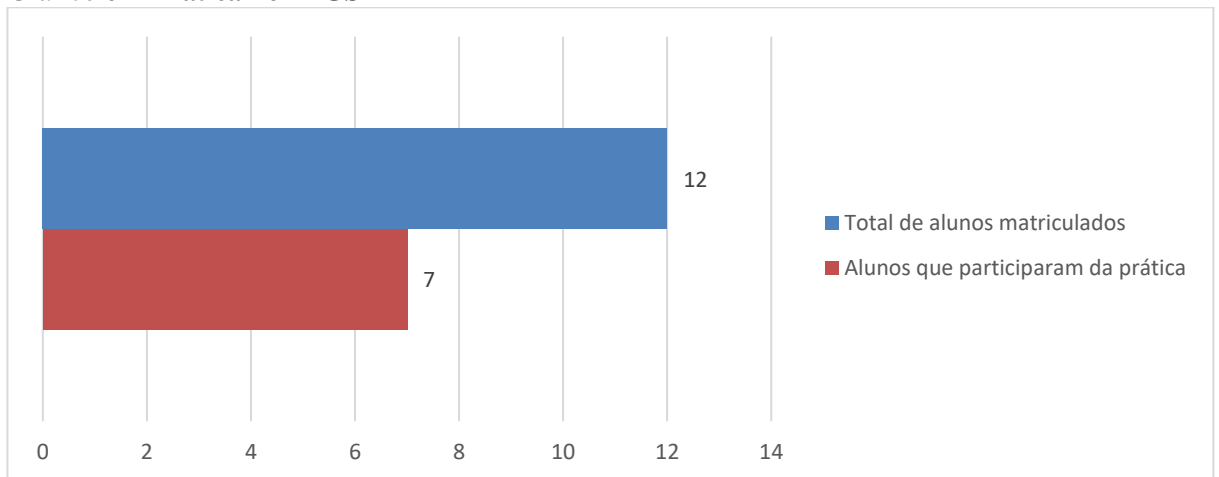
Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, faleceu em Aracaju (SE), em 10 de maio de 1924.

4.2 Análise do Conjunto Documental

A prática foi realizada nos dias 07 e 14 do mês de maio de 2019. Para dar andamento aos trabalhos, inicialmente, houve a apresentação do quantitativo geral do conjunto documental de Armindo Guaraná, consistindo em 464 documentos. Contudo, o texto, trata de uma biografia escrita por um funcionário da instituição (quando a professora Lorena era diretora), enviado pela Docente, consta um valor de 475 documentos. Para fins estatísticos a diferença representa apenas 2,37% de variação, ou seja, um valor desprezível.

A composição original da turma consistia em 12 alunos, contudo 1 aluno por motivos adversos desistiu da matéria, enquanto outros 4 por restrições pessoais ofereceram suporte ao desenvolvimento das atividades. Assim, apenas 7 pessoas manipularam o conjunto documental. Ver gráfico 01.

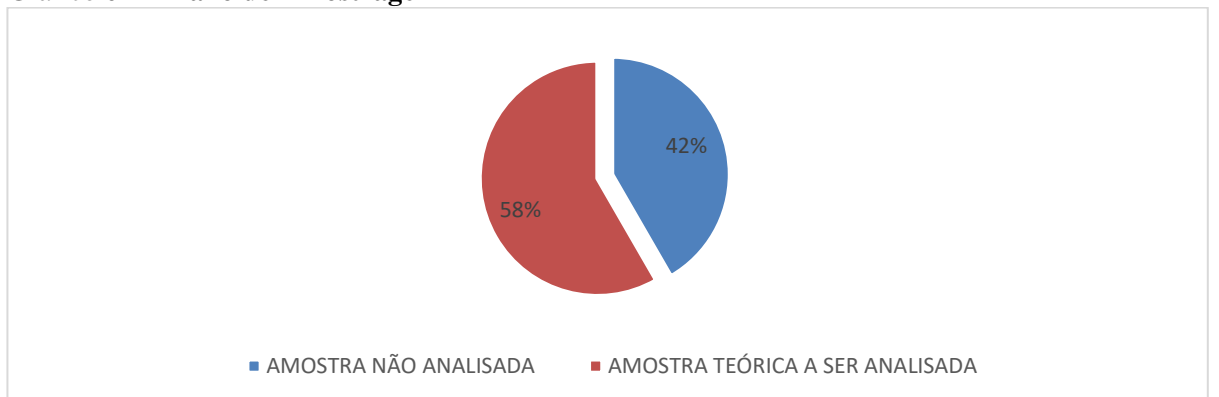
Gráfico 01- Prática no IHGSE



Fonte: Autores

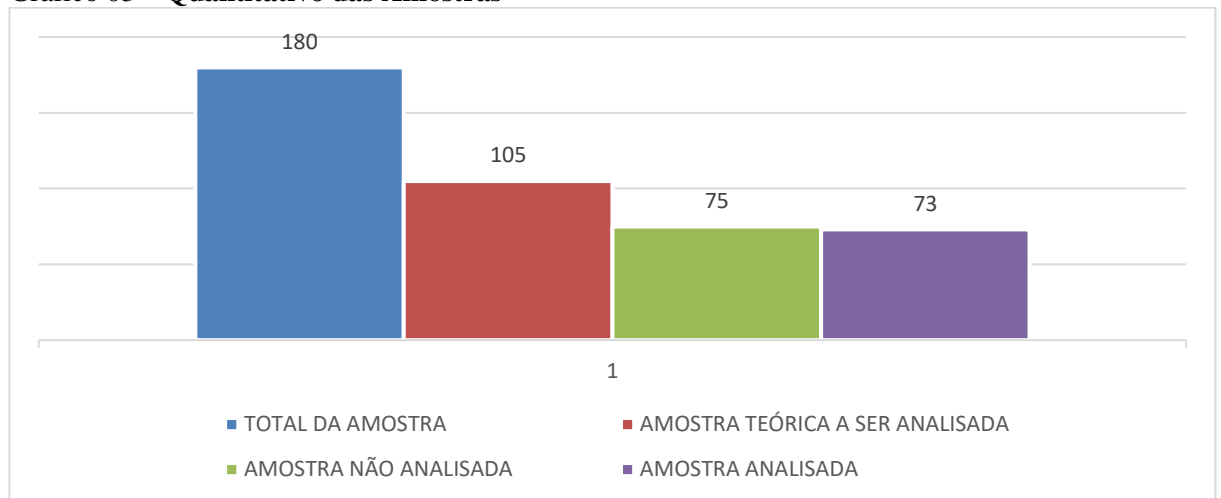
Por determinação da Docente, cada pessoa ficou responsável por analisar 15 documentos, assim, caso todos os alunos matriculados tivessem participado da prática, o valor amostral seria de 180 documentos, contudo, como apenas 7 pessoas trabalharam efetivamente na análise dos documentos, resultando um saldo teórico de 105, representando 58% do valor total da amostra, podendo ser visualizado conforme o gráfico 02. Porém, ao efetuar a compilação da produção, verificou-se apenas 73 documentos analisados, ou seja, o valor foi 30% menor, contendo um índice de desempenho, 70% entre os documentos efetivamente analisados e o saldo teórico de documentos. O gráfico 03 demonstra a síntese dessa explicação.

Gráfico 02 – Plano de Amostragem



Fonte: Autores

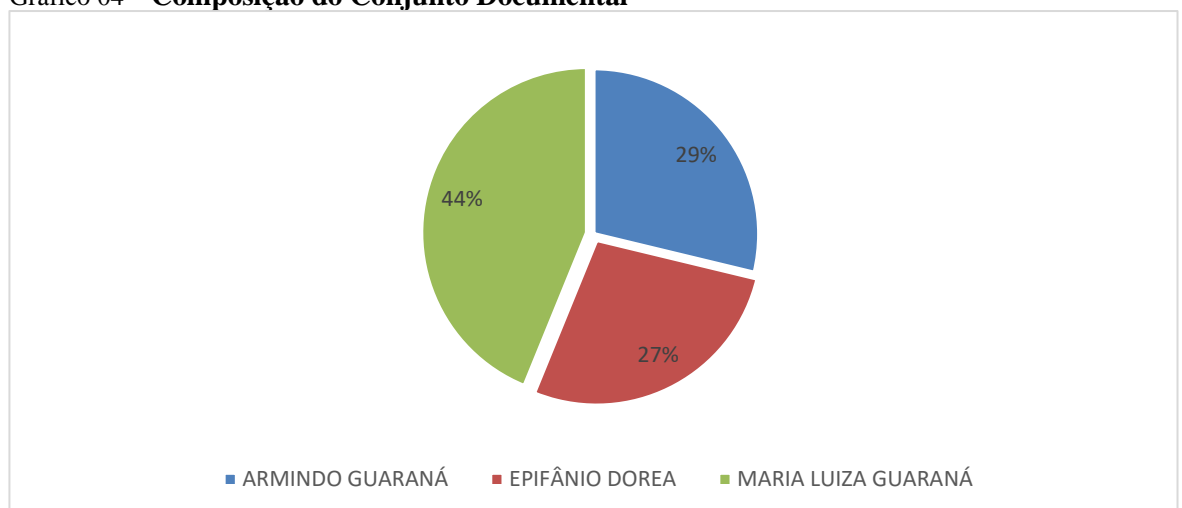
Gráfico 03 – Quantitativo das Amostras



Fonte: Autores

Após análise e triagem documental, concluiu-se que o conjunto documental de Armindo Guaraná é composto por 3 fundos: Maria Luíza Guaraná, Epifânio Dórea e do próprio Armindo Guaraná. Levando-se em conta os 73 documentos, a distribuição relativa dos fundos supracitados pode ser visualizada no gráfico 04. Assim, o fundo de Maria Luíza Guaraná foi o mais frequente na análise, dispondo de um valor de 44%, seguido do Fundo do próprio Armindo Guaraná com 29%.

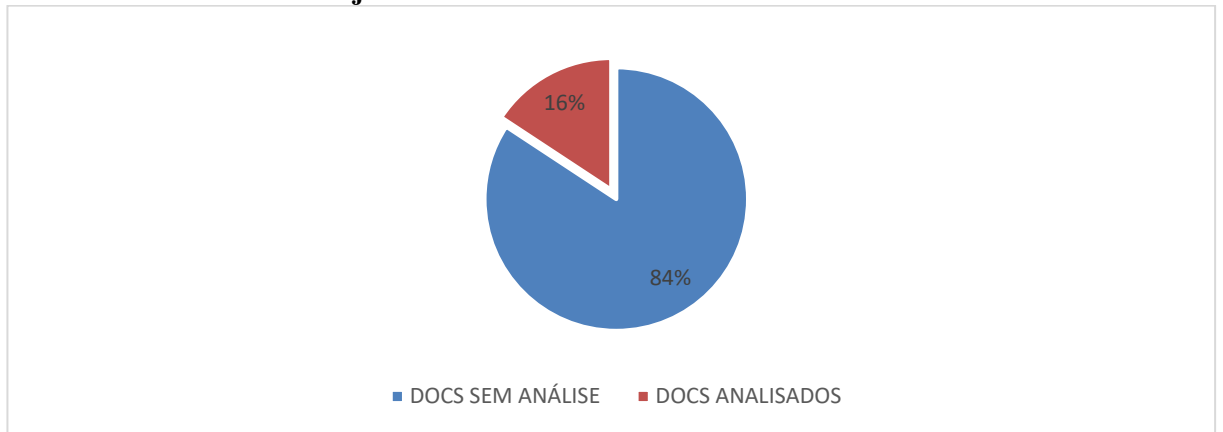
Gráfico 04 – Composição do Conjunto Documental



Fonte: Autores

É importante ressaltar que os documentos analisados representam uma pequena parcela de todo o conjunto documental, a junção dos fundos em análise representa apenas 16% dos 464 documentos, conforme o gráfico 05.

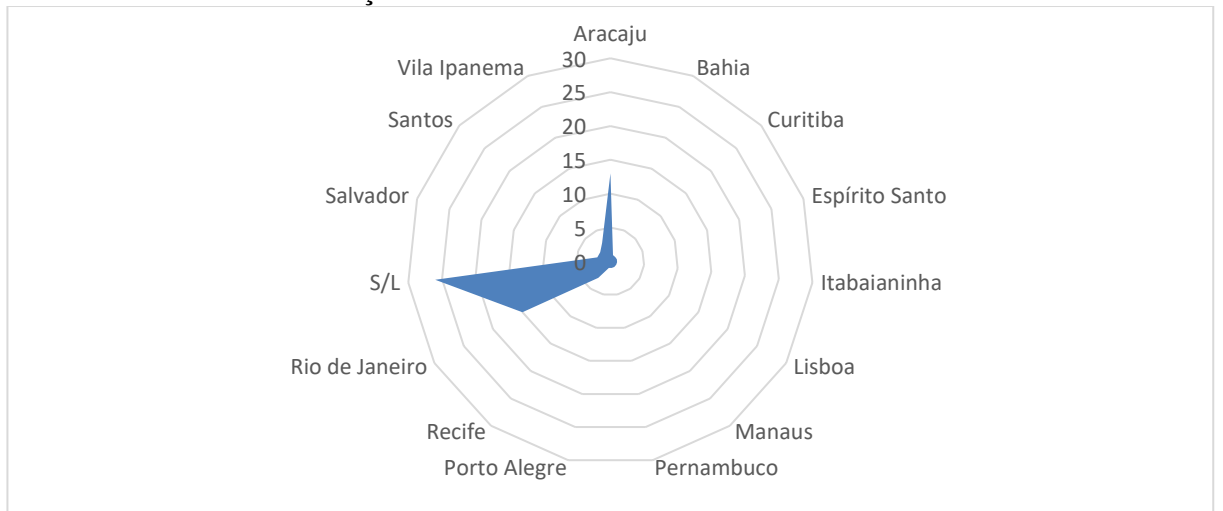
Gráfico 05 – Análise do Conjunto Documental



Fonte: Autores

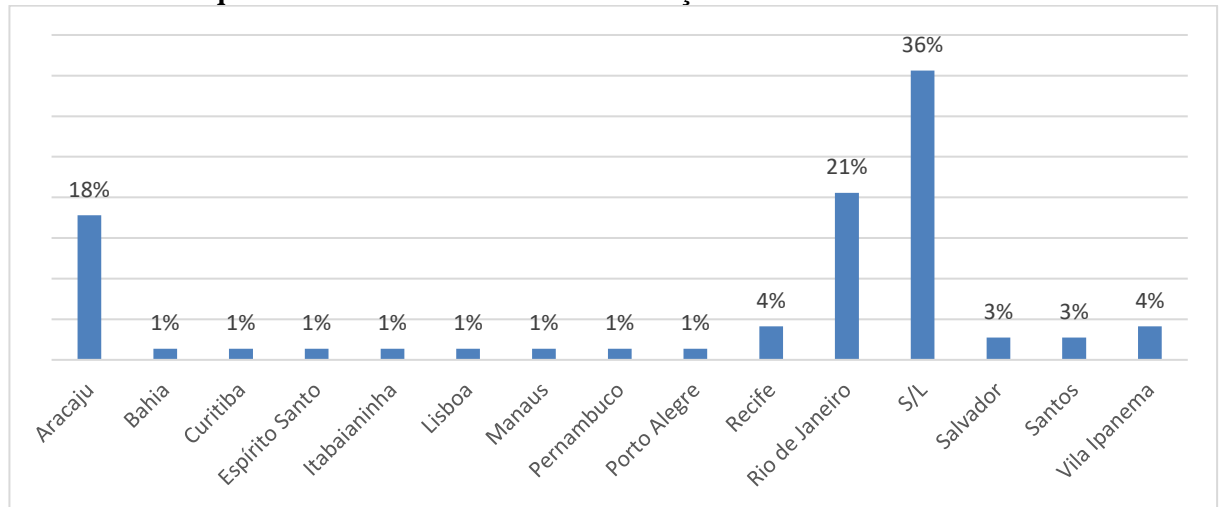
Constatou-se, pelas amostras, que houve uma variedade de locais de produção dos documentos, contudo, documentos sem localização foram os mais recorrentes, seguidos dos documentos produzidos no Rio de Janeiro, pois conforme o documento biográfico elaborado por Andrade (2017), Armindo Guaraná fez diversas publicações em jornais e revistas no referido estado. Tal fenômeno pode ser evidenciado no gráfico 06, enquanto o gráfico 07 demonstra de forma relativa à frequência das demais localidades.

Gráfico 06 - Locais de Produção



Fonte: Autores

Gráfico 07 – Frequência Relativa dos Locais de Produção

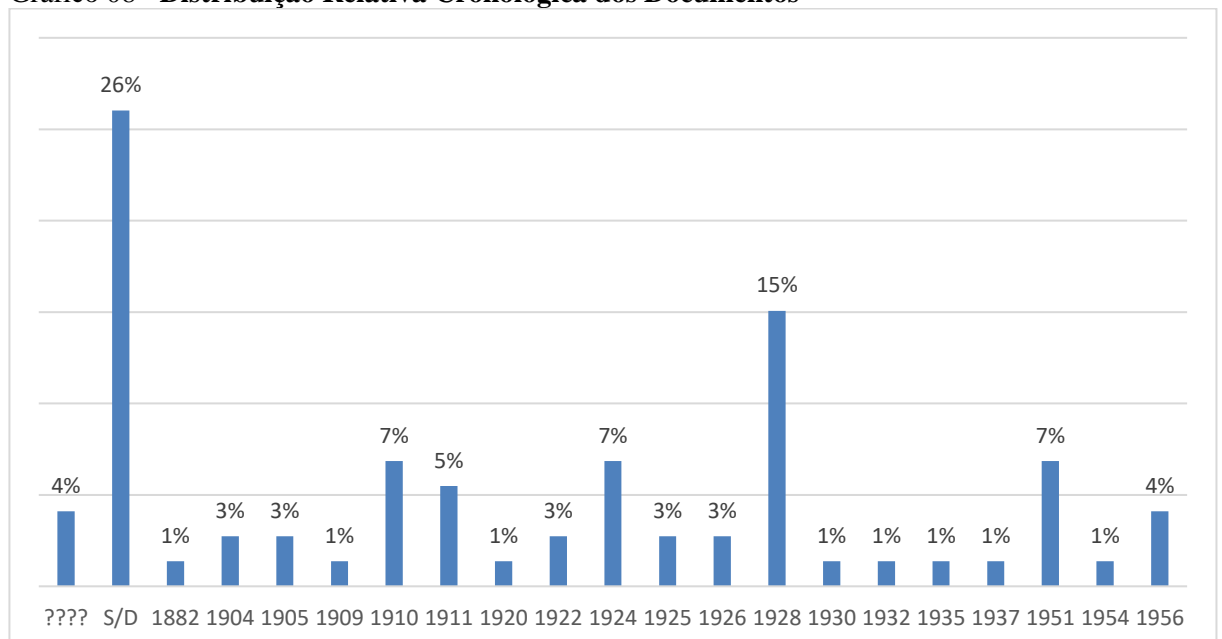


Fonte: Autores

Observando o gráfico 07, evidencia-se que os locais com maior produção documental foram: Rio de Janeiro, seguido por Aracaju, Recife, Vila de Ipanema e Salvador.

Refletindo sobre a cronologia do conjunto documental, verificou-se uma quantidade demasiada de documentos sem datação, o gráfico 08 proporciona visualizar a distribuição relativa da cronologia documental, sendo os documentos sem data e 1928 mais significativos na amostra analisada. Logo, como Armindo Guaraná faleceu em 1924, as documentações produzidas após este ano, são os documentos classificados como pós-morte, que foram acumulados por Epifânio Dórea e, principalmente, Maria Luiza Guaraná.

Gráfico 08 - Distribuição Relativa Cronológica dos Documentos

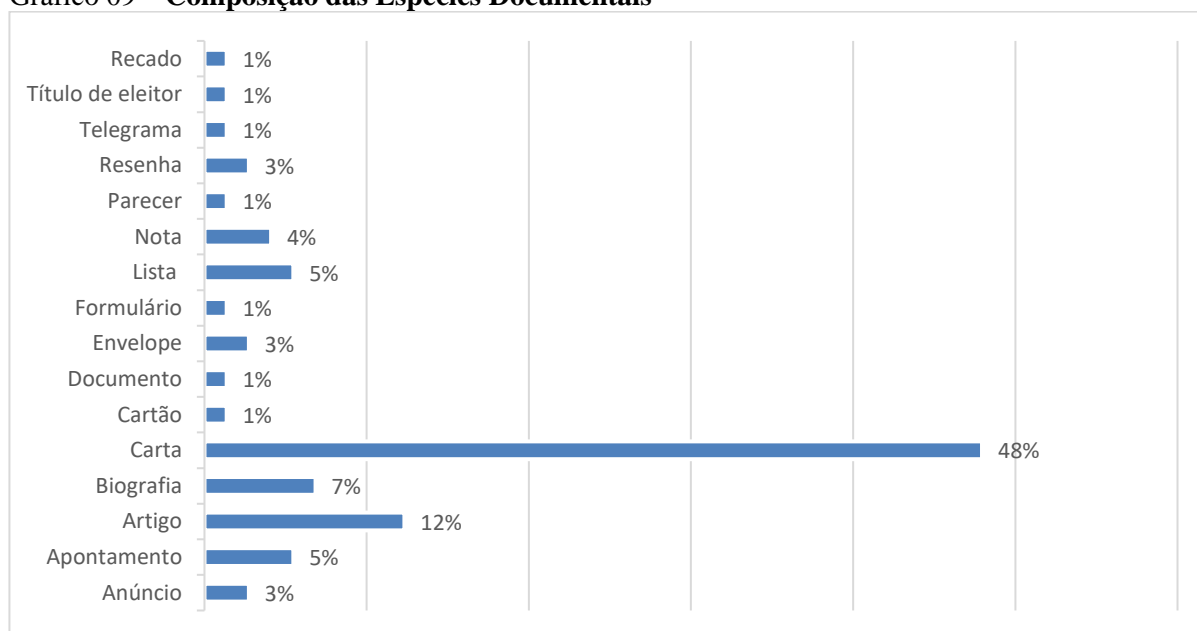


Fonte: Autores

O conjunto documental possui características únicas, que refletem particularidades de sua época de criação. Logo, o gráfico 09 demonstra a composição das espécies documentais (é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas) do conjunto documental analisado, assim, verifica-se uma presença acentuada de cartas nos fundos, representando 48%, evidenciando que tal método de comunicação era o mais usual.

Tipo documental é a configuração que assume uma espécie **documental** de acordo com a atividade que a gerou.

Gráfico 09 – **Composição das Espécies Documentais**



Fonte: Autores

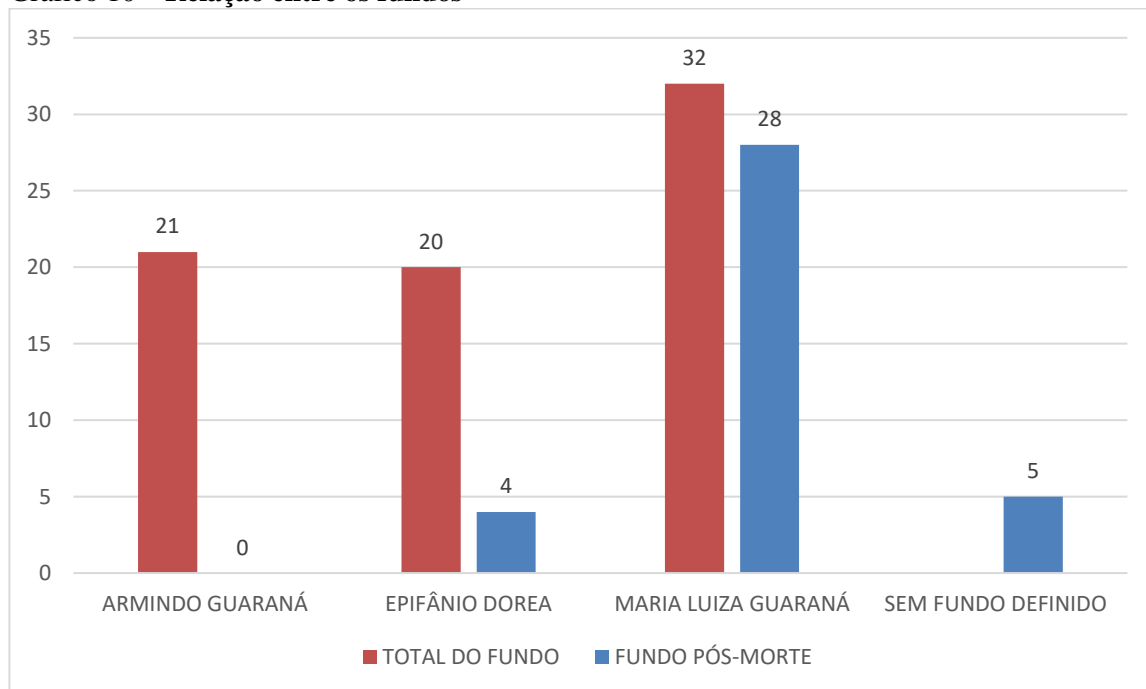
4.3 Fundo Pós-Morte

O fundo pós-morte é um subconjunto dos demais fundos, representa parte do fundo da esposa de Armindo Guaraná, Maria Luiza. A acumulação documental após o falecimento de Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. Este subconjunto documental possui 37 documentos, que foram inclusos nas análises anteriores. Entretanto, é de grande valia científica conhecer as particularidades desse subconjunto documental (pela preservação da memória e da história). Conforme o gráfico 10, o quantitativo dos fundos de Armindo Guaraná, Epifânio Dórea e Maria Luiza Guaraná são 21, 20 e 32 documentos, respectivamente.

No cerne dos documentos pós-morte o quantitativo, segundo o gráfico 10, dos fundos de Armindo Guaraná, Epifânio Dórea e Maria Luiza Guaraná são 0, 4, 28. Logicamente, como Armindo Guaraná faleceu em 1924 não há possibilidade de acúmulo documental. Sendo assim,

subconjunto documental apresenta uma inconsistência que contraria o princípio da proveniência, pois 5 documentos não possuíam fundos definidos, ou seja, não fazem parte dos 3 fundos.

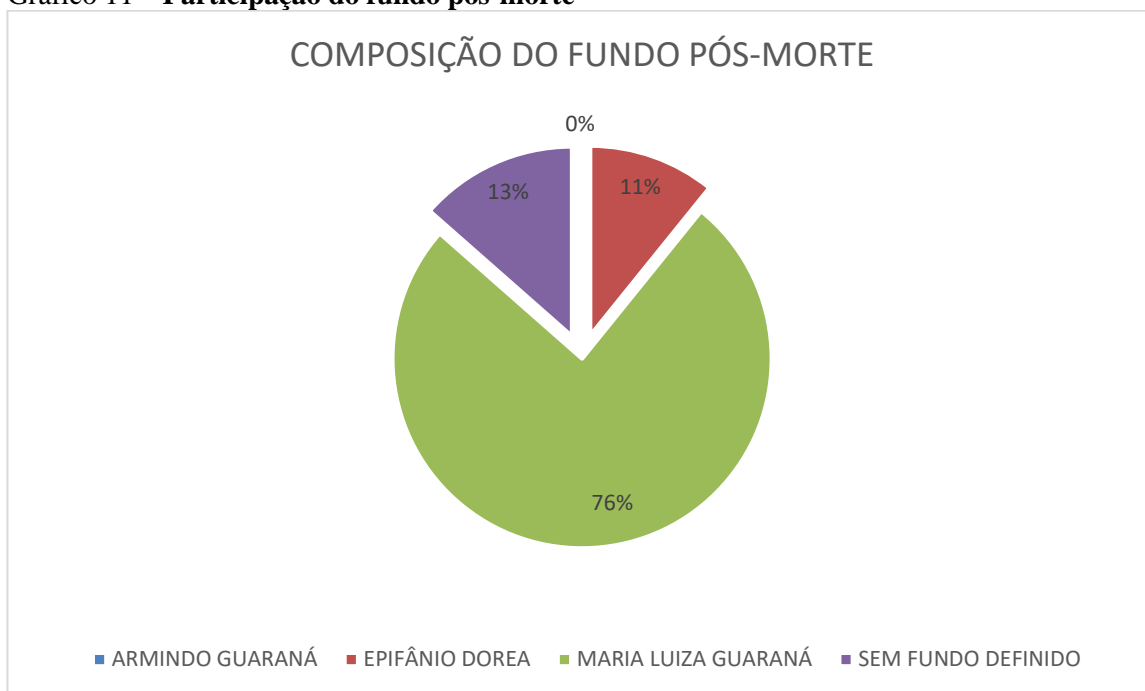
Gráfico 10 – Relação entre os fundos



Fonte: Autores

Assim, conforme o gráfico 11, o fundo de Maria Luíza Guaraná possui uma parcela significativa no subconjunto documental representando 76%, seguido do fundo de Epifânio Dórea com 11%. Os documentos “sem fundo definido” possuem participação 13% no fundo pós-morte. Evidenciando que a documentação encontra-se misturada.

Gráfico 11 – Participação do fundo pós-morte



Fonte: Autores

Nesse contexto, o conjunto documental Armindo Guaraná foram evidenciados os cinco princípios de qualidades dos arquivos, como: unicidade - os documentos trabalhados apresentavam caráter de ser único (sem duplicidade); cumulatividade - os documentos do fundo de Armindo Guaraná foram acumulados naturalmente, significa dizer que, não foram colecionados

Já na qualidade da organicidade é percebida no fundo, quando no dos documentos observou-se que as próprias atividades de Armindo Guaraná acabaram apresentando um fluxo orgânico, produzidos através de suas ações, seja elas acadêmicas, sociais ou profissionais.

Também há imparcialidade, pois nos documentos analisados refletirem fielmente as ações do seu produtor e por fim, a autenticidade que diz respeito a manutenção da integridade do fundo de arquivo. Não foram encontrados, na documentação, os princípios de proveniência e individualidade, ou seja, não mantiveram na documentação trabalhada a respectiva individualidade dentro do contexto orgânico de produção.

No desenvolvimento dos trabalhos, foram identificadas algumas dificuldades como: os documentos estavam fora de ordem. Contudo, devido a algumas restrições, um número limitado de documentos foram efetivamente analisados no IHGS, limitando a visão sistêmica do fundo de Armindo Guaraná.

Outros fatores que acentuaram as dificuldades na realização dessa pesquisa, dentre eles a identificação divergente de documentos nas fichas, classificados como fundo IHGS.

Na pesquisa também foram localizados documentos sem identificação de data, de local, impedindo analisar e descrever melhor o fundo; havia documentos manuscritos que exigiam conhecimento de paleografia ou mesmo lentes para aumento; como também, informações importantes que estavam em dobra de documentos impedindo sua identificação.

Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Organizar um fundo documental de um arquivo pessoal demanda conhecimentos e técnicas específicas. Logo, um trabalho de pesquisa que não se limita apenas à aplicação de teorias arquivísticas, necessita de dedicação e conhecimentos advindos de outras áreas como semiótica, pois na etapa de classificação documental é preponderante na construção de significados de comunicação. É fator determinante debruçar biografia do produtor documental, a fim de conhecer o universo que envolveu a trajetória da vida do ilustre pesquisado.

A disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação promoveu uma visão sistêmica no tratamento dos documentos de arquivos pessoais. Os historiadores foram pioneiros, na utilização deste tipo de arquivo como fonte de informações para estabelecer contextos de produção. Porém, com o passar dos anos, os arquivistas incorporaram esse papel fazendo uso de técnicas específicas no tratamento deste tipo documental com valor administrativo, viabilizando o acesso de forma rápida, fácil e segura, seja a documentação oriunda de entes públicos ou privados.

Esta pesquisa favorece a continuidade do trabalho que fora desenvolvido no IHGSE. A análise do conjunto documental de Armindo Guaraná fomenta a resposta futura dos seguintes questionamentos:

Será que o fundo de Armindo Guaraná foi doado completo ao IHGS?

O arquivo pessoal de Armindo Guaraná está organizado nos modos arquivísticos?

Será que há controle estatístico do uso documental desse fundo?

O ambiente onde o fundo está acondicionado é adequado?

Quais as espécies documentais mais recorrentes do fundo? No trabalho, a espécie documental predominantemente encontrada foi a de formato documental CARTA, e destacou por evidenciar como era realizado a comunicação daquela época.

O que deverá ser feito para que todos os princípios da arquivologia sejam aplicados no fundo de Armindo Guaraná?

Como a sociedade pode colaborar com a preservação desse fundo?

Qual o perfil profissional ideal para administrar a organização do fundo em questão?

Esses são questionamentos poderão fomentar o desenvolvimento de outras pesquisas acerca da área dos arquivos pessoais, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos nesta prática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adailton. **Manuel Armindo Cordeiro Guaraná**. 2017. Disponível em: <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com/2017/07/manoel-armindo-cordeiro-guarana.html>. Acesso em: 26 jul., 2019

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Trans-informação**. Rio de Janeiro. v. 01, n. 03, p. 15-29, set-dez. 1989. Disponível em: <file:///C:/Users/64699200559/Downloads/1679-3364-1-SM.pdf>. Acesso em: 24 jul., 2019.

BITENCOURT, Manoel Liberato. **Homens do Brasil-Sergipe**. Rio de Janeiro, 2012, p. 70-71.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Minas Gerais, p. 27-39, Dossiê, 2009.

DANTAS, Ibarê. História da casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012. **IHGSE São Cristóvão**, 2012, p. 23-106.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC): São Paulo, 2010.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2015.

GUARANÁ, Armindo. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de janeiro: Pogetti & C.1952.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr, 2006.

SANTOS, Maurício dos Reis. **Restos imortais**: uma leitura do arquivo de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848/1924). São Cristóvão, SE, 2005. 56 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

SANTOS, Maurício dos Reis. **Catálogo do fundo Manoel Armindo Cordeiro Guaraná**. Aracaju: IHGSE, 2005.

Recebido/ Received: 08/12/2019
Aceito/ Accepted: 05/01/2020
Publicado/ Published: 15/01/2020

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: SOLUÇÕES DE QUALIDADE PARA ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

DOCUMENT SCANNING: QUALITY SOLUTIONS FOR ARCHIVAL COLLECTIONS

Pablo Soledade de Almeida Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFBA. Especialista em Administração Hospitalar pela Escola de Administração (UFBA). Bacharel em Arquivologia pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA). Empreendedor e Profissional autônomo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5324-3135>. E-mail: pablosoledade@gmail.com

Zeny Duarte de Miranda

Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Letras, UFBA. Pós-Doutora em Ciência da Informação em Plataformas Digitais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Portugal. Pesquisadora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Mestrado e Doutorado (PPGCI) – UFBA. Coordenadora do G-Acervos – CNPq. Memorialista. Escritora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. E-mail: zenydu@gmail.com

Resumo

Tratar-se-á de um relato de experiência que demonstra apontamentos para a sistematização e aplicabilidade de um Modelo de Produtividade de Digitalização para documentos arquivísticos, corroborando com a ampliação do acesso à informação e ações de preservação dos arquivos. O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa com uma dimensão mais ampla, visto que tal modelo busca atender além da área arquivística, também a Biblioteconomia e Museologia, mas especificamente neste trabalho, abordaremos resultados acerca somente da área arquivística. O trabalho vislumbra disponibilizar conteúdo útil para garantir melhores práticas em projetos de digitalização de documentos, no sentido de possibilitar produtividade, interseção harmoniosa entre quantidade e qualidade, dos trabalhos executados em instituições públicas e privadas. A digitalização de documentos envolve etapas de recepção, conferência, preparo, captura, indexação, inspeção, controle de qualidade, remontagem e devolução de documentos. A

metodologia apresenta-se como pesquisa documental, analisando relatórios de produção nos projetos. Utilizou-se como referencial, normas do Conselho Nacional de Arquivos e legislação brasileira, o guia *PMBOK* para gerenciamento de projetos, trabalhos acadêmicos de autores produtores deste entorno temático. Os resultados preliminares evidenciam melhoria na produtividade. Nos projetos de digitalização investigados, demonstra-se latente ausência de domínio teórico-prático, fundamentais para geração de arquivos digitais (representantes digitais) confiáveis, que permitam longevidade, e por conseguinte, preservação. É hora de digitalizar com qualidade! Essa frase permeia toda discussão, nela estão embutidos princípios e práticas que atrelam elementos da Administração, Gestão de Projetos, Tecnologia da Informação e Comunicação, aliadas à Arquivologia. **Palavras-chave:** Digitalização de documentos arquivísticos. Preservação digital. Gestão de projetos de digitalização.

Abstract

This is an experience report that demonstrates indicators for the systematization and applicability of a Scanning Productivity Model for archival documents, corroborating to the expansion of access to information and archive preservation actions. The work is part of a research project with a broader dimension, since the research model addresses not only the archival area, but also the Librarianship and Museology; specifically, in this work, it only addresses the results related to the archival area. The work aims to provide useful content to ensure best practices in document scanning projects, in order to enable productivity and a harmonious intersection between quantity and quality from the work performed in public and private institutions. Document scanning involves the receiving, checking, preparing, capturing, indexing, inspecting, quality control, reassembly, and document return

steps. The methodology is presented as documentary research, analyzing production reports in the projects. It is used as reference, norms of the National Council of Archives and Brazilian Legislation, the PMBOK guide for project management, academic works from authors producing this thematic environment. Preliminary results show improvement in productivity. In the digitalization projects investigated, the absence of theoretical-practical domain, essential for digital file generation (digital representatives), which allow longevity and, as a consequence, preservation, is demonstrated. It's time to scan with quality! This sentence is presented throughout the discussion, including principles and practices that include elements of Administration, Project Management, Information Technology, and Communication, along with Archivology.

Keywords: Archival documents. Digital preservation. Scanning project management.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta apontamentos para a sistematização e aplicabilidade de um Modelo de Produtividade de Digitalização para documentos em acervos arquivísticos. O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa com uma dimensão mais ampla, visto que tal modelo busca atender além da área arquivística, também a Biblioteconomia e Museologia, mas especificamente neste trabalho, abordaremos resultados acerca somente da área arquivística. Tem por base experiências em projetos de digitalização de documentos arquivísticos, realizados a partir da implementação de conceitos e práticas advindas das ações disciplinares ou multi da Arquivologia, Biblioteconomia, Administração e Tecnologia da Informação, trazendo especialmente como “pano de fundo”, as práticas e conceitos da gestão de projetos, advindas do *PMBOK*, guia de gerenciamento de projetos do *Project Management Institute (PMI, 2017)*. O Modelo de Produtividade de Digitalização de Documentos encontra-se em fase de testes em acervos arquivísticos, a princípio demonstrando-se satisfatório para a área.

Antes de mais nada é necessário esclarecer o que se entende por digitalização de documentos arquivísticos. A digitalização apresenta-se por bastante ampla, é muito

utilizada atualmente para representar os processos, inclusive empresariais, de transformação de procedimentos e forma de atuação, anteriormente denominados de informatização. Digitalização de documentos também se mostra mais amplo do que o que pretendemos aqui abordar, já que é possível trazer a conotação e objetos de outras áreas, como a Biblioteconomia, digitalização de documentos bibliográficos (livros e periódicos), Museologia, digitalização de objetos museológicos tridimensionais, e documentos não arquivísticos, também existentes nas instituições, mas que não se revelam características de organicidade quanto a produção, recepção e uso, aspectos fundamentais para determinar a condição de documento arquivístico (Bellotto, 2004). Conhecida também, no senso comum, como transladação, digitalizar, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE, 2005), é o processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner. A mesma definição encontra-se no Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (Glossário CTDE Conarq, 2014). Pondera-se, no entanto, que não ocorre bem uma conversão, ou uma transformação, palavras sinônimas no dicionário Aurélio (2018), e sim a geração, produção ou criação de um representante imagético digital. Se tomarmos o exemplo da fotografia, ficará fácil a compreensão deste fenômeno. Ao fotografarmos uma pessoa num banco da praça, e ao reproduzirmos esta imagem na tela de nosso próprio aparelho de celular, ocorre ali a captura ou registro, num espaço temporal determinado, da representação desta pessoa, e não uma transformação/conversão desta para outro formato. A pessoa continuará existindo, com a mesma forma física, ou seja, não foi transformada, transladada ou convertida, isto é, não foi desmaterializada. O conceito de transladação é trazido também no dicionário Aurélio (2018) como sinônimo dos termos conversão e transformação. Os termos também não possuem conceitos claros nos dicionários especializados, tanto o DIBRATE, quanto o Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) de 1996 de Bellotto e Camargo, bem como o Glossário CTDE; esse último é quem mais se aproxima de uma definição, mas ainda assim não esclarece do que se trata a Conversão, vejamos: “*Conversão (Dados) - Conversão de um formato para outro motivada, principalmente, pela normalização de formatos e para contornar a obsolescência tecnológica*” (Glossário CDTE, 2014, grifos nossos).

Portanto, está clara a necessidade de maior aprofundamento para a definição apropriada de conversão/transladação/transformação no sentido arquivístico, ou ainda

mantê-las intactas, com os conceitos que se encontram nos dicionários de língua portuguesa, mas deixar de referi-las como linguagens apropriadas para representar o significado de digitalização de documentos arquivísticos. Aqui nos contentaremos com a segunda opção, mas certamente a primeira abordagem revela-se um ponto propício para futuras investigações. Mais à frente, retomaremos o conceito de digitalização de documentos arquivísticos.

Outro ponto de profunda relevância, nesta discussão, é a reflexão sobre o entendimento de materialização¹ e desmaterialização. Certamente são bem complexos para determinarmos como conceitos concretos para o processo de digitalização de documentos arquivísticos, na qual entendemos estar representado sob a ótica da representação da informação. Sobre materialidade, Frohmann (2008) apresenta esta característica como ponto fundamental da informação, destacando a necessidade de valorização da documentação, visto esta ser elemento que dá a materialidade a informação, mas não significa que isto é físico. Frohmann (2008) faz uma correlação entre documentos e enunciados, reverberados por Foucault, apesar de deixar claro que enunciado não é documento, mas expressa que os recursos teóricos de massa, energia e força, são campos vastos para a materialidade da informação, e aponta inclusive a identificação destes recursos na perspectiva da documentação. Isto nos faz defender que nos campos da Arquivologia e Ciência da Informação nem tudo que é matéria é físico. Tal argumento ganha mais força ao pensar nos documentos digitais, um *email* por exemplo, tem clara sua materialidade expressa em metadados e bits, mas possui fisicalidade? É uma questão para ser aprofundada em outro momento.

Retomando a digitalização de documentos, entende-se que esta envolve as etapas de recepção do documento do setor demandante, conferência, preparo, captura, indexação, controle de qualidade/inspeção/auditoria, remontagem e devolução do documento para o setor demandante. Denota-se a falta na literatura brasileira de um termo que venha englobar todo o processo de digitalização, visto que este traz uma compreensão de “tornar digital”, destacada no conceito do DIBRATE (2005). Neste aspecto, a captura da imagem torna-se aparentemente o único ponto a focar, ou seja, o único momento do “digitalizar”. Mas, e as outras etapas que envolvem o processo? Enquanto não temos

¹ FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FURTA, Mariangela S.L.; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda L.G. de. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos *de* produção, acesso e disseminação da informação. Marília: Fundepe, 2008. P. 19-34.

semanticamente tal termo, vamos entender a digitalização de documentos arquivísticos como o conjunto de processos que propicia a derivação de um representante digital de um documento arquivístico originário de um estado analógico. Esse representante, em primeira análise é considerado imagético, pois é como se apresenta e se observa em olhos humanos, ou seja, como objeto conceitual², mas tal elemento é uma cadeia de bits, claro que com características próprias, mas também descrita pela linguagem computacional 0 e 1. Sendo assim, o documento digitalizado é parte integrante do complexo mundo digital, tornando-se necessário o aprofundamento em estudos que explorem a temática para garantir o uso e manutenção de forma segura e amigável.

Nota-se que neste trabalho, estamos nos referindo aos documentos digitalizados e não aos natodigitais, que figuram-se como outro universo, visto suas características próprias, e por possuírem o *status quo* da originalidade, tornando-se condição *sine qua non* para estes a manutenção da sua autenticidade. Já os digitalizados, pressupõem seu uso atualmente a partir da perspectiva da Lei Federal 12.682/2012, onde os mesmos têm validade jurídica se seguidos os critérios determinados por esta e outras leis, no entanto, ainda assim, devendo-se manter o documento original, conforme destaca o dispositivo em seu Art. 6º, “os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente”.

Corroborando com esta visão, Luz (2018), destacou que:

O documento digitalizado (o representante digital de um documento) pode ser um documento autenticado, mas nunca será um documento autêntico por não possuir as características diplomáticas. Logo, a forma de garantir as características diplomáticas dos documentos nos ambientes digitais passa por manter uma cadeia de custódia de um ambiente de gestão ao ambiente de preservação, incorporando os documentos natodigitais como prioridade.

Nesta visão de Luz, assim como Baggio e Flores (2013), entre outros autores da área, os documentos digitalizados não possuem os dois elementos necessários para garantia da autenticidade, ou seja, identidade e integridade. A identidade seria possível e provável, se utilizarmos os certificados digitais e assinaturas eletrônicas amparados pela MP 2200-2, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, bem como a já referida Lei 12.682/2012. Mas, a integridade seria algo possível apenas para os

² Objeto Conceitual - Objeto digital que se apresenta de maneira compreensível para o usuário. (Glossário CTDE, 2014)

documentos já nascidos em ambientes digitais, ou seja, os natodigitais, pelos elementos e características diplomáticas existentes desse processo de produção documental.

Todavia, será mesmo que os documentos digitalizados não podem conter tais elementos de integridade? Será que não podem absorver tais características quanto a realização do processo de digitalização de documentos, a partir das mais diversas técnicas existentes, como *optical character recognition (ocr)*, *inteligente character recognition (icr)*, *blockchain*, dentre tantas outras existentes e a existir, sempre embasadas num rigoroso controle de qualidade e inspeção, e também necessariamente fidedignidade e autenticidade? Os rigorosos controles também não são característicos da produção dos documentos natodigitais?

Obviamente que a tarefa de atribuir integridade ao documento digitalizado não é fácil, e parece gozar de tanta complexidade quanto que a própria gestão de documentos natodigitais. Mas, o universo da pesquisa científica nos permite parar em obstáculos epistemológicos (Bachelard, 2006), que nos impedem de enxergar, refletir e questionar? Uma pesquisa se depara ou ao menos deveria se deparar com pontos que geram profunda inquietação e inclusive aversão da própria comunidade científica? Essas inquietações certas vezes impõem quebras de paradigmas e aberturas para linhas de pensamentos até então rechaçadas.

Em virtude das pesquisas e leituras que vem sendo realizadas. A ideia de que defender os documentos digitalizados poderão cumprir um papel maior do que o visto atualmente pela comunidade arquivística, não se mostra tão distante. Inclusive no campo legislativo no Brasil, a realização da digitalização de documentos e o descarte de documentos em papel sem valor histórico, mas administrativo/probante está cada vez mais consolidada, apesar de sérios problemas técnicos e de garantia de segurança jurídica apontados pelos profissionais e pesquisadores, especialmente das áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, as quais também comungamos, mas sem perder de vista a criticidade e perspectivas de avanços dos documentos digitalizados. A MP 881 de 30 de abril de 2019, possibilitou a partir do seu artigo 11º, alterar o Art. 2º da Lei 12.682/2012, passando a valer a seguinte redação:

Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos privados, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas das demais legislações específicas e no regulamento.

§ 1º Após a digitalização, constatada a integridade do documento digital nos termos estabelecidos no regulamento, o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor histórico, cuja preservação observará o disposto na legislação específica.

§ 2º O documento digital e a sua reprodução, em qualquer meio, realizada de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação específica, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, inclusive para atender ao poder fiscalizatório do Estado.

§ 3º Decorridos os respectivos prazos de decadência ou de prescrição, os documentos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente poderão ser eliminados.

§ 4º Os documentos digitalizados nos termos do disposto neste artigo terão o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, nos termos do disposto na Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e regulamentação posterior.

§ 5º Ato do Secretário de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia estabelecerá os documentos cuja reprodução conterá código de autenticação verificável.” (NR)

Verifica-se certa confusão nesta Medida Provisória, primeiro questiona-se a possibilidade de um instrumento como este ser de fato o correto para alterar um artigo vetado de uma lei, e que este veto, precisa ser votado pelo Legislativo, segundo, estranha-se o assunto, por decerto crucial à Política Nacional de Arquivos do Brasil, ser tratado de forma tão superficial, dentro de uma MP cuja temática é Liberdade Econômica. O terceiro ponto a se questionar é reprimenda do artigo 2º e ao mesmo tempo, a manutenção do artigo 6º da Lei 12.682/2012, o que gera no mínimo ambiguidade na legislação, estando certa, na mesma lei, a realização do descarte ou manutenção do “original”. Outro ponto que merece atenção, é a definição de uma nova autoridade arquivística, apesar de não excluir o Conarq e Arquivo Nacional, é o Secretário de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia que irá determinar quais documentos devem ser passíveis para autenticação verificável, não restando muito claro do que se trata.

No que diz respeito ao prontuário do paciente, já é norma permitir o descarte do documento analógico “original” sem valor histórico, conforme determina a Lei 13.787/2018. Ressalta-se que tal norma precisa ser regulamentada para que tenha efetividade no cumprimento do que determina, pois condiciona uma série de procedimentos a dispositivos que só uma regulamentação é capaz de solucionar, mas tal legislação já causa grande impacto no cenário de informação e documentos na área de saúde, tornando-se urgente a regulamentação. Há ainda o Projeto de Lei 7920/2017 que tramita na Câmara dos Deputados, tendo já sido aprovado pelo Senado Federal. Tal projeto, bem como a própria MP 881 tem a mesma concepção da lei sobre a digitalização de prontuários do paciente, ou seja, possibilitar o descarte de documentos “originais” sem valor histórico, a partir da digitalização de documentos, com base na norma. Sem querer

parecer contrário à digitalização de documentos, bem como a possibilidade de encontrar meios de reduzir a massa documental acumulada, sem tratamento nas instituições brasileiras, mas será que o Brasil - pessoas, organizações públicas e privadas - está preparado para um processo de digitalização seguro, profissional, para que dê segurança jurídica necessária para garantia, manutenção e busca de direitos?

A palavra original recebeu aspas em momentos diversos neste trabalho pelas seguintes reflexões e questionamentos: Vejamos as características da produção de um documento analógico, uma fotografia, por exemplo, no suporte de papel fotográfico especial. O que faz esse elemento ter características de originalidade e a sua digitalização não? A originalidade desta forma não estaria relacionada ao indivíduo ou monumento físico que está representado nessa fotografia? O questionamento então se daria no sentido da digitalização a ser realizada a gerar a representação da representação? Ou a grosso modo, cópia da cópia, mas ainda assim, do monumento representado?

Os questionamentos apontados são válidos também para um documento em papel. O original, ou seja, a origem não é a representação do que está registrado e sim, o ato do processo gerador-originador da informação registrada? E este ato poderia ser feito em qualquer suporte, o que se convencionou realizá-lo num papel com seus elementos diplomáticos já consolidados e tão enraizados que o contorno de originalidade parecia até então só nele ressoar.

A preocupação com a originalidade desta forma, deveria estar mais na identificação do ato, do que no suporte do momento registrado, pois se ao comprovar adulterações, parcialidades no registro, o mesmo não poderia ser modificado?

As atas de reuniões são exemplos claros ao que refletimos. As transcrições requerem muito cuidado e certas vezes a demora de encaminhar tal documento para a conferência e assinatura de quem participou, tornando-se, inclusive, possível a ausência da assinatura de pessoa por motivos atípicos, se vier a óbito neste hiato, por exemplo. O correto seria a assinatura imediata à finalização da reunião. Neste caso o que seria original? A gravação do áudio ou audiovisual da reunião? Ou o original é apenas o ato falado e o registro primário já se trata de uma cópia? E o documento impresso e assinado seria outra forma de representação menos importante do que a fita de transcrição da reunião, igual ou mais importante devido ao suporte de registro?

Por estas considerações, parece que o questionamento acerca da autenticidade ou fidedignidade da digitalização de documentos arquivísticos estariam mais relacionados a

aspectos técnicos do que lógicos, sendo assim, seria muito mais passível de soluções, especialmente advindas do uso de tecnologias para solucionar esta problemática.

É portanto intenção desta pesquisa investigar mais a fundo estas questões, embutindo uma avaliação pormenorizada, buscando argumentação teórica no campo da Arquivologia, Ciência da Informação, mas também das Tecnologias da Informação, e em especial a própria Diplomática, abordada por Duranti (2005), utilizada hoje para amparar o discurso que reduz a digitalização de documentos arquivísticos a uma cópia autenticada, mas não contendo autenticidade (Flores, 2016).

É relevante destacar que neste trabalho não está sendo defendida a digitalização de documentos de tudo, nem tampouco o descarte indiscriminado de documentos arquivísticos na forma analógica, pelo contrário, a decisão da instituição de digitalizar um acervo e definir o suporte de armazenamento mais adequado para os documentos de valor primário³ que em seu plano de classificação e tabela de temporalidade tem como destinação final a eliminação, perpassa por uma análise criteriosa de benefícios e impactos, no sentido mais amplo. A preservação do legado das instituições é uma discussão ampla, que envolve uma série de questões, inclusive a digitalização de documentos. Ressalta-se que do ponto de vista do valor secundário⁴ é cediça, ao menos por enquanto, a necessidade da guarda e preservação do documento originador em papel. Outros suportes, fitas VHS, fitas cassete, entre outros, já foram pontuados como inapropriados para armazenamento de longo prazo, necessitando de uma urgente migração⁵ por atualização do suporte⁶ para garantia da preservação documental.

2 METODOLOGIA

Este trabalho tem por base a pesquisa documental, a partir da análise de relatórios mensais de produção em projetos de digitalização de documentos para identificação dos pontos essenciais deste relato. Foram selecionadas cinco instituições públicas federais possuidoras de acervos arquivísticos, que por motivos de sigilo não serão reveladas. Para

³ O valor primário refere-se ao uso administrativo, relaciona-se ao uso do documento para o cumprimento dos fins administrativos, legais ou fiscais. (Conarq, 2005).

⁴ O valor secundário refere-se ao uso dos documentos para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram, inicialmente, criados. Atribui-se quando passam a ser considerados fontes de pesquisa e informação para a administração e terceiros. (Conarq, 2005).

⁵ Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade de os objetos digitais serem acessados face às mudanças tecnológicas. (Glossário – CTDE, 2014)

⁶ Técnica de migração que consiste em copiar os dados de um suporte para outro, sem mudar sua codificação, para evitar perdas de dados provocadas por deterioração do suporte. (Glossário – CTDE, 2014)

identificação das instituições serão adotados os nomes Instituição A, B, C, D e E, respectivamente. Preparou-se um formulário no sentido de verificar diversas questões, dentre elas, a quantidade de digitalizações realizadas e recusadas de documentos nos projetos pelo controle de qualidade, necessitando-se assim de re-digitalizações. O objetivo foi apresentar um quadro demonstrativo dos resultados, revelando os percentuais de ampliação ou não de produtividade em etapas do processo de digitalização após a aplicação do Método de Produtividade de Digitalização.

3 RESULTADOS

O estudo revelou resultados satisfatórios. A seguir apresenta-se um quadro demonstrativo.

Tabela 1 – Avaliação dos resultados da produção de digitalização

ETAPAS	%AMPLIAÇÃO
Recepção e conferência	22%
Preparação (tratamento)	28%
Nova preparação	-36%
Captura de documentos	26%
Nova captura por falhas na inicial	-29%
Indexação	20%
Reindexação	-45%
Remontagem	23%

Fonte: próprio autor, 2018

Em todos os itens apresentaram-se significativas melhorias. Pretende-se ampliar o número de clientes pesquisados no sentido da validação do método. Os percentuais negativos significam também bons resultados, pois demonstra a redução de “retrabalhos”.

A análise teve por base a leitura de editais de licitação, especialmente os termos de referência que subsidiam as contratações das empresas privadas para realização de serviços de digitalização de documentos, bem como relatórios finais de execução de serviços por parte das empresas contratadas, pareceres, relatórios, artigos, publicações,

entre outros, das instituições contratantes, quanto aos resultados do projeto de digitalização concluído. Tem embasamento também nas experiências do autor em projetos de digitalização de documentos realizados a partir da implementação de conceitos e práticas advindas das ações disciplinares ou multidisciplinares da Arquivologia, Biblioteconomia, Administração e Tecnologia da Informação.

Quanto ao preenchimento dos formulários a partir dos documentos, os resultados iniciais da análise revelam problemas quanto à execução de projetos e o atendimento de requisitos que garantam a qualidade dos documentos digitalizados produzidos, tendo como algumas premissas, a fidedignidade, autenticidade, longevidade e segurança do documento, pontos relevantes para a preservação digital.

Foram analisados até então documentos e informações de cinco instituições. A análise foi feita a partir dos termos de referências de processos licitatórios originadores dos contratos com empresas terceirizadas. Os resultados demonstram que a digitalização vem sendo solicitada de forma pragmática, sem a preocupação com o domínio técnico de conceitos e práticas que são fundamentais para geração dos arquivos digitais (representantes digitais), com um grau aceitável de confiabilidade, que permitam longevidade/preservação. Serão aqui citadas cinco questões avaliadas, cuja análise está diretamente relacionada a critérios de preservação digital.

Análise da questão 1 - Nos termos de referências já avaliados, das cinco instituições, apenas duas apresentam referência à Resolução 31 do Conarq que dispõe sobre a recomendação de digitalização de documentos arquivísticos permanentes, apesar de verificar nos termos de referência avaliados, a existência de documentos permanentes a serem digitalizados nos processos em questão.

Análise da questão 2 - Das cinco instituições pesquisadas, apenas duas delas apontaram no termo de referência à necessidade de possuir um arquivo digital final em formato PDF/A e nenhuma delas destacou a manutenção do arquivo matriz TIFF, que aliás parece não ser o padrão utilizado para geração dos arquivos primários conforme estabelece a já citada Resolução do Conarq.

Análise da questão 3 - Todas as instituições pesquisadas apontaram em seus termos de referências os suportes de entrega de documento em *Cds, pendrives, dvd's, cloud* ou pastas de rede, revelando-se o desconhecimento dos problemas relacionados ao armazenamento à longo prazo desses suportes, bem como da concepção de cadeia de custódia arquivística, Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) ou Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq).

Análise da questão 4 - Apenas uma das cinco instituições apontou regras claras quanto a inspeção, auditoria ou controle de qualidade dos documentos digitais gerados, seja pela empresa contratada, seja pela contratante, esse fato é bastante preocupante, já que sem esses processos citados, torna-se difícil garantir a qualidade do documento digital produzido.

Análise da questão 5 - Apenas uma das cinco instituições apontou a obrigação da empresa contratada possuir em seu quadro permanente ou como consultor, profissional de Arquivologia. Uma única instituição foi mais além, determinando que este profissional tivesse experiência em digitalização de documentos. Tal fato é muito relevante para um projeto de qualidade. Ter um profissional qualificado e experiente amplia as possibilidades de bons resultados nos projetos de digitalização de documentos arquivísticos.

4 PRODUTIVIDADE NOS PROJETOS DE DIGITALIZAÇÃO

A produtividade é certamente uma das melhores medidas para aferir a performance organizacional de uma instituição ou empresa. Uma corporação torna-se mais eficiente, atingindo melhores resultados utilizando seus recursos com eficácia, tendo assim perspectivas mais alvissareiras. Peter Drucker (2002), numa visão mais gerencial, afirmou que a produtividade é um dos melhores indicadores para comparar a eficácia da gestão. Marx (apud Andrade, 2000, p.107), apontou para “uma visão mais social correlacionando aspectos de ampliação da mais-valia pelo maior uso e produtividade da força de trabalho”.

Buscando aproveitar elementos importantes destas duas visões, adotou-se neste trabalho a visão de Burd (2019) no qual apresentou produtividade como:

“O resultado obtido quando algo ou alguém possui a qualidade de ser produtivo. **Identifica-se como produtivo aquele que fez mais e que ofereceu um resultado maior, ou melhor, gastando menos.** Um exemplo prático seria produzir mais de um determinado produto usando menos horas, energia, água ou quaisquer outros insumos.” (grifos nossos).

Os indicadores da produtividade de uma empresa estão relacionados a busca de melhores resultados em processos internos, e para geração de produtos ou serviços. Trazendo para a realidade dos processos de digitalização de documentos, podemos dizer

que a melhor produtividade é encontrada quando realiza-se maior quantidade de digitalizações, com a qualidade mínima desejável em um menor tempo. A digitalização de documentos é um processo contínuo, de linha de produção, onde exige claras definições de tarefas e fluxos. Quem faz o quê? Como e quando? Onde e por quê? A seguir apresenta-se um gráfico correlacionando a produtividade com o período de execução do projeto.

Gráfico 1 – Curva de produtividade em projetos de digitalização



Fonte: próprio autor, 2018.

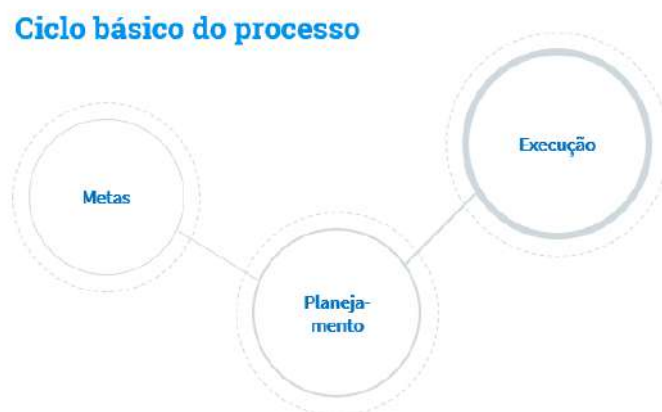
O Gráfico foi elaborado a partir da análise de resultados do processo de digitalização, avaliando a produtividade mensal do projeto, no período de doze meses. A reta X (produtividade) representa o volume de digitalização e a reta Y (período) o tempo evolutivo deste projeto. Nota-se com o passar do tempo, uma significativa ampliação dos resultados, revelando um grau de maturidade da equipe executora quanto ao conhecimento do processo, e enfim, uma produção quase linear, atingindo um pico de produtividade. No entanto, percebe-se que a equipe não consegue manter o mesmo nível de produção a todo momento, após atingir esse pico, há uma série de variáveis que podem corroborar com esta visível oscilação, por exemplo, ausências de funcionários, quebra de equipamentos, documentos em estado de conservação mais críticos, exigindo um maior tratamento documental, etc. Tais elementos devem ser controlados pelo Gerente do Projeto, e constar num Plano de Gerenciamento de Riscos. Podemos dizer que a produtividade nos projetos de digitalização está relacionada a definição de metas; planejamento; recursos disponibilizados (humanos, materiais, financeiros); grau de

amadurecimento da equipe; execução das ações planejadas, monitoramento e controle destas ações.

4 APONTAMENTOS PARA UM MODELO DE PRODUTIVIDADE DE DIGITALIZAÇÃO

Apresenta-se desta forma os apontamentos preliminares para a constituição científica do Modelo de Produtividade de Digitalização a ser proposto. Identifica-se desta forma, um ciclo básico do processo de digitalização, composto pelos seguintes elementos: metas, planejamento e execução (etapas do processo de digitalização).

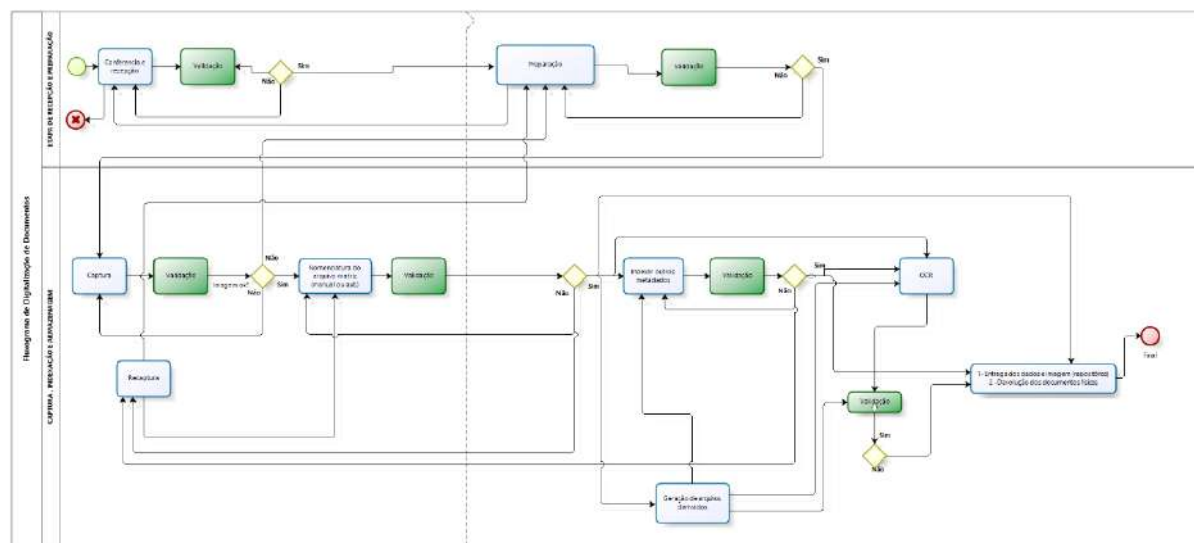
Figura 1 – Ciclo básico do processo



Fonte: próprio autor, 2018

Apresenta-se a seguir um fluxograma demonstrativo desta execução.

Fluxograma 1 – Demonstração das etapas do processo de digitalização



Fonte: próprio autor, 2018

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de realizar um projeto de digitalização perpassa por uma avaliação rigorosa. Justificar a necessidade de digitalização pela redução de custos é falacioso. Verifica-se que antes de qualquer processo é necessário pensar na gestão do acervo de forma mais ampla. Não adianta digitalizar sem uma organização prévia da documentação física e sem o estabelecimento de políticas internas, independente do porte da organização. Projetos de digitalização envolvem custos, de milhões a depender do volume documental que se está trabalhando. Acesso, segurança, compliance e preservação são tétrades necessárias em projetos de digitalização de documentos. Destaca-se também a necessidade do conhecimento prévio da legislação e normativas. Por fim, verifica-se um cenário propício para atuação dos profissionais de informação, que podem e devem ser protagonistas nas atividades e projetos de digitalização de documentos arquivísticos.

REFERÊNCIAS

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago., 2004

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Documentos digitais: preservação e estratégias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2013.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2014

BRASIL. Presidência da República. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: [s.n]., 2005

BRASIL. Presidência da República. Arquivo Nacional. **Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010**. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: <http://conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/273-resolucao-n-31,-de-28-de-abril-de-2010.html> Acesso em: 15 jul., 2018

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012**. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 15 jun., 2018

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv881.htm. Acesso em: 15 jun., 2018

BURD, Daniel. Mais produtividade com menos stress. 2019. Disponível em: <https://calldaniel.com.br/o-que-significa-produtividade/>. Acesso em 15 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

CONVERSÃO. In.: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conversao/>. Acesso em: 15 jun., 2018

DRUCKER, P. Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: a administração** São Paulo: Nobel, 2002.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2005. v. 4, n. 1, p. 5-18.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2018.

FLORES, Daniel. **Manutenção da autenticidade, confiabilidade e fonte de prova dos documentos arquivísticos digitais (do SIGAD ao RDC-Arq)**. Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo – SP. 124 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra na Unicamp, 2016.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FURTA, Mariangela S.L.; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, p. 19-34, 2008.

LUZ, Charley. **Digitalizar documentos é dar a cada usuário a informação que precisa**. Disponível em <https://www.linkedin.com/pulse/digitalizar-documentos-%C3%A9-dar-cadausu%C3%A1rio-informa%C3%A7%C3%A3o-que-charley-luz/>. Acessado em 15 jun. 2018.

PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**. Guia PMBOK. 6ª ed. – EUA: Project Management Institute, 2017

TRANSFORMAÇÃO. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transformacao/>. Acesso em: 27 set., 2018

TRANSLADAÇÃO. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transladacao/>. Acesso em: 27 set., 2018

Recebido/ Received: 21/12/2019 Aceito/ Accepted: 07/01/2020 Publicado/ Published: 15/01/2020
--

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL PARA A AUTONOMIA DOS SUJEITOS

DIGITAL TECHNOLOGIES IN THE EDUCATIONAL CONTEXT FOR THE AUTONOMY OF SUBJECTS

Glauber Cassiano

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/FACED/UFBA). Membro do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital) da Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5055-9641> E-mail: glauber.cassiano@ufba.br

Camila Bahia Góes

Doutoranda em Educação pela PPGE/FACED/UFBA. Mestre em Educação pela PPGE/FACED/UFBA. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Diretora Geral do Espaço Mediar Apoio pedagógico, psicopedagógico e psicológico (MEDIAR). Membro do LTI Digital da UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7368-5299>. E-mail: camilabagoes@gmail.com

Bárbara Coelho Neves

Professora Permanente do PPGE-UFBA e do PPGCI-UFSCar e colaboradora do PPGCI-UFBA. Doutora em Educação pela FACED/UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela PPGCI/UFBA. Pesquisadora do PPGE e PPGCI. Líder do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI@Digital). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522>. Site: www.ltidigital.ufba.br

RESUMO

As ações políticas, econômicas, sociais e culturais das pessoas, empresas, instituições e governos ganham novas possibilidades quando, oportunamente, utilizam-se das tecnologias digitais; nota-se que as tecnologias digitais, cada vez mais, estão sendo incorporadas às práticas educativas formais, o que exige da escola e do professor um olhar que amplie as possibilidades de uso das tecnologias associadas aos processos educacionais. Este artigo se propôs discutir as potencialidades tais como, capacidade, engajamento e a funcionalidade das tecnologias digitais para a autonomia do sujeito na escola, no contexto da Era da Informação, frente a cultura do modelo político e econômico liberal. O procedimento metodológico utilizado nesta produção foi a revisão de literatura, tendo como fonte a plataforma “Periódicos CAPES”, assim como a base “ERIC”, onde realizamos uma revisão descritiva e avaliação crítica da literatura. Os resultados desta pesquisa mostram que: a) é necessário que se tenham políticas

educacionais que visem a introdução das tecnologias digitais no contexto escolar para além do seu uso técnico e superficial, que viabilizem práticas e a organização escolar para uma atuação e manejo crítico, autônomo e criativo; b) as tecnologias digitais possuem caráter inovador socialmente capaz de engendrar leitura crítica no sujeito; c) a incansável luta pela emancipação humana deve continuar, principalmente no ambiente escolar. Concluímos que a inclusão de processos de formação alternativos e dinâmicos podem desencadear mudanças voltadas para a emancipação do sujeito, assim como, as tecnologias de um modo geral podem ser um instrumento a serviço de um projeto educacional emancipatório.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Autonomia. Políticas públicas. Políticas educacionais.

ABSTRACTS

Political, economic, social and cultural actions of people, companies, institutions and

governments gain new possibilities when, in due course, they use digital technologies; It is noted that digital technologies are increasingly being incorporated into formal educational practices, which requires the school and the teacher to look as broad as the possibilities of using technologies applied to educational processes. This article aims to discuss the potentialities such as capacity, engagement and functionality of digital technologies for the autonomy of the subject in school, in the context of the Information Age, against the culture of the liberal political and economic model. The methodological procedure used in this production was the literature review, based on the “CAPES Periodicals” platform, as the “ERIC” base, where we performed a descriptive review and critical evaluation of the literature. The results of this research show

that: a) It is necessary to have educational policies that aim at the introduction of digital technologies in the school context beyond their technical and superficial use, that enable practices and school organization for a critical, autonomous and creative performance and management; b) digital technologies have an innovative character socially capable of engendering critical reading in the subject; c) the tireless struggle for human emancipation must continue, especially in the school environment. We conclude that the inclusion of alternative and dynamic formation processes can trigger changes aimed at the emancipation of the subject, as well as technologies in general can be an instrument at the service of an emancipatory educational project.

Keywords: Digital Technologies. Autonomy. Public policy. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de Santaella apontam que “não restam dúvidas quanto ao fato de que estamos vivenciando o alvorecer de novas formações socioculturais que vêm recebendo tanto o nome de cultura digital quanto de cibercultura” (SANTAELLA, 2010, p. 77). Isto implica dizer que as relações sociais da era da informação tendem a ser determinadas em larga escala pelas tecnologias digitais. Ou seja, estamos no tempo da codificação digital e da articulação em rede, onde a sociedade está sendo gestada, gerida e organizada a partir da digitalização das informações e das redes (BONILLA; PRETTO, 2015). Sendo assim, as ações políticas, econômicas, sociais e culturais das pessoas, empresas, instituições e governos ganham novas possibilidades quando, oportunamente, utilizam-se das tecnologias digitais.

Segundo Neves (2019), a agenda de inclusão digital na Educação está relacionada às políticas públicas. Os principais elementos dessas políticas são abstraídos para discutir questões relacionadas à infraestrutura de acesso, treinamento e formação.

Nota-se que, através de se comunicar e se relacionar, o sujeito se constrói enquanto ser social, desta forma, considera-se que, por meio da interconexão digital, o fazer, o relacionar-se, o ato de criar e produzir se desenvolvem em uma dinâmica distinta do contexto analógico. Dessa forma, não se pode perder de vista que as tecnologias digitais expressivas denotam um potencial emancipador quando possibilitam a relação entre seus aspectos tecnológicos e a dimensão social e educativa (BLIKSTEIN, 2016). As tecnologias digitais, cada vez mais, estão sendo incorporadas às práticas educativas formais, o que exige da escola e do professor

um olhar que amplie as possibilidades de uso das tecnologias associadas aos processos educacionais, ou seja, é necessário que o professor se distancie do uso, em um nível predominantemente instrumental, e que discuta e reconheça tais tecnologias como potencializadoras de um pensar crítico, de um agir sobre o mundo de forma mais autônoma e ativa.

Os cenários contemporâneos das sociedades estão cada vez mais complexos, e passa a ser notório o agravamento da crise social. Desta forma, torna-se imprescindível uma ampla reflexão sobre as políticas educacionais voltadas para adquirir e construir conhecimentos, em diferentes fontes de informação, por meio da introdução das tecnologias digitais nas escolas (MASCHIO, 2015), uma política (educacional) social que privilegie a conscientização, racionalidade e engajamento político, isto é, a auto-reflexão crítica, que se imponha sobre os processos ideológicos da semiformação e da semicultura (ADORNO, 2003). No entanto, não é o que ocorre atualmente.

As políticas públicas educacionais atuais estão desarticuladas e voltadas exclusivamente para o atendimento do tecnicismo liberal, ou seja, incorpora uma cadeia linear tecnológica de forma acrítica e, meramente, instrumental, que a luz do pensamento de Gomes (2010) visa a manipulação, escravização cultural, alienação e enclausuramento do sujeito. Os processos consoantes à gestão e à formação (educacional) do professor e do aluno estão longe de engendrar uma condição estética, política e cultural diferenciada ao sujeito da educação, pois se submetem ao poder econômico, à visão utilitária e à racionalidade técnico-instrumental.

Em tese, as propensões das tecnologias digitais com a sociedade é o que impulsionam, como também é o que provocam tensões no modelo educacional e exclusões (NEVES, 2019).

Esse trabalho se propõe a discutir as tecnologias digitais e suas potencialidades (capacidade, engajamento e a funcionalidade), para a autonomia do sujeito na escola, no contexto da Era da Informação, frente à cultura do modelo político e econômico neoliberal.

2 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Há mais de duas décadas os professores se espantavam com a chegada dos computadores à escola. Depois foi o projetor multimídia e a internet, a lousa digital interativa, e mais recentemente, a presença dos aparelhos móveis (smartphones, tablets, netbooks e notebooks), no cotidiano dos alunos, que estão presentes na sala de aula. Contudo,

utilizando as palavras de Philippe Meirieu, na escola tudo muda constantemente, mas na sala de aula tudo fica igual.

Philippe Meirieu (2005, p. 39 apud; Maschio, 2015, p.580), ao refletir criticamente sobre o papel da escola, aponta como um dos princípios que fundamentam essa instituição, a sua especificidade no processo de transmissão da cultura às gerações mais jovens. Isso é ponto indiscutível. A escola é constituída como um lugar onde as aprendizagens são obrigatórias e programadas e tem atuado na transmissão exaustiva dos saberes selecionados da cultura geral.

Corroborando a autora Maschio (2015, p.579) afirmando que “a escola não é apenas reprodutora do conhecimento acumulado pela sociedade, embora tenha como função principal, conservar e transmitir a cultura. Por outro lado, a instituição escolar é produtora de uma cultura própria”, justamente por possuir autonomia na produção das práticas realizadas. Entretanto percebe-se que, mesmo com a introdução das tecnologias digitais no contexto educacional, as práticas escolarizantes ainda se baseiam na mecanização, repetição e memorização, as quais não correspondem mais ao processo educativo necessário e pertinente à formação de sujeitos para a sociedade.

A escola ainda não transformou o trabalho pedagógico, no que diz respeito a esta prática reprodutora e mecanicista de ensino, apresentando conteúdos fragmentados, sem atribuir significados com o mundo externo e com os contextos diversos. Reforça, assim, a ideia de uma padronização de aprendizagem, ou seja, o aprendizado é percebido "dentro das caixinhas", não respeitando as singularidades e particularidades de cada um, da mesma forma que o sujeito permanece no lugar de "paciente" no processo educativo e não como sujeito ativo e autônomo. Assim, para Galvão Filho:

As transformações necessárias na escola tradicional, no sentido da reformulação do seu discurso e das suas práticas, em direção a um maior diálogo com o que ocorre no mundo de hoje, torna-se condição indispensável para a retomada da relevância do seu papel social e para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva (GALVÃO FILHO, 2012).

As tecnologias digitais ganham espaço na sociedade de forma que ficamos cada vez mais imersos na cultura digital, devido às possibilidades que são apresentados por tais aparatos. A escola, por sua vez, mesmo com todo o avanço tecnológico e com os dispositivos móveis que se tornam muito mais atrativos e presentes para os alunos, não consegue atuar diretamente com esta cultura digital. A cultura escolar instituída, marcada pela lógica da transmissão de informações, do controle sobre o fluxo comunicacional, não dialoga bem com

essa nova cultura, marcada pela horizontalidade, pelos fluxos rizomáticos, que vêm se instituindo em torno das tecnologias digitais. (BONILLA; PRETTO, 2015)

As tecnologias digitais não servem para transformar uma aula chata em uma aula atraente, elas não fazem com que um professor “ruim” fique “bom”, elas não transformam o livro, o laboratório e outros materiais didáticos de apoio em “coisas obsoletas” e não melhoram a qualidade da educação por si mesma. O que se pode destacar sobre as tecnologias digitais é que estas podem contribuir para a educação de forma mais ativa e interativa por parte dos alunos. É dar ao professor mais ferramentas para que ele crie e recrie suas práticas, partindo de que todos os alunos "podem ser autores, uma vez que podem criar, produzir e compartilhar bens imateriais" (BONILLA; PRETTO, 2015, p.507), permitindo que o professor possa incorporar mais facilmente as tecnologias digitais, o uso da internet e de novas práticas pedagógicas mais interativas e atraentes, tornando-as mais eficazes à atuação crítica e autônoma dos estudantes.

No entanto, para Bonilla e Pretto (2015), apesar de o acesso às tecnologias ser fundamental para a área educacional, ele, por si só, é insuficiente, pois sem infraestrutura de rede, de energia elétrica e sem suporte técnico para o funcionamento das máquinas, elas tendem a ser usadas esporadicamente ou então viram sucata muito rapidamente. A formação de professores, para o bom uso dessas tecnologias, é outro fator que corrobora para a mudança das práticas apoiadas no tecnicismo e na razoabilidade dos processos tecnológicos aliados ao objetivo pedagógico, transformando-os em possibilidades de emancipação dos sujeitos.

Entende-se que a proposta formativa dos professores, nesta perspectiva, deve apontar para um currículo com proposta inovadora, a fim de ultrapassar a forma tradicional de organização curricular, e que possa estabelecer novas relações entre a teoria e a prática. Ou seja, deve oferecer condições para a realização do trabalho pedagógico, de forma coletiva e interdisciplinar, ao mesmo tempo que possibilite ao professor a aquisição de uma competência para além da técnica, bem como política, permitindo este sujeito atuar criticamente no novo espaço tecnológico dentro da sala de aula.

Afirma a autora Maschio (2015, p.587) que as “tecnologias digitais transformam e configuram a cultura escolar, as normas, os discursos, os rituais, as práticas que marcam o fazer cotidiano da escola.” Ademais, as tecnologias digitais transformam a sala de aula em um ambiente de aprendizagem coletivo, através de uma organização e flexibilização dos conteúdos, interação aluno e professor, como também, estudante e estudante. As tecnologias possibilitam aos jovens trazerem informações que não são apenas recebidas e guardadas, mas podem representar um ponto de partida para as discussões em sala de aula, apresentando contextos e realidades distintas, tornando-as como elementos para a própria formação.

A partir das tecnologias digitais, os estudantes podem trocar experiências e conhecimentos com os colegas, não somente na sala de aula em si, mas podem construir pontes de conhecimento com outros universos e outras culturas, ampliando os olhares sobre o mundo e o que nos cerca. Quando se fala no uso das tecnologias com esta proposta de troca, interação e autonomia, os estudantes constroem um olhar crítico e reflexivo diante do movimento da sociedade, da mesma forma que se posicionam diante de tal movimento de forma mais participativa e ativa.

Neste constructo, revela-se a necessidade de a escola usar as tecnologias de forma que possibilitem aos estudantes a busca autônoma do conhecimento e a interação com outros sujeitos, a fim de promover “a liberdade de pensamento, a superação de ideias e valores impostos pela sociedade, a “rejeição” de tudo que não seja justificado e elaborado pela atividade racional e afirme e resgate seu interesse” (SILVA, 2008). Por isso, considera importante, no uso das tecnologias digitais, na sala de aula, para além do uso técnico e funcional, uma perspectiva política, crítica e social.

Afirma ainda a autora Maschio sobre a transformação da prática educativa para o uso das tecnologias digitais:

[...] deve ir além da simples aprendizagem técnica, ou ainda, ao desenvolvimento de habilidades e competências, para que o professor ensine e o aluno aprenda por meio dos dispositivos digitais. É preciso compreender como esses dispositivos estão ou não transformando a prática, quais implicações elas estão trazendo para a alteração efetiva e positiva do processo de ensinar e aprender no contexto da cultura digital (MASCHIO, 2015, p.590).

Contudo é necessário que se tenham políticas educacionais que visem à introdução das tecnologias digitais, no contexto escolar, para além do seu uso técnico e superficial, mas que viabilizem práticas e a organização escolar (professores, alunos, currículo, material, espaço, tempo) para uma atuação e manejo crítico, autônomo e criativo.

3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A AUTONOMIA DO SUJEITO NA ESCOLA

Segundo o pensamento de Adorno:

Como pode “um mundo tão desenvolvido cientificamente apresentar tanta miséria?” É evidente que o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação; se assim não fora, a sociedade não seria majoritariamente consumista, o que

implica em um diagnóstico incontestável da falta de uma racionalidade crítica frente aos ditames da indústria cultural (ADORNO, 2003, p. 15).

Respondendo à pergunta inicial do parágrafo, o pesquisador americano Giroux (1982) afirma que a crença de que a interpenetração da ciência e da tecnologia representa o progresso, que os métodos quantitativos e matemáticos devem receber o status de mais alto nível de raciocínio, e que a noção de que o progresso social encontra expressão na busca por formas mais sofisticadas de engenharia social ainda permeia o pensamento das escolas.

Tanto o consumismo como a racionalidade instrumental são limitadores do processo de desenvolvimento social e de redução das desigualdades, o que, segundo Adorno (2003, p. 19), tem origem na “crise do processo formativo e educacional, portanto é uma conclusão inevitável da dinâmica atual do processo produtivo”.

3.1 Políticas Públicas Educacionais que Transformam a Realidade Social

A vida real tem se tornado um desafio muito grande na medida em que a organização social capitalista contemporânea avança. As tecnologias digitais penetram os ambientes e as relações sociais de uma forma muito veloz, sendo que, na maioria das vezes, não conseguimos simplesmente alcançar as mudanças. É difícil pensar o sujeito atuando sobre o mundo, em constante mudanças, de forma autônoma, sem estar articulado com as tecnologias digitais tão presentes no contexto da ordem social contemporânea. Para tanto, segundo Blikstein (2016), o contexto apresentado exige que o ambiente escolar deve estar adaptado às tecnologias digitais de tal maneira que os alunos possam concretizar suas ideias e projetos na mesma dinâmica com que se dá a vida fora da escola. Em comum acordo com este pensamento, Marcuse (1968) ressalta as potencialidades das tecnologias audiovisuais (tecnologias digitais) como elemento de criação e liberdade.

Aquilo que é corriqueiro dentro de uma escola deve ser sempre passível de reflexão, avaliação e análise, pois o futuro costuma se apresentar de forma dinâmica, fugindo do nosso controle e forçando a mudança, seja ela no campo da cognição ou física-estrutural. Pensar a educação sob uma perspectiva engessada, portanto, é se permitir, de início, permanecer estático enquanto o mundo avança. Nota-se que o uso de “dispositivos, invenções, ou soluções, utilizando o conhecimento proveniente da ciência e da tecnologia” (BLIKSTEIN, 2016, p. 840), permite ao aluno se engajar no processo de ler e transformar a sua realidade social na medida em que lhes são disponibilizados estes recursos.

Isso não necessariamente implica que o uso das tecnologias digitais na escola irá substituir ou aperfeiçoar o método tradicional de instrução, muito pelo contrário, há um movimento de um conjunto imbricado, com forte capacidade emancipadora, que coloca nas mãos das crianças ferramentas e materiais ainda mais poderosos dos que os usualmente utilizados. Não estamos falando em tornar os alunos meros consumidores passíveis de *software*, nem muito menos utilizar as tecnologias digitais de maneira simples e vaga; a mídia computacional não se restringe a um dispositivo de informação e comunicação, mas mais que isso, permite pesquisar, criar, simular, interagir, etc. Blikstein (2016, p. 842) vai chamar isso de “tecnologia expressiva e construtiva que torna possível avançar a agenda de emancipação”, na qual todo o contexto escolar é empregado de forma harmônica e sincronizada no sentido de contribuir com a formação de um sujeito autônomo politicamente.

Considera-se relevante que, na dinâmica de ensino e aprendizado dos alunos, haja uma conexão com o mundo real e este processo, notadamente, pode ser mediado pelas tecnologias digitais, desde os primeiros passos, como o processo de análise de uma determinada demanda social externa à escola, passando pela interação prática e, por conseguinte, alcançar o estágio de proposições para amenizar as desigualdades sociais. Em decorrência disso, é natural o surgimento de novas habilidades neste contexto e estas passam a determinar maior sentido ao processo de aprendizagem (BLIKSTEIN, 2016), além de não perder de vista uma pedagogia democrática. Vale ressaltar que,

Em ambientes de aprendizado com mídias mistas, mais alunos têm a possibilidade de encontrar, nas atividades em grupos, caminhos que ofereçam ao mesmo tempo um engajamento pessoal significativo e a possibilidade de trabalhar em tarefas complexas e que requerem esforço (BLIKSTEIN, 2016, p. 847).

A tecnologia do século XX produziu novas formas de sociedade e de cultura, a racionalidade tecnológica sujeitou o indivíduo às necessidades do aparato, a subjetividade humana se abstraiu de si, automatizando-se como resposta direta às exigências de identidade posta pelo capital. Essa realidade se expandiu intensivamente pelo mundo das escolas, e a tendência lógica é que tenhamos a construção de uma racionalidade tecnológica, de uma individualidade submissa ao aparato técnico-industrial-burocrático. Portanto eis a necessidade de se articular tecnologia e educação; propor ao sujeito uma visão da tecnologia digital como algo genuinamente grandioso para a humanidade, ou até mesmo como algo destruidor. Segundo Silva (2008), o estudo crítico da tecnologia no século XXI pode ajudar a

potencializar a dimensão cognitiva da tecnologia, bem como a crítica da sociedade do trabalho.

Segundo Marcuse (1999, p. 74), “Os indivíduos são parte integral e fator da tecnologia, pois inventam e mantêm a maquinaria, bem como fazem parte de grupos sociais que dirigem a aplicação e utilização da tecnologia”; portanto é estranho pensar na educação escolar dissociada das tecnologias digitais. O progresso tecnológico pode sim apontar para novas formas de desenvolvimento humano, ainda que, no século XXI, a sociedade tecnológica, com sua automação progressiva e sua tolerância repressiva, rejeite novos modelos de racionalidade. Para Silva (2008), a educação, como teoria crítica da sociedade, portanto, não pode se furtar destas questões se pretende, de fato, tornar o futuro grávido de projetos de emancipação, pois, é a partir da negatividade, que nos aproximamos do real.

Desta forma, considerando que o contexto revela a realidade abstraída, estimula para consumo, padroniza o pensamento, com a intenção de eximir o espectador de interpretá-la e de negar sua capacidade de também produzi-la, é que se deve considerar o uso das tecnologias digitais na formação educacional, não apenas visando educar o olhar, mas elaborar este olhar, projetá-lo para contradizer, expor, rejeitar, tornar desconfortável e repugnante a sociedade do espetáculo.

De outra forma, com o domínio atual da racionalidade tecnológica, a escola não dará mais conta de suas funções de preparar para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e excludente (SILVA, 2008). Faz-se necessário pensar novas formas/conteúdos de formação humana que tenham como referência a linguagem audiovisual, descortinando suas estruturas, bem como seu papel social (SILVA, 2008 apud VERMELHO, 2002). Ou seja,

Além da utilização dos programas de TV, de filmes e vídeos como fontes para os espaços de educação escolar, explorando a construção da narrativa e desnaturalizando a realidade social existente, hoje com o aumento do acesso às câmeras digitais, às câmeras de celulares e às câmeras mini-dv, a escola e a sala de aula podem se transformar em um espaço de produção audiovisual, um espaço de socialização de um conhecimento altamente concentrado, estimulando processos de valorização humana, bem como a participação ativa no mundo da cultura. (SILVA, 2008, p. 18).

Uma escola que implementa o uso das tecnologias digitais, em seu processo educacional, potencializa a dinâmica de ensino e aprendizagem. No entanto esse dinamismo não surge do nada, é fomentado em grande parte pela figura do professor, que deve se colocar como catalisador e conector no processo de conexão dos alunos com seus interesses no uso

das tecnologias digitais, distanciando-se, portanto, ao máximo possível das formas impositivas. Além disso, é natural que surja empatia entre professor e aluno a partir desta relação mais próxima proveniente da interação recíproca e colaborativa. Segundo Blikstein (2016), este tipo de interação engendra certo tipo de transformação dos alunos, por se tratar de trabalho sério, onde há engajamento e não apenas exploração aleatória e inconsequente de utilização das tecnologias digitais.

Vele salientar que, de acordo com Neves (2019, p.123) “incluir é o discurso do incluído”. De acordo com a autora, estar excluído ou não depende da classe social que o autor do discurso está se referindo.

No contexto da aprendizagem, “as tecnologias digitais não são apenas uma ferramenta” (BLIKSTEIN, 2016, p. 852), mas um “*agente de deslocamento fundamental*”, por abrir portas para novos, complexos e diversos modos de aprendizagem e de pensamento dos alunos; por permitir que os professores desçam do patamar de quem “sabe tudo” e se tornem aprendizes; por engendrar certos níveis de complexidade que exigem integração e que possibilitam fazer conexão com disciplinas tradicionais; por engendrar uma dinâmica que não existe na sala de aula tradicional, dando oportunidade para desenvolver controles democráticos; e por fornecer ferramentas poderosas para expressão pessoal dos envolvidos. Portanto “ter em mãos múltiplas tecnologias aumenta e torna possíveis empreendimentos inerentemente humanizadores: criação, expressão e interação” (BLIKSTEIN, 2016, p. 852). Neste sentido, Silva (2008) aponta a necessidade de em sala de aula,

[...] questionar a apropriação privada da terceira revolução tecnológica e científica, dos softwares e hardwares utilizados na produção de produtos audiovisuais, jogos educativos e educação a distância, tendo como base a crítica da economia política e da cultura; estimular a reflexão sobre as novas tecnologias integradas ao processo de ensino e aprendizagem na educação escolar e extra escolar como ferramenta para formação de consciência histórica, preparando jovens e professores para apropriação e utilização do audiovisual como estímulo à experiência prática através de realização coletiva de vídeos, capacitando-os para a realização e edição de documentários e obras de ficção, socializando o conhecimento dos programas mais acessíveis como o Movie Maker e o Adobe Premier; apresentar o movimento software livre e sua filosofia colaborativa através da sua produção e disponibilização de softwares educativos; produzir materiais pedagógicos voltados para a educação escolar e extra-escolar, tendo como base a imagem digital, os softwares educativos e as tecnologias de aprendizagem em rede (SILVA, 2008, p. 20).

Desse modo, é fundamental que a aprendizagem seja perpassada por um conhecimento que propicie autonomia, isto é, capaz de engendrar a sensação nas pessoas de que elas são capazes de agir e mudar o mundo, que não perpassa unicamente pela absorção do conteúdo escolar oficial. Este pode até ser um diferencial no tocante ao mercado de trabalho ou a um teste de múltipla escolha, mas não passa de um conhecimento utilitário, incapaz de ler o mundo tal qual ele é, ou seja, é um conhecimento inerte. No entanto “discursos eloquentes sobre emancipação também não bastam”, se faz necessário transpor a realidade subjetiva dos discursos e colocar em prática os ideais norteadores das políticas públicas educacionais que visam formar cidadãos que exerçam sua cidadania sem que necessite sustentar-se com as “muletas do Estado” (BLIKSTEIN, 2016, p. 854). Sendo assim,

[...] a tecnologia é o novo “cavalo de Troia”: o educador introduz na sala de aula ferramentas, práticas e tecnologias familiares; no entanto, embutido na familiaridade, há um potencial para mudanças conceituais e pessoais: um potencial benéfico que permeia subliminarmente a atmosfera da sala de aula, por meio de uma sequência de deslocamentos mediados pelo professor. Os alunos se apropriam da tecnologia troiana como meio autêntico para se libertar da pedagogia tradicional e podem, então, sacudir a poeira e se engajar em um aprendizado libertador, profundo e emancipatório (BLIKSTEIN, 2016, p. 855).

Contudo, de acordo com Neves (2019), a política pública na educação, direcionada à inclusão digital, está voltada para ações de informatização da escola.

3.2 Um Contraponto à Razão Instrumental

O projeto da modernidade ainda não cumpriu plenamente seu papel, em outras palavras, não se esgotou. É importante ter em mente um ideário em busca do que é novo, que rompa os limites impostos pelo tempo e pela falta de compromisso da classe política em alguns momentos, todavia, que acima de tudo isso, esteja a questão do bem-estar da humanidade no centro da sua proposta. A produção de novas ciências e tecnologias digitais devem ser repensadas todas as vezes em que estiverem contribuindo para construção de modelos hegemônicos de dominação social. Conforme citado nos parágrafos anteriores, é uma condição *sine qua non* a contribuição prática das tecnologias digitais no processo de formação educacional do sujeito, porém, mais que isso, “se torna indispensável hoje, no contexto da educação, o questionamento das racionalidades matriciais que pautam, em largo sentido, as

pesquisas sobre ciência e tecnologia no Brasil e suas formas de apropriação pelas populações” (ROSA; TREVISAN, 2016, p. 721). Se faz necessário debater a importância e a transcendência das tecnologias digitais na emancipação do sujeito. A sociedade tem o dever de participar dos debates e dos processos decisórios em torno desta questão, pois se trata da construção de um cenário que requererá, em médio e em longo prazo, maior equidade, e o primeiro passo se trata de criticar a racionalidade instrumental, também presente nas tecnologias digitais na medida em que a sociedade se apropria destes meios.

Historicamente, a relação do homem com o mundo é marcada por uma série de desajustes sociais e ambientais. A utilização de elementos tecnológicos deveria ser canalizada para mediar essa relação no sentido de oportunizar rearranjos, para que não caíssemos nas armadilhas do capital, que impõe a falsa ideia de que o consumo de artefatos tecnológicos é uma forma eficaz de solucionar problemas. Ainda que as tecnologias digitais sejam instrumentos eficientes que nos auxiliam no exercício da cidadania no ambiente, não necessariamente será por meio do consumo impulsivo e desorientado delas que iremos garantir o amanhã. Segundo Silva (2008, p. 16),

O consumo intensificado através do endividamento, a formação de valores através da mídia televisiva e de seu conteúdo banalizador, a resignação em massa e a bestialização do prazer. Todos são processos sociais reais engendrados pelo domínio da lógica de produção de mercadorias e que devem, em sua negatividade, ser compreendidos, desmontados, mesmo sob o curto tempo que se percorre sobre os fios de uma dinamite que está para explodir (SILVA, 2008, p. 16).

Para Marcuse (1968), as novas necessidades e satisfações, as novas liberdades oferecidas pela sociedade tecnológica operam contra a autêntica liberdade do homem, jogando as faculdades físicas e mentais, as energias instintivas do homem contra ele próprio, resultando numa profunda frustração e numa ativação da agressividade. Neste sentido, Silva (2008) acrescenta que a oposição consentida, a sedução para a entrada no reino do consumo ou a permissão, mesmo que subordinada às esferas de poder e de prestígio, abrem caminho para pactos sociais entre capital e trabalho, fazendo surgir no cenário político uma esquerda reprodutora da racionalidade tecnológica.

O risco de a sociedade moderna incorrer na instrumentalização da razão é muito grande, ou seja, isso ocorre na medida em que não há “uma teoria crítica da técnica ou *filosofia da tecnologia*, para questionar o tipo de racionalidade que contribui para a produção de catástrofes” (ROSA; TREVISAN, 2016, p. 725). Rosa e Trevisan asseguram (apud

DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004, 15-64) que uma “visão crítica sobre a tecnociência contribui para evitar as catástrofes sociais, econômicas e ambientais que rondam nossa civilização”.

Políticas públicas de tecnologias digitais voltadas ao instrumentalismo são limitantes, não será produzindo conhecimento por meio da mão de obra voltada unicamente para o mercado que iremos engendrar autonomia, liberdade e uma leitura distinta de mundo. Também não é possível afirmar que serão as tecnologias digitais que por si só irão desenvolver os países. Segundo Rosa e Trevisan (2016, p. 730), inicialmente tudo isso perpassa pela implantação de uma “tecnologia digital de cunho social e não de acordo com os interesses econômicos simplesmente”. Não sendo dessa forma, é o mesmo que dar margem para possíveis desvios deste foco e, por conseguinte, problemas surgirão devido ao mau uso destas tecnologias.

Portanto é importante, no contexto de um projeto de desenvolvimento nacional, lançar um olhar sobre a atual organização social, fundamentado em uma filosofia tecnológica que questiona as bases sob as quais se configuram as proposições das novas tecnologias, “as quais produzem novos modos de ser e não um novo conceito de cidadania” (ROSA; TREVISAN, 2016, p. 733). O objetivo deve estar voltado para superação da lógica vigente, visto que as tecnologias digitais possuem caráter inovador socialmente capazes de engendrar leitura crítica no sujeito. Neste mesmo sentido, é válido citar o pensamento de Freire, quando afirma que ontologicamente a vocação do homem é ser mais, ou seja, ser humano como sujeito histórico e não como objeto, para tanto, tudo isso “exige uma educação em ciência e tecnologia, uma verdadeira alfabetização científica” (ROSA; TREVISAN, 2016, p. 735).

A incansável luta pela emancipação humana deve continuar, principalmente, no ambiente escolar; ainda que no presente século, a sociedade de massas esteja voltada à funcionalidade do capital e pautada pelos desígnios da indústria cultural, há possibilidades concretas de uma crítica à racionalidade tecnológica. A proposição mais nobre da formação educacional escolar talvez seja “entregar” à sociedade um indivíduo que se reconheça como tal, sem os aprisionamentos impostos pela condição de massa manipulada pelos ditames do capitalismo monopolista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade, atualmente, vive imersa na cultura digital, “cada vez mais nossa sociedade apresenta múltiplas formas de comunicação e interação proporcionadas pelos meios

virtuais” (MARCHIO, 2015, p.586). As tecnologias proporcionam, com uma velocidade vertiginosa, uma modificabilidade nas relações sociais e na forma de viver em sociedade. E a escola não se exclui deste processo, pois as tecnologias adentram as salas de aula, mas embora apresentem potencialidades e possibilidades, para a construção de um novo sujeito, adentram devido a interesses políticos e econômicos que não “superam a visão esquizofrênica de poder que tem caracterizado a política brasileira”. (BONILLA; PRETTO, 2015, p.504)

Defendia Vygotsky (1989; 2003), em suas discussões, que o homem é produto das relações sociais e culturais que o envolvem. O homem não é uma ilha isolada, por isso a linguagem é um signo de comunicação que serve de mediador nas relações estabelecidas com o meio, e é neste processo inter-intrapsíquico que o homem desenvolve suas funções cognitivas mais complexas. A linguagem pode ser expressada através de vários meios de comunicação, inclusive, as tecnologias digitais.

Quando se pensa neste meio de comunicação, as tecnologias digitais se pensa a ideia de emancipação do sujeito, ou seja, que gere autonomia e criticidade do homem diante das relações estabelecidas com o meio. No universo escolar, corrobora a autora Marchio (2015, p.589), ao afirmar que as tecnologias digitais, as quais poderíamos mencionar como as “lousas interativas digitais, os tablets, os notebooks, os softwares, entre outros ligados a rede de comunicação mundial” e também, os dispositivos móveis dos próprios estudantes servem enquanto objetos da cultura escolar empírica e política para a proposta emancipatória dos sujeitos.

Defende-se, então, neste trabalho, que é necessário se pensar na presença das tecnologias digitais de informação e comunicação na educação, não como meras ferramentas auxiliares dos processos educacionais instituídos (PRETTO, 2011; 2014). Ou seja, a escola é de extrema importância para o processo emancipador do sujeito pelo meio de comunicação digital, pois ela deve viabilizar não somente o acesso, mas as discussões sobre as possibilidades das tecnologias digitais na vida social, da mesma forma que deve possibilitar ao estudante agir criticamente diante do uso dessas tecnologias. Entende-se, com base em Neves (2019), que, para pensar em tecnologia digital na educação, é necessário considerar sua dimensão de inclusão digital, com destaque para:

- a) o currículo e a formação docente;
- b) as políticas públicas educacionais;
- c) a cultura maker e o ativismo hacker;
- d) os ciborgues interpretativos;
- e) a interatividade e o aprendizado em rede;
- f) o protagonismo dos educandos;

g) a construção social da autoria e as mídias sociais. (NEVES, 2019).

Portanto, considerando a atual conjuntura econômica e política, em que a transformação no mundo do trabalho e o desemprego agravam a estrutura social, fortemente marcada por desigualdade, falta de sensibilidade e injustiça social, a inclusão de processos de formação alternativos e dinâmicos podem desencadear mudanças voltadas para a emancipação. Enfim, as tecnologias, de um modo geral, podem ser um instrumento a serviço ou, ao mesmo tempo, contra esse projeto emancipatório.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BLIKSTEIN, Paulo. Viagens em Tróia com Freire: a tecnologia como agente de emancipação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 837-856, jul./set. 2016.

BONILLA, Maria. Helena., PRETTO, Nelson De Luca. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499 - 521, maio/ago. 2015.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. et al. (Ed.) **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.15-64.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília/SP: Cultura Acadêmica, p. 65-92, 2012.

GIROUX, Henry. Culture and rationality in Frankfurt School Thought: ideological foundations for a theory of social education. *Theory and Research in Social Education*, v. 9, n. 4, p. 17-56, 1982.

GOMES, Luiz Roberto. Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.39, p.286-296, set. 2010.

MARCUSE, Herbert. Liberdade e agressão na sociedade tecnológica. **Revista Civilização Brasileira**, n. 18, ano III, mar./abr., 1968.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. A cultura digital na escola: reflexões sobre a transformação da prática educativa escolar. **Revista Intersaberes** v. 10, n. 21, p. 577-594, set./dez. 2015.

NEVES, Bárbara Coelho. **Inclusão digital na educação: ciborgues, hackers e políticas públicas.** Curitiba: CRV, 2019.

ROSA, Geraldo Antônio da, TREVISAN, Amarildo Luiz. Filosofia da tecnologia e educação: conservação ou crítica inovadora da modernidade? **Revista Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v.21, n.3, p.719-737, nov. 2016.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. Tecnologia e desafios da educação brasileira contemporânea. **Trab. educ. saúde [online]**. v. 6, n.1, p.29-50, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462008000100003>. Acesso em: out., 2019.

VERMELHO, Sandra. Algumas reflexões em torno da tecnologia como expressão da subjetividade. In: LEITE, Márcia; FILÉ, Valter. (Orgs.). **Subjetividades, tecnologias e escolas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Recebido/ Received: 02/12/2019 Aceito/ Accepted: 03/01/2020 Publicado/ Published: 15/01/2020
--

CAMINHOS DA LEITURA: A EXPERIÊNCIA DA “TENDA DE LEITURA” NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS CACOAL

READING PATHS: THE “READING TENT” EXPERIENCE AT
RONDÔNIA FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION

Gizele de Melo Viana

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialista em História Regional pela União das Escolas Superiores de Porto Velho (UNIPPEC). Bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). E-mail: gizele.viana@ifro.edu.br

Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante

Mestranda em Educação Escolar - Programa de Mestrado Profissional em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialista em Gestão em Arquivos Empresariais e Bacharelada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). E-mail: fernanda.cavalcante@ifro.edu.br

Jussara Santos Pimenta

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com bolsa do CNPq, Bolsa FAPERJ Nota 10 e CAPES - Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), na Universidade de Lisboa (UL). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com bolsa do CNPq. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5283-2509>. Email: jussara.pimenta@unir.br

RESUMO:

Apresenta a experiência vivenciada no projeto “Tenda de Leitura” que buscou aproximar a biblioteca do Instituto Federal de Rondônia *campus* Cacoal à comunidade externa por meio de ações de incentivo à leitura, com a oferta de uma biblioteca itinerante adaptável a diferentes espaços, contendo livros impressos de literatura, periódicos, gibis e cordéis. A intervenção foi realizada em cinco espaços públicos, onde foram atendidos trezentos e noventa e um leitores de escolas públicas das esferas estadual e municipal. A ação foi realizada durante os meses novembro de 2018 a

outubro de 2019. Como resultados desta ação, identificamos a efetiva participação da comunidade externa, a troca de experiências de práticas de leitura além da doação de livros impressos, periódicos e gibis que compuseram o acervo utilizado na ação, valorizando assim o consumo colaborativo. Essa experiência proporcionou, ainda, a reflexão acerca do papel da biblioteca no ambiente escolar, a prática pedagógica desenvolvida a partir da biblioteca escolar e sua contribuição social. **Palavras-chave:** Leitura. Biblioteca Escolar. Biblioteca Itinerante. Prática Pedagógica.

ABSTRACT:

This work presents the experience of “Reading Tent” Project, which was carried out in the library of the Federal Institute of Rondônia, Cacoal Campus, aiming to bring it closer to the public through actions to encourage reading by means of an itinerant library that was adaptable to different spaces and contained literature books, periodicals, comic books and cordel (literature on a string) books. The intervention was done in five public places, where three hundred and ninety-one readers of state and municipal public schools were assisted. The

action took place from November 2018 to October 2019. As a result, there was effective community participation, exchange of reading practice experiences and donation of books, periodicals and comics from the public to build the collection used in the project, which made collaborative consumption possible. This experience also raised awareness on the role of library in school environment, the pedagogical practice developed in school library and its social contribution.

Keywords: Reading. School library. Itinerant library. Pedagogical practice.

1 INTRODUÇÃO

A leitura abre horizontes, desperta a criatividade do leitor e, é ainda, um instrumento de combate a alienação e da desinformação, proporcionando um exercício essencial de cidadania plena.

Conscientes da contribuição social das bibliotecas, o projeto “Tenda da Leitura” elaborado pela equipe técnica da biblioteca do Instituto Federal de Rondônia do *campus* Cacoal, iniciou suas ações com o objetivo de promover o hábito da leitura. Para tanto, buscou meios e/ou ambiente alternativo ao espaço físico da biblioteca tradicional e tendo em vista as diferentes possibilidades que a própria estrutura do *campus* oferecia, direcionou as suas ações à comunidade externa, que por vezes não possuía acesso à biblioteca e mesmo aos serviços oferecidos pela biblioteca IFRO/Cacoal. Buscou-se assim, promover um espaço alternativo para essa experiência de leitura favorecendo a aproximação junto à comunidade.

A ação justifica-se pela dificuldade de acesso aos livros e ausência de espaços de leitura e bibliotecas públicas disponíveis à comunidade do município de Cacoal - Rondônia. Proporcionar oportunidades de leitura a crianças, jovens e adultos é importante, pois para Petit (2013), a leitura é uma via de excelência para se ter acesso ao saber, mas também à fantasia, ao distante.

Diante dessa afirmativa, o projeto “Tenda de Leitura” elaborou ações em prol da leitura, sendo aqui apresentados os caminhos percorridos durante o projeto, com atividades

educativas de incentivo à leitura em cinco espaços públicos. A partir dos relatos e do questionário aplicado aos participantes foi possível realizar o diagnóstico de cada espaço contemplado pela “Tenda”, como forma de conhecer a realidade do município de Cacoal - RO. E por fim, a análise dos dados levantados, a pesquisa contribuiu para identificarmos os resultados e novas possibilidades de ação de cunho cultural e pedagógico que podem vir a ser desenvolvidos.

2 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA DENTRO E FORA DA ESCOLA

As bibliotecas, de um modo geral, contribuem para a difusão da informação e desta forma, favorecem o desenvolvimento crítico, o despertar para o conhecimento e a formação integral dos indivíduos.

Essa contribuição só é possível, pois no ambiente da biblioteca, o indivíduo é levado a buscar e/ou desenvolver a sua autonomia informacional, pois o acesso a livros, periódicos, enciclopédias, mapas, gibis tem se tornado cada vez mais livre, acessível e em sua grande maioria de forma gratuita. Com as tecnologias informacionais, o acesso que era local, passa a ser mundial, por meio do acesso à *internet*, a bases de dados, sites e etc.

Embora de grande relevância no processo de formação integral do indivíduo, as bibliotecas no Brasil ainda não são uma realidade disponível a todos. O acesso à biblioteca e conseqüentemente à informação é um direito previsto na Constituição Brasileira e corresponde também ao anseio por uma educação de qualidade. A biblioteca, segundo Maroto (2012) como instituição milenar, desempenha um papel importante como guardião da informação de forma sistematizada, oportunizando que o conhecimento chegue às sociedades contemporâneas de forma organizada e acessível.

No município de Cacoal – RO, a oferta de espaços de leitura e de bibliotecas apresenta necessidades e carências como os dos demais municípios brasileiros. Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP, que identifica e apoia o desenvolvimento de políticas culturais nacionais voltados às bibliotecas públicas municipais e estaduais, Cacoal apresenta somente uma biblioteca pública para atender a uma população estimada de 84.813 pessoas (IBGE, 2018).

Se analisarmos os dados obtidos por meio do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB¹ no estado de Rondônia sobre a disponibilidade de espaços de leitura e pesquisa (bibliotecas e/ou salas de leitura) na rede pública de ensino, observamos que somente 42% - aproximadamente 527 escolas, possuem biblioteca escolar e 23% afirmou possuir sala de leitura. Sendo assim, percebe-se que apenas 286 escolas possuem sala de leitura disponível aos alunos e professores. Esses dados nos mostram que embora a biblioteca no ambiente escolar seja um espaço importante para o letramento literário, a pesquisa e construção de uma vivência social, ela ainda não é uma realidade acessível a todos.

O acesso à informação seja por meio do livro, revista, jornal, vídeo, CD, *internet*, em qualquer suporte, preenche, de certa forma sua condição mínima de cidadania, quando o indivíduo busca as alternativas para solucionar os seus problemas e impasses. Compreende-se que é preciso transformar o espaço da biblioteca em um local vivo, dinâmico, algo verdadeiramente de convivência dentro e fora da escola visto que este espaço quando bem explorado, torna-se um verdadeiro aliado para os alunos e professores.

A concepção do projeto “Tenda de Leitura” surgiu mediante a essa realidade, tendo como objetivo ultrapassar os muros do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, levando à comunidade externa, um contato direto com a literatura, a leitura e aos livros. Possibilitar esse acesso, mesmo que de forma temporária, proporcionou a todos os envolvidos, um passo importante e necessário na democratização do acesso à informação.

O valor dado ao incentivo à leitura, ao espaço escolar e até mesmo em outros espaços (físicos) de leitura, refere-se também a uma educação de qualidade que vai além do olhar e pensamento contido no aluno. É por meio do contato com o livro que a criança, jovem e/ou adolescente começa a despertar a sua imaginação nas linhas e entrelinhas do texto, atreladas a um mundo de magia, desejos e sonhos.

O papel desempenhado pela biblioteca escolar, quanto à educação, consiste na prioridade ao aprendizado, no processo de desenvolvimento educacional e na disponibilização e utilização da informação, como um todo e para todos os seus usuários. (CASTRO FILHO; PACAGNELLA, 2011, p. 97).

¹ IDEB – Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira em 2007, tem como objetivo medir a qualidade do aprendizado e estabelece metas para a melhoria do ensino no país. Disponível em: QEDu.com.br

Compreende-se a leitura como um ato social, que faz parte da cultura de um determinado povo, agrega valores, hábitos saudáveis e proporciona novos horizontes. Para Freire (2011), ler é um ato político, social, que tem a capacidade de emancipar o cidadão, ou seja, dar a possibilidade de ter um pensamento crítico, discernimento de ideologias e contribuições no desenvolvimento da educação de um país.

O livro é um instrumento do saber, importante no processo de interação do homem na sociedade que, de forma significativa, influencia no cotidiano dos alunos, das pessoas em seus locais de trabalho, na família, etc. Já o ato de ler perpetua de geração a geração, mesmo com as dificuldades de criar o gosto pela leitura e diante de uma era com muitas informações e tecnologias, o homem busca por alternativas de espaços diferenciados para se aproximar de livros e que não seja biblioteca tradicional.

O ato de ler necessita de motivação. Petit (2013, p. 62) afirmou que “para transmitir o amor pela leitura, e em particular pela leitura de obras literárias, é preciso tê-lo experimentado.” Sendo assim, o projeto “Tenda de Leitura” oportuniza as crianças a ter o amor pela leitura de uma maneira lúdica, dinâmica, além do espaço diferenciado.

Nesse contexto, a biblioteca como unidade de informação atua, ao disponibilizar serviços que favoreçam o acesso ao livro e estimulem a prática da leitura literária e também, da pesquisa escolar, seja por meio de suportes impressos (físicos) e/ou digitais.

Desta forma o formato “itinerante” escolhido para o projeto, corresponde à necessidade de adaptar-se a diferentes locais, sejam eles abertos ou fechados, públicos ou particulares, mediante a aquisição de um suporte específico - uma tenda impermeável e desmontável, possibilitando assim sua adaptação a praças públicas, pátios de escolas entre outros. Este formato buscou atender aos leitores de diferentes faixas etárias e não exclusivamente o público infanto-juvenil, ao disponibilizar livros literários, revistas, jornais impressos e gibis.

A concepção de biblioteca itinerante não é recente, esse modelo já é amplamente utilizado em território nacional, especialmente em localidades e/ou comunidades onde há a ausência de bibliotecas públicas, ou ainda é muito incipiente. Um modelo de biblioteca itinerante que vem obtendo êxitos em suas ações é o projeto BiblioSESC², projeto esse

² Projeto BiblioSESC – desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio – SESC, desde o ano de 2005, atualmente está presente em cinquenta e sete unidades pelo Brasil. As bibliotecas móveis montadas em caminhões e

desenvolvido em diferentes unidades do Serviço Social do Comércio – SESC em todo o país (ARAÚJO; BRASILINO, 2013).

Sobre essa modalidade de biblioteca abordada neste artigo, destacamos que existem diferentes terminologias utilizadas para descrever essa prática - biblioteca móvel (BM), biblioteca itinerante (BI), biblioteca, bibliotecas volantes (BV). Sobre esse conceito a *International Federations of Library Associations and Institutions – IFLA* (2010, p. 08), nos esclareceu sobre essa modalidade de serviço:

Qualquer serviço de biblioteca, que não esteja fixo num lugar, é classificado como biblioteca itinerante. Está longe de transportar apenas livros. A biblioteca itinerante moderna pode levar DVD's, CD's, fotografias, mapas, jogos, folhetos, etc., além do livro.

Desse modo, as bibliotecas itinerantes dentro das suas atividades, tem desenvolvido significativo papel social ao propor o contato do indivíduo com o livro e a informação, visando atender, especialmente, aqueles que dispõem de pouco ou nenhum recurso para a sua aquisição. Sobre a relevância dessa prática, afirma Nascimento (2009, p. 66):

A itinerância de bibliotecas tem sido uma das soluções encontradas para levar leitura e conhecimento à população, em se tratando de frequência, cada dia atende um público e, em alguns casos, desenvolve projetos educacionais e sociais nas comunidades. Como um agente facilitador sua atuação engloba a formação de leitores através da circulação de livros entre a comunidade, além disso, intenta valorizar o livro como propulsor de novos aprendizados.

A composição do acervo da “Tenda de Leitura” contou primeiramente com a colaboração da biblioteca do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, *campus* Cacoal, porém foi sendo formado, ainda, a partir de doações de material bibliográfico oportunizado por meio de uma campanha permanente de arrecadação de livros e demais materiais bibliográficos. Durante a vigência de toda a ação, foram arrecadados de forma colaborativa livros literários e técnicos, jornais impressos, periódicos (revistas de circulação nacional) e gibis (quadrinhos), perfazendo, ao término da vigência do projeto, um total de cento e cinquenta e dois impressos arrecadados.

3 “TENDA DE LEITURA” - CAMINHOS PERCORRIDOS

coordenadas por bibliotecários. Percorrem o país transportando cada uma, um acervo de 3,5 mil livros, jornais e revistas para empréstimo gratuito à população (ARAÚJO; BRASILINO, 2013).

Foram realizadas cinco intervenções - “Tenda de Leitura” - durante o período de novembro de 2018 a outubro de 2019. Os critérios utilizados para a seleção desses espaços/locais foram a existência de biblioteca escolar e/ou sala de leitura, espaço público com grande circulação de pessoas e ainda localidade. Foi realizado em todas as etapas, um contato prévio com a administração escolar (direção da escola) e também junto a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, responsável pela organização e acompanhamento das feiras públicas no município de Cacoal.

A primeira intervenção aconteceu na Praça pública da Prefeitura de Cacoal no dia 04 de novembro de 2018, com a estimativa de quarenta e um participantes. O público que usufruiu foi de diferentes faixas etárias, onde foi possível motivar crianças, adolescentes e adultos a utilizar o livro, ter contato do mundo das letras, sendo o ponto de partida para o Projeto “Tenda de Leitura”.

A segunda intervenção da “Tenda” ocorreu na Escola Estadual Celso Ferreira no distrito do Riozinho, realizada no dia 30 de maio de 2019, onde foram convidados a participar os alunos do Ensino Fundamental do sexto ao nono ano no período matutino e seus professores. O público foi de cento e trinta e oito estudantes que tiveram acesso aos materiais literários.

A terceira intervenção ocorreu na Feira Pública, realizada todas as quartas-feiras na comunidade do bairro Floresta e adjacências, no dia 10 de julho de 2019. Dessa vez, o público apresentou características distintas do público escolar - foram os feirantes e seus filhos, que frequentam e auxiliam seus pais na venda de produtos, além do público geral. O controle dos participantes foi realizado mediante observação e desta forma estimamos que cerca de trinta e cinco pessoas participaram da ação.

A quarta intervenção do projeto, aconteceu na escola municipal Nossa Senhora do Carmo, no distrito do Riozinho, no dia 9 de agosto de 2019. O projeto pode colaborar com as atividades comemorativas alusivas ao Dia dos Pais na escola. A oportunidade das crianças em participar da “Tenda de Leitura” na véspera do dia dos pais foi uma experiência prazerosa, pois as crianças estavam eufóricas e participativas. Por ter sido realizada em um sábado letivo os grupos de alunos atendidos eram de turmas diversas perfazendo um total de cinquenta e dois participantes.

Finalizando a proposta do projeto, a escola estadual Antônio Gonçalves localizado no bairro Santo Antônio em Cacoal, foi contemplada no dia 10 de outubro de 2019, com a participação de cento e vinte e cinco estudantes. Novamente, a intervenção pode colaborar com as atividades já planejadas pela equipe pedagógica, véspera das comemorações relativas ao Dia das Crianças.

Com o intuito de atender o máximo de estudantes, público em geral, as intervenções ocorriam com quatro horas de duração, durante o período de Novembro de 2018 e Outubro de 2019, foram realizadas as cinco intervenções (tendas de leitura) previstas no projeto inicial, perfazendo um total aproximado de trezentos e noventa e dois participantes de forma direta.

Ressaltamos que, as intervenções realizadas nos ambientes públicos do município de Cacoal (praça e feira livre), o quantitativo de participantes foi calculado com base em uma estimativa, tendo em vista que por tratar-se de locais abertos e o espaço destinado à realização do projeto ser totalmente aberto e acessível, não conseguimos realizar uma contagem precisa nesses dois ambientes, sendo possível ainda, que o quantitativo apresentado, seja um pouco maior ou menor, nesses dois ambientes (espaços).

A aplicação de questionário avaliativo como forma de mensuração da satisfação das atividades foi realizada junto às escolas participantes mediante apoio dos professores e/ou voluntários. Contudo, na intervenção IV, por tratar-se de uma escola de Educação Infantil, com público com faixa etária de quatro a oito anos, a avaliação ocorreu de forma diferenciada, tendo em vista que havia alunos ainda não alfabetizados participando do projeto. A avaliação ocorreu por meio de diálogo/conversa após a participação e colhidas as impressões dos mesmos. Aos alunos que já são alfabetizados e dominam a leitura e a escrita foram aplicados os instrumentais de avaliação elaborados para o projeto.

O acervo e a abordagem foram utilizados com cada público, buscou respeitar a faixa etária, disponibilidade de tempo e os aspectos cognitivos de cada local, desta forma, mediante ao acervo disponível em cada intervenção foram planejadas atividades distintas bem como a seleção de livros, periódicos gibis e cordéis que correspondessem à capacidade de leitura e interação de cada grupo.

4 MÉTODOS E ATIVIDADES EXECUTADAS

A metodologia aplicada do projeto nos espaços – praça, a feira pública e as escolas, seguiram os seguintes passos: montagem da tenda; decoração; organização dos livros, gibis, cordéis e periódicos; preparo para contação de histórias; disposição de desenhos e folhas em brancos para as crianças, disponibilizando também o momento da “leitura livre” para que todos escolham um livro, gibis, cordéis ou periódicos do seu agrado no final da contação de histórias.

Primeiramente, todos os participantes eram recepcionados e acolhidos no espaço determinado para a realização do projeto, após a acomodação de todos, os objetivos eram apresentados, bem como a equipe participante e o acervo disponibilizado e a forma de utilização dos mesmos.

Para finalizar as atividades, foi realizada a aplicação de um questionário, para mensuramos a satisfação e o alcance da atividade proposta e buscou ainda para saber como se encontra nesse processo de leitura – hábitos de leitura, anseios e sugestões de melhorias.

5 RESULTADOS OBTIDOS

Utilizamos o instrumental de avaliação elaborado para o projeto em três escolas públicas participantes. Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gonçalves Dias, localizada no bairro Santo Antônio, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Celso Ferreira e Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo, ambas localizadas no distrito do Riozinho em Cacoal – RO.

Foram aplicados um total de sessenta e seis questionários aos alunos participantes do 4º, 6º e 9º ano do Ensino Fundamental. Não foram avaliados os professores que acompanharam as atividades nas respectivas turmas/escolas. Nas escolas que atenderam alunos na faixa etária de quatro a oito anos optamos por não aplicar o questionário de avaliação, sendo captadas somente as impressões dos participantes, que na sua maioria era favorável à atividade.

A intervenção (Tenda de Leitura) na escola de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo, foi realizada em um sábado letivo, onde o quantitativo de alunos participantes neste dia ficou extremamente prejudicado, tendo em vista que após a confraternização alusiva ao Dia dos Pais, muitos responsáveis acabaram por levar seus filhos para casa.

O questionário buscou identificar as impressões dos participantes quanto a Tenda de Leitura, mediante as questões:

1. *Você gosta de ler?*
2. *Você gostou de participar da “Tenda de Leitura”?*
3. *Qual livro ou gibi você mais gostou?*
4. *Dê a sua sugestão para o projeto “Tenda de Leitura”.*

Nas questões um e dois, que correspondem a questões fechadas, optou-se por utilizar uma legenda, por ter um público-alvo diverso, pois compreendemos que esta seria uma maneira de fácil entendimento por parte dos participantes, especialmente crianças em fase de alfabetização.

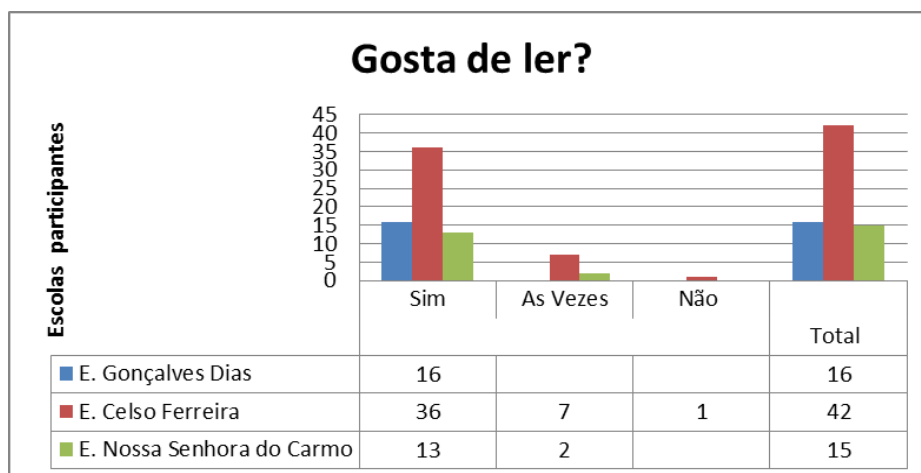
Figura1- **Legenda utilizada no instrumental avaliativo.**



Fonte: Projeto Tenda de Leitura.

A aceitabilidade dos participantes quanto a questão um: *Você gosta de ler?* foi facilmente identificada, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 - **Questão: Você gosta de ler?**

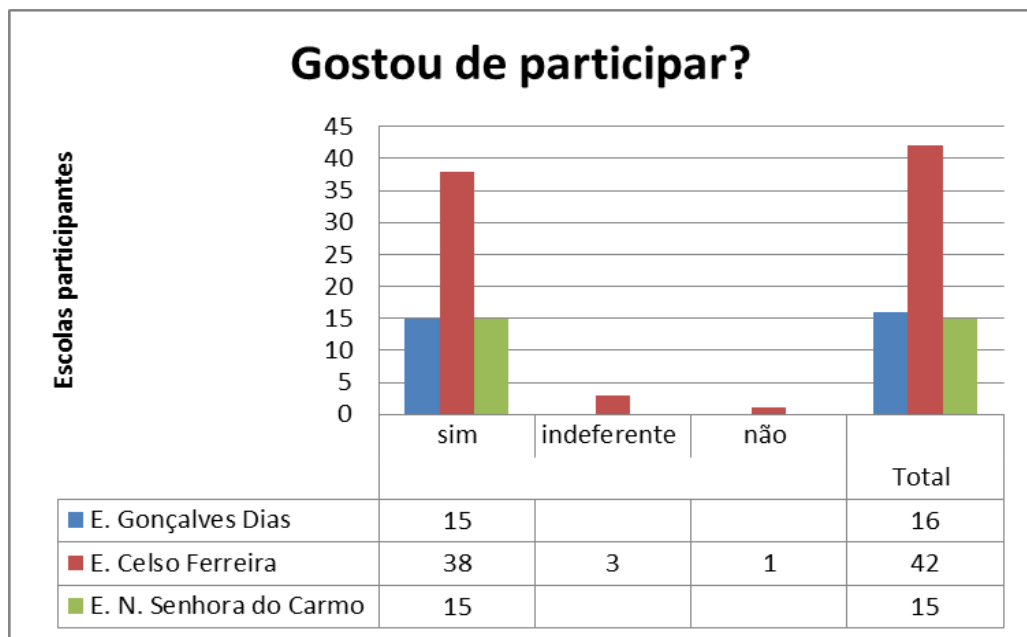


Fonte: Instrumental avaliativo.

Observamos que o gosto pela leitura é uma habilidade que já vem sendo trabalhada nas escolas participantes. Foram identificados no espaço físico das escolas atividades e murais temáticos alusivos a projetos de leitura e/ou de seu incentivo. As escolas da rede estadual participam do projeto institucional “Dia de ler, todo dia”, com calendário anual já estabelecido e com atividades já definidas pedagogicamente para todo o ano letivo. A questão 1, desta forma, corrobora com as impressões e o trabalho pedagógico já desenvolvido pelas escolas.

Sobre a participação na intervenção (Tenda de Leitura), questão número dois, obtivemos uma efetiva participação de alunos, professores e membros da equipe pedagógica (direção):

Gráfico 2 - **Questão: Você gostou de participar?**



Fonte: Instrumental avaliativo.

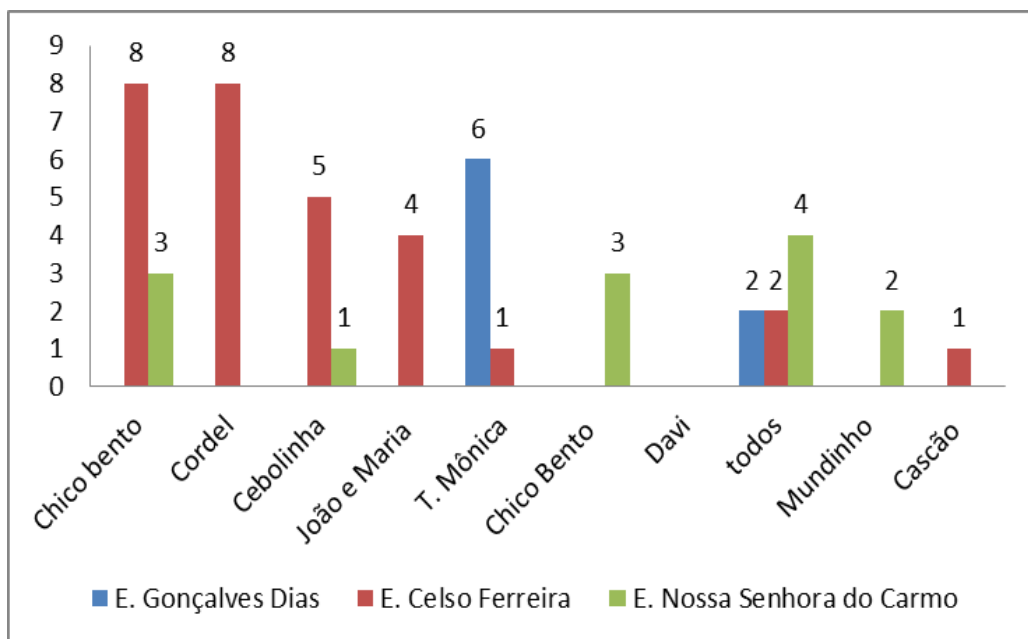
Nas duas intervenções realizadas em espaços públicos (praça e feira livre) não foram aplicados instrumentais avaliativos. Contudo, foi de fácil percepção a participação e a curiosidade do público no espaço disponibilizado.

A princípio ocorreu um estranhamento e distanciamento, contudo, na medida em que o público era convidado a participar e foi distribuído material de divulgação (*folder* impresso), a

aproximação ocorreu, sendo positiva a participação. Alguns transeuntes questionaram inclusive se os livros disponibilizados “*estavam à venda*” ou se era “*é preciso pagar para ler?*”

Sobre a questão três “*o que você mais gostou de ler?*”, foram mencionados livros que foram lidos por mais de dois alunos e que também foram utilizados na contação de história, atividade realizada em todas as escolas. Outro item do acervo que chamou a atenção de todos, foram os livros em literatura de Cordel, que versavam sobre aspectos históricos, geográficos e culturais do estado de Rondônia, acervo este, disponibilizado pela biblioteca IFRO/Cacoal.

Gráfico 3 - Questão: O que mais você gostou de ler?



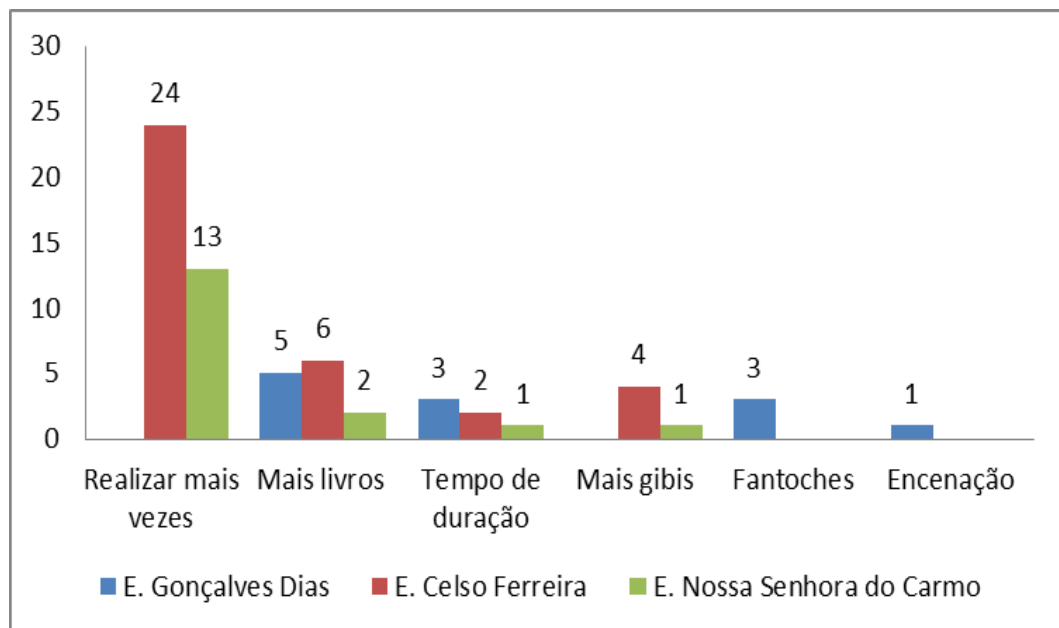
Fonte: Instrumental avaliativo.

Na questão quatro “sugestões para a Tenda de Leitura”, observou-se que ocorreram sugestões em dois caminhos, relacionado a tempo de duração e espaço, bem como sugestões de itens para acervo e leitura.

A principal sugestão foi ampliar o(s) dia (s) e/ou tempo de duração da “Tenda de Leitura”. Obtivemos relatos ainda durante a realização da intervenção relacionados a isso – “o tempo foi curto demais”, “eu só pude ler um gibi”, ou mesmo a expressão: “mas, já acabou?”

Sobre o acervo, destaca-se a menção a uma maior quantidade de livros, seguido por gibis e também à indicação de outras atividades que não chegaram a ser realizadas neste projeto, porém já são conhecidas e recorrente entre os alunos pois as escolas já vêm desenvolvendo ações de incentivo à leitura pontuais e já inseridas na proposta pedagógica das escolas atendidas, mas que são sugestões pertinentes como fantoche e encenação teatral a partir das leituras realizadas.

Gráfico 4 - Sugestões para a Tenda da Leitura.



Fonte: Instrumental avaliativo.

Parte do acervo utilizado nas intervenções foi coletado via doação. Foram recebidos cento e cinquenta e quatro bibliografias impressas, distribuídos entre livros literários, livros técnicos, gibis e revistas mediante doações diretas e indiretas ao projeto. Denominamos de

doação direta aquela que foi recebida e/ou coletada especificamente para o projeto. Já as doações indiretas foram aquelas que chegaram à biblioteca IFRO/Cacoal, mas que após a análise técnica, não entraram no acervo institucional, todavia, estavam aptas a serem utilizadas no projeto.

A participação da comunidade escolar e/ou institucional durante a realização do projeto ocorreu de forma incipiente e tímida. A cada nova etapa e após a confirmação de local, horário e data, eram realizados convites à comunidade estudantil e servidores do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Todavia, somente alguns alunos pertencentes ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/IFRO, e especificamente os alunos que executavam suas atividades na Escola Celso Ferreira no distrito do Riozinho, participaram efetivamente das atividades desenvolvidas (organização do espaço, apoio pedagógico e etc.). Os alunos bolsistas que atuavam na Escola Antônio Gonçalves Dias, apesar do convite realizado junto a coordenação do PIBID, não participaram da intervenção na referida escola, na data prevista. O convite à participação da comunidade escolar/acadêmica ocorria sempre por meio de mensagens via *e-mail* institucional. A participação dos alunos dos cursos integrados não poderia ser efetivada devido ao choque de horários das atividades, o que inviabilizou a participação efetiva dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a execução das intervenções, a participação da comunidade e as experiências vivenciadas durante o projeto; pudemos nos apropriar do significado das palavras do educador Paulo Freire (2011 p. 15) “na medida, porém, em que me fui tornando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia, na leitura que dele ia fazendo, os meus medos iam diminuindo”.

Após a realização do projeto e o cumprimento de suas etapas, observamos que os objetivos propostos foram atingidos de forma satisfatória. Buscou-se em seu desenvolvimento, a utilização de espaços públicos que favorecessem o estímulo à leitura para o maior número possível de indivíduos de forma direcionada, buscando incentivar a busca pela informação, o acesso ao livro e a aproximação da comunidade aos trabalhos já desenvolvidos pela biblioteca “Clarice Lispector”, do IFRO/Cacoal.

Por meio do contato junto a escolas e a comunidade, identificamos outras possibilidades de atuação junto à comunidade escolar nas diferentes esferas e à população do município de Cacoal. Dentre essas ações destacamos a receptividade da comunidade durante a realização do projeto na feira livre que ocorre semanalmente, onde o interesse pela proposta do projeto foi bastante positivo.

A experiência neste projeto nos possibilitou, ainda, um novo olhar e uma reflexão quanto a prática biblioteconômica já desenvolvida no cotidiano da biblioteca do *campus* Cacoal, pois identificamos que ações como captação de recursos bibliográficos para doações a escolas e/ou comunidades que não possuem biblioteca ou sala de leitura, propostas de incentivo à leitura como oficinas de contação de histórias a partir da biblioteca IFRO/Cacoal, são atividades possíveis e podem vir a ser ofertadas a comunidade interna e externa do instituto.

Estimular a formação de um público leitor, o acesso ao livro e a informação é uma tarefa diária para uma sociedade consciente de que uma educação de qualidade só poderá ser possível por meio da educação, da leitura e da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuele Alves; BRASILINO, Fabíola Nunes. Biblioteca itinerante: um estudo de caso do projeto BiblioSesc, da rede Sesc, como incentivo à leitura em uma escola na zona norte de Teresina (PI). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61990>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa por município – Cacoal**. 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacoal>. Acesso em 27.09.2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/>. Acesso em: 02.11.2019.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; PACAGNELLA, Juliana Nascimento. Biblioteca escolar pública, bibliotecário. In: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Souza (Org.). **Dizeres sobre biblioteca escolar: palavras em movimento**. Ribeirão Preto: Alfabeta, 2011. p. 97-108

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTION (Estados Unidos). IFLA. **Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO**. 2010.

Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 06.11.2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QEDU. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. IDEB. Ensino Fundamental anos finais. 2017. Disponível em <https://www.qedu.org.br/estado/122-rondonia/ideb/ideb-por-municipios?dependence=5&grade=2&edition=2017>. Acesso em 06.11.2019.

QEDU. Censo Escolar 2017. IDEB. Disponível em <https://www.qedu.org.br/estado/122-rondonia/ideb/ideb-por-municipios?dependence=5&grade=2&edition=2017>. Acesso em 06.11.2019.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Melissa Eloá Silveira. Bibliotecas itinerantes: literatura como ferramenta para o desenvolvimento de leitores. Leitura e Oralidade. In: **Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 12, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2009.

PETIT, Michèle. **Leituras:** do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013.

SISTEMA BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). Relação de Bibliotecas Públicas do estado de Rondônia. In: **Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil**. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>. Acesso em: 25.09.2018.

ZOARA, Failla. (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 24.09.2018.

**MEMÓRIAS DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE EM
CACHOEIRA – BAHIA / BRASIL:
DOCUMENTAÇÃO DA CONFRARIA¹**

NOSSA SENHORA DA BOA MORTE FRATERNITY'S MEMORIES IN CACHOEIRA - BAHIA / BRAZIL:
THE FRATERNITY'S DOCUMENTATION

Zeny Duarte de Miranda

Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Letras, UFBA. Pós-Doutora em Ciência da Informação em Plataformas Digitais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Portugal. Pesquisadora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Mestrado e Doutorado (PPGCI/UFBA). Coordenadora do G-Acervos – CNPq. Memorialista. Escritora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. E-mail: zenydu@gmail.com

Patrícia Reis Moreira Sales

Doutoranda em Ciência da Informação (CI) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Mestre em CI pelo (PPGCI/UFBA). Graduada em Arquivologia pela UFBA e em Comunicação Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Arquivista na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1133-0625>. E-mail: patriciarsales@gmail.com

Eva Dayane Jesus dos Santos

Mestranda em Ciência da Informação (CI) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Especialista em Gestão Governamental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA). Bibliotecária da UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2011-2961>. E-mail: evabibliotecaria@gmail.com

Resumo

O destaque desta pesquisa encontra-se no levantamento de acervos documentais sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, salvaguardados e disponibilizados ao público pelo Centro Cultural da Irmandade da Boa Morte, situado em um dos sobrados coloniais da cidade de Cachoeira – Bahia, e por outras instituições culturais, a exemplo da Fundação Pierre Verger, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possuidoras de rica concentração de dossiês sobre memórias da Irmandade, contadas através

da documentação acumulada e produzida, constituída de manuscritos, impressos, fotografias, audiovisuais, desenhos, pinturas e outros variados registros informacionais. Sobre o entorno arquitetônico, será revisitado o contexto espacial relativo ao imóvel, onde funciona o Centro Cultural Irmandade da Boa Morte, integrado ao conjunto patrimonial paisagístico da cidade de Cachoeira, legalizado pelo IPHAN / Ministério da Cultura, com passagens históricas de outras formas de moradas em sobrados coloniais da Bahia, especificamente, da cidade onde se estabelece a Irmandade da Boa Morte, Cachoeira. Apresenta

¹ Estudo apresentado no 5º Congresso Internacional Casa Nobre: Um patrimônio para o futuro (Dezembro de 2017), realizado em Portugal.

breve reflexão teórica-conceitual sobre arquivo e memória e o relacionamento do documento com memória.. Dessa forma, esta pesquisa monumentos arquitetônicos e urbanísticos e às manifestações culturais, em sua espacialidade.

Palavras-chave: Documentação da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte. Centro Cultural da Irmandade da Boa Morte. Patrimônio Arquitetônico. Memória – Irmandade da Boa Morte. Cachoeira – Cidade. Cultura da Bahia.

Abstract

The highlight of this research is the collection of documentary collections about the Nossa Senhora da Boa Morte Fraternity, protected and made available to the public by the Boa Morte Fraternity Cultural Center, located in one of the Cachoeira - Bahia colonial houses and by other cultural institutions, such as the Pierre Verger Foundation, Artistic and Cultural Heritage Institute (IPAC), National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), which have a rich concentration of dossiers about the Fraternity's memories, told through accumulated and produced documentation, composed of manuscripts, printings,

busca suscitar reflexões sobre patrimônio documental relativo aos arquivos, aos

photographs, audiovisual, drawings, paintings and other varied informational records. Regarding the architectural environment, the building's spatial context will be revisited, where it operates the Boa Morte Fraternity Cultural Center, integrated with the scenic heritage of the city of Cachoeira, legalized by IPHAN / Ministry of Culture, with historical passages of other forms of addresses in the colonial houses of Bahia, specifically in the city where Boa Morte Fraternity is established, Cachoeira. It presents a brief theoretical and conceptual reflection on archive and memory and the relationship of the document with memory. Thus, this research seeks to raise reflections on documentary heritage related to archives, architectural and urban monuments and cultural manifestations, in their spatiality.

Keywords: Nossa Senhora da Boa Morte Fraternity's Documentation. Boa Morte Fraternity Cultural Center. Architectural heritage. Boa Morte Fraternity's Memories. Cachoeira City. Culture - Bahia.

1 CIDADE DE CACHOEIRA DA BAHIA

Cachoeira é uma cidade histórica do Recôncavo da Bahia que remete ao Brasil Colonial e também se posiciona atuante em diversos episódios históricos e políticos, tendo sido uma das cidades da região responsável pela iniciação da luta pela Independência do Brasil. Sobre esta conjuntura, um dos mais importantes historiadores do Brasil, Luís Henrique Dias Tavares, em seu famoso livro História da Bahia (2008), detalhou com rigor a participação da Bahia na guerra pela Independência do Brasil, assim como também, destacou o importante papel da cidade de Cachoeira naquela altura.

Na Bahia desenvolveu-se uma situação de guerra, valendo todas as armas. Essa situação única sucedeu por causa da posse do general Madeira de Mello, pela força das armas, no comando da província da Bahia. A Bahia, assim como o Maranhão e o Pará, tinha aderido ao movimento constitucionalista em Portugal, a partir da revolução do Porto, de agosto de 1821. (TAVARES, 2008, p. 98).

Em entrevista concedida à Revista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sobre a posição de Cachoeira e do Recôncavo da Bahia na Guerra pela Independência do Brasil, Moura e Tavares (2006, p. 15), esclareceu:

E aí começa a resistência.

Sim. Os municípios que formavam o Recôncavo, produtores diretos da riqueza da província, pois produziam açúcar, fumo e outras mercadorias para o comércio internacional, sem armas, declaram que não aceitam o general Madeira de Mello como governador das armas. E fecham o Recôncavo para as relações com a Cidade do Salvador. Isso afeta toda a província, porque é de Cachoeira, no Recôncavo, que se estabelecem as relações comerciais com todo o chamado sertão, pela subida do rio Paraguaçu até a Chapada Diamantina, estendendo-se daí às áreas que produziam gado e o enviavam para a Cidade do Salvador.

O que acontece de junho em diante, que muda a situação?

Primeiro acontece a proclamação do município de Cachoeira contra Madeira de Mello, contra todos os demais oficiais militares, contra a Armada Portuguesa, que ocupava a Baía de Todos os Santos. Essa é uma situação ainda mal compreendida, mas em 28 de junho de 1822 forma-se, em Cachoeira, um governo que nega o governo que está na Cidade do Salvador.

Com estas e outras leituras sobre episódios históricos com a participação de Cachoeira e de outras cidades do Recôncavo Baiano, nota-se a forte situação da cidade de Cachoeira no cenário regional, nacional e internacional. Na vasta documentação e bibliografia sobre Cachoeira, é possível aprofundar reflexões acerca de narrativas sobre a cidade.

Cachoeira - Cidade populosa e commerciante da província da Bahia, cabeça d'um collegio eleitoral, e da comarca de seu nome. Está situada sobre uma e outra margem do rio Paraguaçu, perto da serra Timbóra, a 18 legoas da cidade da Bahia. É esta cidade o deposito geral dos productos que as comarcas que lição ao oeste envião para receber em cambio fazendas, instrumentos, e outros objectos de que carecem. Corta-a em duas partes desiguaes o rio pelo qual sobe a maré obra de 1 legoa até acima do lugar onde um fundo pedregoso estorva a navegação; passa-se d'uma banda a outra por uma ponte de 160 metros de largo. A parte mais considerável da cidade é ornada d'uma fonte, cuja agua é excellente, e de duas pontes de pedra sobre os ribeiros Tallieiro, e Pitanga, d'uma casa municipal, com sua cadea, d'uma igreja erecta em freguezia em 1698, dedicada a N. S. do Rozario, e das de N. S. da Conceição, de São-Pedro e d'um convento de carmelitas descalços. A parte que fica sobre a margem direita é habitada pela gente menos rica, e appellidada São-Felix por causa d'uma igreja dedicada a este santo. Há além d'esta outra invocação do Menino-Deus. Uma lei da assemblea provincial conferio á villa da Cachoeira o título de cidade. Em 1839, pelos fins de dezembro, houve uma cheia extraordinária que deitou por terra grande parte das casas, subindo a mais de 20 pés de alto. Em 1804 constava o distincto da villa da Cachoeira de 1088 fogos, porém a povoação se augmentou a tal ponto que boje se contão 15000 habitantes, Belém, Muritiba, São-José e Genipapo pertencem a este districto. É para lamentar que seja esta cidade exposta ás cheias, e que se não tenham applicado os meios necessários para remediar os males que ellas costumão trazer. Os priiicipaes productos da exportação d'esta cidade são tabaco e café." (SAÍNT-ADOLPHE, 1845, p.186-187)

Outros estudos realizados por Tavares (1974) constroem relatos sobre a Vila de Nossa Senhora do Rosário do porto de Cachoeira, datada de 1693, oriunda do povoado que se criou à margem esquerda do rio Paraguaçu, em terras do engenho de Gaspar Rodrigues Adorno. Ganhou importância no século XVIII, por causa de sua posição como centro comercial e passagem obrigatória para os que procuravam ou habitavam o sertão. Castro (2005, p.114) relatou em seus estudos sobre Cachoeira:

Localizada numa região comumente chamada de Recôncavo – que significa fundo de baía, neste caso, a baía de todos os Santos –, foi denominada, inicialmente, de Vila de Cachoeira. Passou à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira em 1674, uma vez que o número de seus moradores avançava. Em 1693, através da Carta Régia de 27 de dezembro, passou a ser chamada de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. A emancipação política só ocorreu através da Lei Provincial nº 43 de 13 de março de 1837, dada a sua relevância econômica e política à época.

O Recôncavo tornou-se um dos mais importantes polos de emancipação política, econômica e cultural da Bahia. Entretanto, sofreu descaracterização pelo avanço econômico e social de outras regiões, tornando-se não tão visitado e apreciado como nos séculos de sua reconhecida era de ouro. Está localizado num ponto estratégico da Bahia, logo sua dinâmica deve ser compreendida a partir de um prisma que comunga com dimensões fisiográfica, histórica, social, política e econômica. Trata-se de uma região da Bahia a serviço de núcleo regional, tendo papel importante no projeto de colonização do Brasil. O desenvolvimento urbano dessa região e o perfil social dos seus habitantes estiveram alicerçados nas bases da produção açucareira, fumageira e de subsistência.

É nessa região que se instala a Cidade de Cachoeira. Conforme dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a história de Cachoeira iniciou-se em 1531, quando o fidalgo Paulo Dias Adorno fez parte da expedição de Martim Afonso de Souza que chegava à Bahia com o intento de estimular o cultivo da cana-de-açúcar e da indústria. Nos relatos de Barbosa (2010a),

A Vila de Cachoeira nasceu de um engenho que tal como em outros pontos do Recôncavo Baiano, as relações intrínsecas e extrínsecas estabelecidas por engenhos foram polos de atração de populações no exercer de outras atividades, principalmente, a produção agrícola de subsistência. Do engenho para a formação de uma rede urbana, era assim que se formavam os primeiros corpora populacionais coloniais ou, pelo menos, seguindo a extensão dos engenhos, nasceram e se desenvolveram as vilas no interior do território baiano.

Cachoeira foi uma cidade importante do século XVII ao XIX, servindo de entreposto comercial e ligando o interior do Recôncavo a Salvador. Santos (1959) acrescentou:

O porto de Cachoeira era fundamental para escoar a larga produção açucareira, enviá-la ao porto da Capital, o mais movimentado do Atlântico Sul no século XVIII, onde se localizavam as casas de exportação e, por conseguinte, onde eram realizadas as transações comerciais.

No texto de Barbosa (2010a), a autora expõe fatos e curiosidades da cidade que atrai anualmente milhares de turistas do mundo inteiro e, diz ainda:

Em 1775, a Vila da Cachoeira é uma das mais extensa da Bahia e ficará nessa posição até o século XIX. Nessa época, agrupava na forma de comando geopolítico sete importantes Freguesias da região: Feira de Santana, Muritiba, Conceição de Feira, São Gonçalo dos Campos, Oiteiro Redondo, Cruz das Almas e Castro Alves. Era também o segundo núcleo populacional da Bahia [...] (BARBOSA, 2010a, p. 17).

No século XIX, Cachoeira continuou obtendo destaque na Bahia e Brasil.

Chegou a ser sede do governo baiano por duas vezes: a primeira, durante as lutas pela independência da Bahia, sendo sede da Junta Governativa e depois, do Governo Provisório em 1822, fato que, posteriormente, lhe rendeu o título de 'Cidade Heroica'. A segunda, em 1837, durante a Sabinada (BARBOSA, 2010a, p. 19).

Até a primeira metade do século XIX, Cachoeira viveu a era de ouro. Apesar do longo período de ascensão da cidade de Cachoeira, atravessando três séculos, a mesma decaiu em decorrência de diversos eventos, como nos relatou Barbosa (2010, p. 20) “na segunda metade do século XIX, Cachoeira passa a viver o amargo da decadência da produção econômica motivada pelo fim do tráfico de escravos e pela abolição da escravidão”.

Embora Cachoeira estivesse passando por momentos de desalento foi também na segunda metade do século XIX que a cidade se modernizou em relação aos meios de transportes com construção da Estrada de Ferro da Central da Bahia, da Ponte Dom Pedro II e ainda com a construção da Hidrelétrica de Bananeiras, a atual Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo.



Imagem aérea da cidade de Cachoeira e da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo.

Foto: Jomar Lima

Nesse cenário, se inseriu a Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte. Devido às perseguições sofridas em Salvador, as irmãs da confraria resolveram deixar a capital para se instalar em Cachoeira, onde suas atividades permanecem ativas até os dias de hoje. Sobre a Irmandade, Corrêa (2008, p,124), disse:

A festa em sua manifestação brasileira, especialmente da sociedade baiana e escravocrata, que o ato de festejar da Boa Morte apresenta-se nesta descrição como um expurgo das tensões vividas por esta sociedade no seu dia-a-dia, assim como, também nos orienta para uma cartografia do sagrado da cidade de Salvador do século XIX, tendo em vista que suas ruas e ladeiras ao serem marcadas pelo ato solene da Irmandade da Boa Morte não estão mais compreendidas diante da ação religiosa como as ruas e ladeiras comuns do cotidiano.

A partir do próximo item, serão destacados novos elementos contextuais sobre a mencionada e preservada manifestação cultural - Patrimônio Imaterial - observando, sobretudo, sua estreita ligação com a cultura, informação, memória, arquitetura e urbanismo da Bahia e do Brasil.

2 IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é uma confraria católica e ao mesmo tempo da cultura e crenças do Candomblé, religião de matriz africana que preserva tradições e ensinamentos religiosos e culturais de seus ancestrais. Ou seja, é uma manifestação de caráter religioso da cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano. Formada por mulheres africanas, suas

descendentes e ex-mulheres escravizadas e livres no Brasil, representantes da tradição do povo africano.



Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Foto: Lázaro Menezes

A Irmandade da Boa Morte ou Festa da Boa Morte é uma manifestação secular, como dito, sem data precisa de sua existência. Alguns historiadores datam a festa da confraria como criada em 1820, na Igreja da Barroquinha, em Salvador, por mulheres africanas e escravizadas, sendo posteriormente transferida para a cidade de Cachoeira, Bahia. Segundo Silva e Freitas (2005?),

Com a formação da Irmandade da Boa Morte, registra-se também a criação de um dos primeiros Terreiros de Candomblé do Brasil, ligado à Irmandade, por ter sido criado [...] pelas mulheres adeptas da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, [...], e por um homem adepto da confraria de Nosso Senhor dos Martírios, [...]. Verger (1992, p. 113), o Iyá Omi Axé Ayá Intilá em homenagem a Xangô, numa casa ao fundo da Igreja da Barroquinha, que, abrigava reuniões políticas e manifestações de toda ordem, Nascimento e Isidoro (1988, p. 16)

Trata-se de uma manifestação cultural que traduz vários significados e conceitos, muitos estudos acerca, e entendimentos com base na tradição ou em parâmetros socioeconômicos, antropológicos e culturais, de maneira abrangente, aproximada aos mundos dizível e o indizível acerca das formações de irmandades. Assim, Mecenas (2011), pontuou:

A festa deve ser entendida como fruto de uma sociedade humana e produto de seus sonhos, angústias e fantasias. Um momento de liberdade e formação de uma identidade coletiva que, muitas vezes, foi formada no início da colônia, mas que permanece na memória de um determinado grupo e ainda é realizada seguindo os antigos moldes. Também pode ocorrer o desaparecimento do rito, ou esse não ter o mesmo significado naquele grupo social. Até porque como defende Bastide “o sincretismo é fluido e móvel, não é rígido e nem cristalizado.

Para Barbosa (2010b), confirmando a reflexão de Silva e Freitas (2005?), a história sobre as irmandades negras da Bahia traz vazios documentais, pois seus documentos internos não foram preservados, além do fato das inúmeras irmandades não terem existido legalmente.

[...] uma devoção de cor exclusivamente feminina, constituída sob invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na Igreja da Barroquinha, onde também existia, desde o século XVIII, a Irmandade de Nosso Senhor dos Martírios. O fato de ter sido reconhecida naquele período, em momento algum quer dizer que a mesma já não se encontrava em pleno funcionamento. (BARBOSA, 2010b).

Após mudança de Salvador para Cachoeira, “[...] a Irmandade da Boa Morte ficou instalada numa casa de nº. 41, na Rua da Matriz, atual Rua Ana Nery, chamada de Casa Estrela, por ter em sua calçada uma estrela de granito de cinco pontas” (BARBOSA, 2010b, p. 48). A Casa Estrela tem seus mistérios. A estrela com cinco pontas na calçada, criou no imaginário popular várias crenças. Acredita-se que a estrela simboliza a estrela de Davi e os três reis magos da crença Católica, ao mesmo tempo em que para outros simbolize um Exu assentado para a crença do Candomblé. Acredita-se que nesse lugar foram “iniciadas” as mulheres que fundaram a Roça do Ventura na cidade de Cachoeira. Além dessas histórias, a Casa Estrela também foi casa de comércio que mantinha ligação constante com a África e comercializavam produtos trazidos de lá. Destarte, a casa ainda mantém importância e simbolismo para as devotas da Irmandade da Boa Morte.



Casa Estrela. Foto: Blog da Jornalista Alzira Costa
<http://sejahunde.blogspot.com/p/irmandade-da-boa-morte.html>

O intuito da fundação na época era de formar fundos para comprar cartas de alforria de seus descendentes ou irmãos negros. Outras narrativas contam que o fundo seria para enterrar

dignamente seus irmãos e irmãs. Barbosa (2010) explicou que a diáspora e a escravidão dissolveram os laços familiares consanguíneos africanos, entretanto, pelo catolicismo negro tornava-se viável uma reaproximação de laços sócio afetivos, e assim foi feito pela tipologia do termo “parente”, tão presente quando se consulta os documentos internos das irmandades negras. Mais uma vez a Casa Estrela, em função de forte influência política, poderia possivelmente ter promovido a alforria de muitos negros escravizados. (BARBOSA, 2010b, p. 49). Além disso:

O simples fato de pertencer a uma irmandade representava para as negras e negros uma forma de vencer as barreiras impostas pelo preconceito racial e cultural, um meio de estabelecer alianças e contatos, uma forma de preservação de suas tradições e acima de tudo o reconhecimento social. (MACHADO, 2013, p. 34).

As irmãs da Boa Morte também eram conhecidas como as "Negras do Partido Alto", pois elas eram ex-mulheres escravizadas que conseguiram trabalho no comércio e, conseqüentemente, ascensão social e assim tinham condições de comprar com dinheiro cartas de alforrias para libertar os negros que ainda estavam escravizados.

A festa teve início após uma promessa feita pelas irmãs para a libertação dos escravos. Por isso, a Irmandade agradece a Nossa Senhora da Boa Morte todos os anos. A Irmandade da Boa Morte tem forte representação para a cultura da Bahia e do Brasil, por simbolizar e demonstrar a organização, a força e a resistência das mulheres negras que lutaram e continuam lutando pela manutenção de sua existência no espaço social brasileiro e para preservar a identidade em sua temporalidade.

Na análise de Barbosa (2010b, p. 32) “Pertencer a uma irmandade numa sociedade colonial era a forma mais aprazível de introjetar na população uma identidade cívica, de congraçamento com o território e com o outro.” Em Verger (1992, p. 101) encontramos uma descrição mais profunda e sintetizada acerca da Irmandade. O antropólogo fala da Irmandade da Boa Morte como “preservação do espírito de iniciativa que as mulheres nagôs tiveram na África, relacionado às atividades de direção e administração”.



Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.
Foto: Lázaro Menezes

Embora, aparentemente, sejam manifestações para reverenciar os santos católicos, as religiões afro-brasileiras se formaram no século XIX, quando o Catolicismo era a religião aceita pelos detentores do poder. Na explicação de Machado (2013), para o negro conseguir conviver em sociedade, sendo livre ou escravo era uma obrigação ser católico. Ao reelaborar as religiões africanas no Brasil, africanas e africanos afirmavam-se como católicos, cultuando orixás africanos como santos católicos, adaptando-se aos calendários festivos, mesmo com a República, momento em que o Catolicismo perdeu sua condição de religião oficial. Por todos esses fatores, é comum o tópico religião ser pesquisado de forma superficial e boa parte dos afro-brasileiros aparecer escondido na denominação “católico”.

A manifestação religiosa e popular acontece todos os anos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. A festa se inicia no dia 13 de agosto, dia dedicado às irmãs falecidas e vai até o dia 17, com muita festa ao som de samba de roda e comidas típicas. No entanto, a ceia do dia 13 de agosto, conhecida como Ceia Branca, não permite alimentos de carne bovina, suína e azeite de dendê, em respeito a Oxalá e a Nossa Senhora da Boa Morte. Trata-se aqui de revisitar memórias de um segmento cultural intransponível e incomensurável, um dos mais importantes bens culturais da Bahia e do Brasil, em suas múltiplas capacidades de ressignificar o passado que nos é presente. Conforme Queiroz (2011, p.9),

o bem cultural, como todo signo, tem um imprescindível suporte físico – dimensão material que é o suporte de comunicação; uma estrutura simbólica que lhe dá sentido – e que se estabelece na prática dos sujeitos capazes de atuar segundo certos códigos; que o bem de natureza imaterial ou intangível se caracteriza, segundo a Constituição Brasileira, como uma “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”.

No ano de 2010, foi criado o Decreto Estadual (Bahia) nº 12.227/2010, onde a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi registrada como Patrimônio Imaterial da Bahia, no Livro do Registro Especial de Eventos e Celebrações pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), com a descrição:

Manifestação característica da religiosidade popular que acontece todos os anos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. A festividade se inicia no dia 13 de agosto, dia dedicado às irmãs falecidas. Nestes dias as irmãs vestem-se de branco, saem em procissão carregando a imagem postada sobre um andor rumo a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. No dia 14, com a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, as irmãs saem da sede da Irmandade em procissão noturna, carregando velas, entoando cânticos proferidos durante o percurso fazendo menção à dormição de Nossa Senhora. O dia 15 de agosto é dedicado a Nossa Senhora da Glória. A procissão sai pela manhã da sede da Irmandade, seguida pelas filarmônicas locais. Levam flores, carregam o andor de Nossa Senhora da Glória até a Igreja Matriz, onde uma missa é celebrada, e quando acontece a transferência dos cargos, com posse da nova comissão de festa. A festa de prolonga até o dia 17, com muito samba de roda e uma farta ceia durante os cinco dias de festa.

Ressalta-se que a Irmandade da Boa Morte é a mais conhecida das irmandades, nacional e internacionalmente. A definição mais sintética a respeito das irmandades é aquela proposta pelo historiador João Reis (1991, p. 51) que as compreende como “... associações corporativas no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais...”. Portanto, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte não é a única fundada na Bahia e nem mesmo em outros Estados do Brasil. Durante os quatro primeiros séculos, as irmandades, tanto negras quanto brancas, assumiram um relevante papel na construção da identidade nacional.

3 DOCUMENTAÇÃO (TEXTUAL E ARTES VISUAIS)

Os acervos documentais sobre a Irmandade da Boa Morte, e sua manifestação cultural, encontram-se espalhados por instituições públicas e privadas em cidades da Bahia (Cachoeira, Cruz das Almas, Ilhéus, Jequié, Feira de Santana, Salvador...), e em São Paulo e Brasília. Também é possível encontrar documentação pessoal de artistas em Salvador e Cachoeira. Anualmente, alguns artistas e fotógrafos acompanham a Festa da Irmandade da Boa Morte, sendo a manifestação representada por Carybé, Hansen Bahia, Adenor Gondim, Vinicius Xavier, Ricardo Almeida, Ana Paula Trindade, Toni Caldas, José Azevedo, Jomar Lima, Aline Pires, Iraildes Mascarenhas, Josué Ribeiro, Lázaro Menezes, Ayrson Heráclito, Pedro Arcanjo e Dalva Damiana de Freitas e tantos outros da Bahia. Todos, com expressão das artes visuais e sonoras, divulgam a Irmandade e suas significações e ressignificações.

Para oferecer visibilidade, foi elaborado um quadro com instituições públicas e privadas que possuem e dão acesso a itens documentais sobre a Irmandade da Boa Morte. As informações sobre as instituições e acervos foram levantadas ao longo desta investigação. Por meio do levantamento das instituições mantenedoras de acervos documentais sobre a Irmandade, foi possível elaborar o quadro a seguir, a sinalizar a identificação de futuras possibilidades.

Quadro 1 – Distribuição do acervo documental sobre a Irmandade da Boa Morte

INSTITUIÇÃO	TIPO DE MATERIAL	TIPO DE INSTITUIÇÃO	LOCAL	SITE	REDES SOCIAIS
Fundação Pierre Verger	Documentos fotográficos	Instituição Privada	Salvador Bahia – Brasil	http://www.pierreverger.org/br	https://www.facebook.com/FundacaoPierreVerger/
Instituto Carybé	Desenhos	Instituição Privada	Salvador Bahia – Brasil		https://www.facebook.com/InstitutoCarybe/
IPAC ² Arquivo Histórico & Fotográfico	Documentos textuais, fotográficos e audiovisuais	Instituição Pública	Salvador – Bahia - Brasil	http://www.ipac.ba.gov.br/	https://www.facebook.com/ipacba/
Centro Cultural Irmandade da Boa Morte	Documentos textuais, fotográficos e audiovisuais	Instituição Pública	Cachoeira – Bahia - Brasil		
Adenor Gondim	Documentos fotográficos	Acervo pessoal	Salvador – Bahia - Brasil		Páginas pessoais, porém, algumas fotografias estão em álbuns abertos ao público
IPHAN ³	Documentos textuais, fotográficos e audiovisuais	Instituição Pública	Brasília – Distrito Federal - Brasil		http://portal.iphan.gov.br/
IRDEB ⁴	Documentos fotográficos e audiovisuais	Instituição Privada	Salvador – Bahia - Brasil		https://www.irdeb.ba.gov.br/

² Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁴ Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB).

Biblioteca Pública do Estado da Bahia	Documentos textuais e audiovisuais	Instituição Pública	Salvador – Bahia - Brasil	http://acervo.fpc.ba.gov.br/pergamum/biblioteca/index.php	
Arquivo Público Municipal	Documentos textuais e audiovisuais	Instituição Pública	Salvador – Bahia - Brasil	http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/	
Arquivo da Cúria Metropolitana	Documentos textuais e audiovisuais	Instituição Pública	Salvador – Bahia - Brasil	https://arquiديوocesalvador.org.br/tag/curia-metropolitana-de-salvador/	
Geledés: Instituto da Mulher Negra	Documentos textuais e audiovisuais	Instituição Privada	São Paulo - São Paulo - Brasil		
Coleção Pirelli / MASP ⁵ de Fotografia	Documentos fotográficos e exposições de fotografos	Instituição Privada	São Paulo – São Paulo - Brasil	https://colecao.pirellimaspart.br	
Alma Fotogaleria	Documentos fotográficos	Instituição Privada	Salvador – Bahia - Brasil	https://www.almafotogaleria.com.br/adenor-gondin	
Museu Carlos Costa Pinto	Artes visuais	Instituição Privada	Salvador – Bahia - Brasil		https://www.facebook.com/Museu-Carlos-Costa-Pinto-100442406725440/
CEAO/UFBA ⁶	Documentos textuais	Instituição Pública	Salvador – Bahia - Brasil	http://www.pergamum.bib.ufba.br/pergamum/biblioteca/index.php	

⁵ Museu de Arte de São Paulo (MASP).

⁶ Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) – Universidade Federal da Bahia (UFBA).

UEFS ⁷ - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Documentos textuais	Público	Feira de Santana – Bahia - Brasil	http://tede2.uefs.br:8080/	
UFRB ⁸ - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Documentos textuais	Público	Cruz das Almas – Bahia - Brasil	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/	
UESC ⁹	Documentos textuais	Público	Ilhéus – Bahia - Brasil	http://www.biblioteca.uesc.br/pergamum/biblioteca/index.php	
UESB ¹⁰	Documentos textuais	Público	Jequié – Bahia - Brasil		
UEFS	Documentos textuais	Público	Feira de Santana – Bahia - Brasil		
UNEB ¹¹	Documentos textuais	Público	Salvador – Bahia - Brasil	http://www.biblioteca.uneb.br/pergamum/biblioteca/index.php	
Portal de Periódicos UFBA	Documentos textuais	Público	Salvador – Bahia – Brasil	https://portal.seer.ufba.br/	
Repositório Institucional UFBA	Documentos textuais e audiovisuais	Público	Salvador – Bahia – Brasil	https://repositorio.ufba.br/ri/	

⁷ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁸ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

⁹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

¹⁰ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

¹¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Documentos textuais	Público	Brasília – Distrito Federal – Brasil	http://bdtd.ibtict.br/vufind/	
Roberto Farias	Documentos fotográficos	Privado	Salvador – Bahia - Brasil		https://www.flickr.com/photos/robertofaria/
Fundação Hansen	Documentos fotográfico, vídeos e exposições	Instituição Pública	Cachoeira – Bahia - Brasil		https://www.facebook.com/hansenbahia.org/
Ayrson Heráclito	Artes visuais	Privado	Cachoeira – Bahia - Brasil	http://www.remio pipa.com/pag/ayrson-heraclito/	
Arquivo de Som e Imagem Dalva Damiana de Freitas	Documentos audiovisuais	Público	Cruz das Almas – Bahia - Brasil	http://cultura digital.br/arquivodalvadamianadefreitas/o-projeto/	
NUDOC ¹²	Documentos textuais e audiovisuais	Público	Cachoeira – Bahia – Brasil		https://www.facebook.com/ufrbnudoc/?tn-str=k*F

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras

4 PONTO DE PARTIDA: IDENTIDADE DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE

Dialogar aqui sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nos reporta as tantas tradições culturais de Portugal e de outros países da Europa, dos quais o Brasil herdou significantes traços sociais em sua formação enquanto nação particularmente destacada e original, de grande dimensão territorial como também de diversidade social, está destacada pela pluralidade de cultura, etnia, rituais, entre outros aspectos a permitirem variedade essencial ao processo de conquistas da tolerância, mesmo quando há diferenças, enriquecedora culturalmente ao país continental Brasil. Observa-se na diversidade social o exercício da tolerância a diferentes religiões, grupos étnicos, gêneros, valores, ritmos de aprendizagem entre outros conceitos frutos da construção de uma nação.

O padrão cultural que temos como “correto” é ditado por diversas instituições e grupos com capacidade de influenciar um grande número de pessoas. Se todos temos direito a diversidade e igualdade, devemos também receber uma educação que nos traga

¹² Núcleo de Memória e Documentação do Recôncavo (NUDOC).

novos conceitos, novas experiências com as diferentes culturas e informações sobre esse universo desconhecido (FIEL, 2017, p.1).

Neste espaço, as memórias documentais formadoras da Irmandade da Boa Morte, e sua influência sócio-histórica-cultural, apresentam descrição geográfica da cidade de Cachoeira (resistente às tropas portuguesas, durante o processo de Independência do Brasil), na tentativa de apresentar o locus no qual está inserida a Irmandade, passando por uma descrição criteriosa da relevância historiográfica da Boa Morte, seus ritos, hierarquia, dupla-pertença, teias e redes de sociabilidade, missão, visão de mundo. No sentido do enquadramento da memória, Pollak (1989, p. 9), apontou:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

Determinadamente, não haveria possibilidade de falar de memória sem contextualizar conceitos de monumentos, herança do passado e suas relações com os documentos. Le Goff (1990, p.535) estabelece reflexão pertinente ao que esta pesquisa se propõe revisitar.

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos.

Dessa forma, os arquivos e as memórias documentais descrevem a herança do passado e, os documentos transparecem o passado fazendo-o presente com riqueza na descrição da temporalidade, seja individual ou coletiva. E ao ponto de chegada desta investigação destacou-se a objetividade de reconhecer nos acervos documentais a capacidade do encontro com o ponto de partida a partir de escavações teóricas, conceituais acerca de uma das mais importantes manifestações culturais do Brasil, em seu saber refletido circunscripto da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, mais conhecida Irmandade da Boa Morte. Duarte (2006-2007, p. 142), acrescentou:

O arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. A memória só é pensável como arquivo quando se pretende determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória.

Como arremate, Bellotto (2014, p. 181), apresenta reflexão sobre o papel do arquivo como instrumento de cidadania “seja nos aspectos dos direitos e dos deveres do homem comum, da população em geral, seja nos aspectos desse mesmo segmento social no que concerne à sua informação e participação sociocultural”.

Tempo maior seria necessário para estabelecer outros diálogos à construção e à desconstrução de citações pertinentes ao objeto de estudo desta investigação, pelo seu teor de relevância e pelo ensejo de lançar mão aos estudiosos do patrimônio para o futuro do breve entendimento em torno da rica confraria Irmandade da Boa Morte – Cachoeira, Bahia, Brasil.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). **Decreto nº 12.227, de 2010**. Promove registro do bem de valor cultural que indica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/festa-da-boa-morte>. Acesso em: 15 set. 2019.

BARBOSA, Magnair Santos. Cachoeira: ponto de confluência do Recôncavo baiano. In: BAHIA. GOVERNO DO ESTADO. SECRETARIA DE CULTURA. **Festa da Boa Morte**. Salvador: IPAC, 2010. Cadernos do IPAC.

BARBOSA, Magnair Santos. Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: entre o Airê e o Orum. In: BAHIA. GOVERNO DO ESTADO. SECRETARIA DE CULTURA. **Festa da Boa Morte**. Salvador: IPAC, 2010. Cadernos do IPAC, 2.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1989.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CASTRO, Armando Alexandre. O patrimônio histórico-cultural e o turismo na Cidade Heróica de Cachoeira-BA: potencialidade x realidade. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 7, n. 11, set., 2005. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/503/547>. Acesso em: 10 set. 2019.

CORRÊA, Aureanice de Mello. Territorialidade e simbologia: o corpo como suporte Sígnico, estratégia do processo identitário da irmandade da Boa morte. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v.1, n. 1., p. 121-133, maio, 2008 – Dossiê Identidades Religiosas e História

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, I Série, v. 5/6, p. 141-151. 2006-2007.

FIEL, Carolina. **O que é Diversidade Social?** 2017. Disponível em: <https://pt.lifeder.com/o-que-e-diversidade-social/> Acesso em: 15 set., 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão, et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, Luana Verena Nascimento. **Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte**. 2013. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/CD_DISSEluana.pdf. Acesso: 21 set. 2019.

MECENAS, Ane Luíse Silva. Sobre o divino manto de Maria: Mulheres africanas na procissão da Boa Morte em São Cristóvão oitocentista. **Revista Histórica on line**, São Paulo, n. 49, ago., 2011. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao49/materia02/>. Acesso em: 15 set., 2019

MOURA, Mariluce. TAVARES, Luís Henrique Dias. Uma guerra na Bahia. **Revista da FAPESP**, n. 119, jan.2006. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2006/01/01/uma-guerra-na-bahia/> Acesso em: 15 set., 2019

NASCIMENTO, Luíz Cláudio Dias do, ISIDORO, Cristiana. **Boa Morte em Cachoeira**. Cachoeira: Arembepe, 1988.

QUEIROZ, Ednalva. Metodologia. In.: Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa da Boa Morte**. Salvador: Fundação Pedro Calmon / IPAC, 2011.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAÍNT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris, França: J. P. Aillaud, 1845. t.1. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>. Acesso em: 18 set. 2019.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador, BA: Imprensa Oficial da Bahia, 1959. - 38 p.

SILVA, Livia Maria Baêta da., FREITAS, Joseania Miranda. **A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte**: uma perspectiva museológica e de gênero. I Enecult. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiviaMariaBaetadaSilva.pdf>. Acesso em: 18 set., 2019

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1974.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11ª Ed. Salvador: UNESP & EDUFBA, 2008.

VERGER, Pierre Fatumbi. A contribuição especial das mulheres ao candomblé do Brasil. In: VERGER, Pierre Fatumbi. **Artigos**. São Paulo: Corrupio, 1992.

Recebido/ Received: 29/12/2019	Aceito/ Accepted: 09/01/2020	Publicado/ Published: 15/01/2020
-----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ENTREVISTA



Professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes

Sabe-se da importância que o Arquivo tem na preservação da memória, da cultura e da história de pessoas, de instituições e de diferentes sociedades, por meio do armazenamento, tratamento, organização e acondicionamento devido dos documentos por ele guardados. Nessa edição tivemos o privilégio de entrevistar um profissional que sabe muito bem da relevância do arquivo em suas extensas e importantes pesquisas., o Professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes.

Grimaldo Zachariadhes é professor, pesquisador, Doutor em História, Política e Bens Culturais (FGV). Mestre em História (Ufba). Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre o Regime Militar (NERM) desde 2012 e membro da equipe editorial da Revista Perspectiva Histórica desde 2011. É organizador e autor de quatro livros: CEAS: Jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar, v.1 (2009); dura em debate (2015). Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS (2010), v. 2; Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência (2014); 1964: 50 anos depois: a ditadura em debate (2015).

Nessa entrevista o Professor elencou alguns pontos acerca da sua formação como Pesquisador e suas contribuições para os estudos sobre Arquivo, Religião, Ditadura Militar, Preservação Documental entre outros temas. Contudo, é notório a riqueza de informação que o entrevistado apresenta sobre os conteúdos abordados, além de enriquecer a Revista Fontes Documentais com seus relatos de experiências.

1. Quando começou seu interesse por Arquivos?

Foi durante as pesquisas do meu mestrado em história na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2005-2007. A falta de acervos oficiais sobre a Ditadura Militar no estado e a dificuldade de acesso a arquivos particulares de pessoas ou entidades era gritante. Logo percebi que para estudar a Ditadura na Bahia teria que percorrer a acervos fora do Estado. Ou seja, para estudar a Bahia eu tinha que sair do estado. É importante destacar que este problema é enfrentado também por pesquisadores de vários outros estados brasileiros. Esta dificuldade acabou me motivando a correr atrás desta documentação.

2. Qual a relevância dos Arquivos Acadêmicos para as pesquisas em História da Educação?

Especificamente sobre o período da Ditadura Militar, os órgãos de Informação – como o Serviço Nacional de Informação (SNI) - têm muitas informações sobre o ambiente escolar e universitário do período, já que a educação foi um dos setores que mais sofreu controle pelo Estado. Professores, alunos e funcionários eram constantemente monitorados. Uma outra vertente que queria destacar é

que a maioria dos estabelecimentos de ensino de educação básica, e até superior, não tem o costume de organizar seus arquivos para preservarem a sua memória. Temos que criar um hábito de estimular estes estabelecimentos de ensino que construam arquivos e tornem públicos esses acervos para pesquisadores e a população em geral. Nessa documentação tem muito da história da educação brasileira.

3. Diante do cenário político atual, qual sua opinião sobre a preservação documentação?

Se torna mais fundamental ainda. Neste momento histórico atual em que as Fake News imperam, o negacionismo se tornou algo comum na ciências humanas e grupos políticos querem construir novas narrativas que pretendem se fantasiar de “verdades”, os acervos podem ser um antídoto poderoso a tudo isso. São neles que os pesquisadores comprometidos se municiam de informações e revelam aquilo que os outros querem esquecer ou manipular. Por isso é muitíssimo importante uma política de preservação e difusão dos acervos no país. Eles guardam boa parte da nossa história.

4. Quais foram suas contribuições para o projeto “Memórias Reveladas” organizado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro?

O projeto Memórias Reveladas foi um projeto muito interessante de uma grande riqueza para os seus participantes. Ocorriam reuniões entre pesquisadores do período da Ditadura Militar de todo o país que procuravam auxiliar o Arquivo Nacional na tentativa de contribuir na divulgação dos estudos da Ditadura Militar e revelar as peculiaridades de seus estados. Foi uma experiência muito significativa. Ficou claro para mim como a Ditadura Militar foi vivenciada de formas distintas dependendo da região. O projeto militar foi mitigado ou intensificado dependendo dos interesses das elites locais dos estados ou regiões. Neste projeto eu levava as reuniões constantemente o problema que era para os estados do Norte-Nordeste a ausência de acervos sobre o período ditatorial. O acervo que o Arquivo Nacional detém é imenso e a instituição é uma grande aliada na preservação e divulgação desta memória.

5. Você é autor e organizou quatro livros bastante referenciados e valiosos sobre a Ditadura militar no Brasil e o engajamento de membros da igreja Católica. Como surgiu seu interesse sobre esses temas?

O meu interesse nos estudos da Ditadura Militar ocorreu devido à eu perceber que muito da nossa realidade atual é herança daquele período. Decisões e projetos políticos daquele momento ainda nos guiam ou pautam nossas decisões seja para apoiá-los ou refutá-los. Então para entender nossa realidade atual é preciso entender a Ditadura Militar. Sobre os estudos sobre a Igreja Católica foi uma escolha tardia e inesperada. Nunca pensei em estudar a Igreja. Só comecei a me interessar quando vislumbrei como um objeto de pesquisa para o mestrado. A ação da Igreja Católica no período ditatorial foi muito importante. Mas, uma vez que entrei nesta seara, me encantei e não sair desde então, e imagino que seguirei por muito tempo pesquisando a relação entre Igreja e política, que é um tema fascinante.

6. As suas pesquisas te levaram a percorrer vários Arquivos Públicos nacionais (na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro, entre outros). De que forma esses Arquivos contribuíram para sua pesquisa? Os documentos estavam digitalizados? Devidamente organizados? Estavam em catálogos para facilitar sua busca?

De fato fui a muitos estados atrás de documentação e a forma que eu encontrei essa documentação depende muito de cada instituição. O Arquivo Nacional, o Arquivo público do Estado de São Paulo e o CPDOC da FGV têm acervos extensos e que estão bem organizados e muito da documentação digitalizada. Os Arquivos públicos do Estado de Pernambuco, Rio de Janeiro e do Maranhão também têm

organização muito boa da documentação e já começaram a digitalizar muito dos seus documentos. Muitos Arquivos Estaduais – como o da Bahia - não tinham muita noção do que poderia ter desta documentação em suas respectivas instituições. Isto precisa de fato ser revisto o quanto antes. Se esse problema é gritante em Arquivos Estaduais imagine nos municipais. Muitas cidades do interior não têm arquivos que preservem a história do município e quando tem é gerido por pessoas que podem até ter boa vontade, mas que não são preparadas para isto. É comum as prefeituras tratarem a preservação de acervos como algo secundário, menor. Sei que a batalha é árdua, mas temos que lutar para alterar esta realidade.

7. Como historiador e preocupado com a preservação da memória sociocultural, qual a importância dos Arquivos públicos? De que maneira o Governo pode contribuir nesse sentido?

Como historiador, os arquivos – públicos e privados – são de onde tiro muitas das minhas fontes para a contar história do nosso país. O Arquivo Público é um dos lugares especiais para a preservação da nossa história para as futuras gerações. Eles têm função de recolher, preservar e conservar documentação originados no Governo - municipal, estadual e federal - e até de particulares. Sua função é lidar com estas informações de modo que possam ser oferecidas à sociedade. O acervo que eles guardam são registros da sociedade que ele está inserido e irão ajudar na construção de sua identidade e história. O Governo tem como obrigação apoiar a preservação e a disponibilização destes documentos como uma forma de ampliar a cidadania no país.

8. Como foi sua experiência na busca de documentos nos Arquivos na Colômbia?

Eu fui a Colômbia com o apoio de uma bolsa-sanduiche da CAPES para a pesquisa do meu doutorado que era sobre um Cardeal brasileiro, Dom Avelar Brandão Vilela. Fiz pesquisas no acervo do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), principal órgão da Igreja latino-americana e no Centro Bíblico Teológico Pastoral para América Latina y El Caribe (CEBITEPAL). Tive acesso a uma documentação secreta da instituição que trata dos conflitos da Igreja no continente. Tive acesso a muita documentação referente ao Brasil. Por exemplo, a documentação preservada demonstra a preocupação com a influência que a Teologia da Libertação tinha na Igreja brasileira e como o CELAM atuou junto ao Vaticano para tentar frear a Igreja brasileira.

9. Em suas pesquisas você faz muito uso da oralidade, por meio de entrevistas, e algumas até polêmicas em seu conteúdo. Quais os cuidados que você costuma realizar ao fazer entrevistas?

De fato é uma preocupação que tenho com o conteúdo das entrevistas que faço. Como as informações que obtenho podem comprometer os meus entrevistados, eu adotei uma norma pessoal. Se o conteúdo for importante e urgente para a minha pesquisa, e se eu imaginar que a informação possa trazer algum dissabor para o meu entrevistado, eu apenas falo da informação sem citar a fonte. Porém, é comum eu só revelar a informação apenas depois do falecimento do entrevistado. Com isso evito qualquer problema em vida para ele. Para um acadêmico, as entrevistas nunca devem ser utilizadas de forma sensacionalista e sim como uma ferramenta na ajuda da construção do conhecimento.

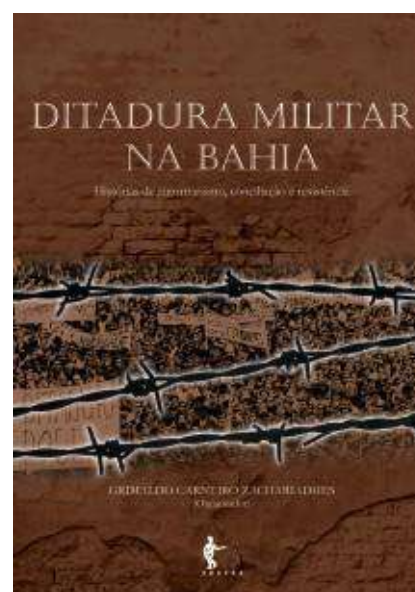
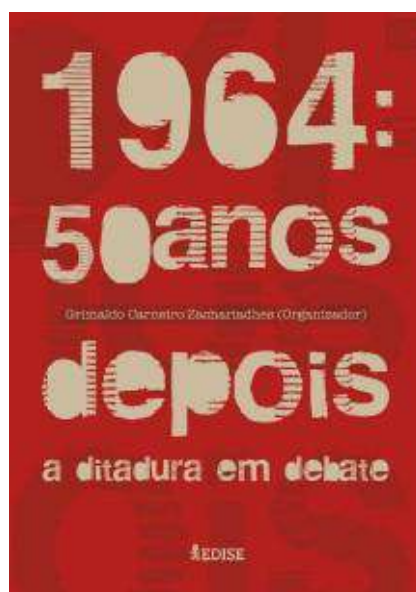
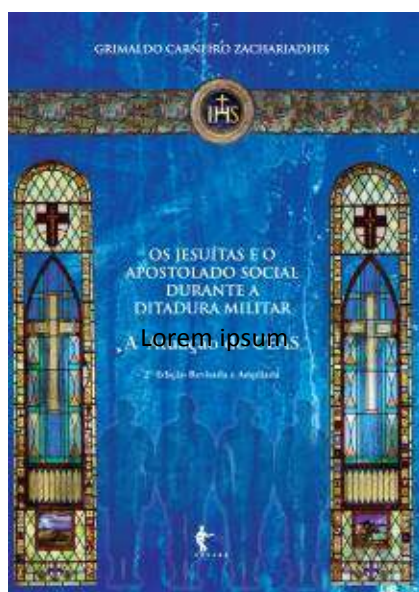
10. Fale um pouco sobre o projeto coordenado por você, “Resgate da História” que tem por objetivo mapear e coletar documentos sobre a Ditadura militar nos estados brasileiros. (Riscos, obstruções e curiosidades encontrados)

Com toda a dificuldade que eu encontrei para ter acesso a documentação sobre a Ditadura durante o mestrado comecei a mapear e coletar documentação referente ao período na Bahia e depois em

outros estados. Fotografei e fotocopiei muita documentação de entidades e arquivos privados e públicos. Em Arquivos que já tem a documentação digitalizada eu consegui muitas fontes. Muitas vezes pagando do meu próprio bolso. Hoje de fato tenho um arquivo particular muito amplo sobre o período ditatorial em vários estados do Nordeste e de outras regiões brasileiras. Espero que esta documentação sirva de incentivo as novas pesquisas. Mas, como sei que esta documentação trata de um período sensível de nossa história, existe um certo cuidado de algumas instituições de terem esta documentação. Eu já busquei disponibilizar parte da documentação que tenho para algumas universidades que não se mostraram nem um pouco interessadas em tê-las.

11. Quais as dificuldades enfrentadas por você durante suas pesquisas nos Arquivos Públicos, Privados ou Institucionais?

Os arquivos públicos, como o Arquivo do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e, principalmente, o Arquivo Nacional têm acervos riquíssimos e amplos de fácil acesso aos pesquisadores. Eles foram muito solícitos no acesso ao acervo. Muita documentação está digitalizada, o que ajuda o pesquisador deveras. Infelizmente, ainda é tímida a disponibilização pela internet desta documentação. Isto ajudaria a pesquisadores fora do estado a ter acesso a estas fontes. Muitos dos arquivos estaduais de outros estados e municipais, que tentei ter acesso, ou diziam que não tinham a documentação referente a Ditadura ou ela não estava catalogada. Não precisa nem dizer como isto atrapalha a pesquisa. O maior problema de acesso a acervos institucionais e privados é que se você não conhecer o detentor do acervo ou tiver alguém que te indique, provavelmente não terá acesso a esta documentação ou receberá ela de forma parcial. Teve um caso específico que o responsável sobre a documentação de um acervo institucional particular me disse que não tinha a fonte que eu pedir. Entretanto, eu tinha conseguido fotos desta documentação através de um outro pesquisador que teve acesso a ela antes de mim. Mais tarde fiquei sabendo que a pessoa responsável pelo acervo foi à internet e lendo minha produção bibliográfica sobre o meu objeto histórico, não concordou com a minha visão e por isso tratou de não me conceder acesso ao documento que eu queria. Foi um ato de censura, infelizmente muito comum para quem procura ter acesso a documentação em Arquivos.



Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2020 à **Andréia Bispo dos Santos**. Mestra em Educação e graduada em Pedagogia ambas pela UFS. Atua como Coordenadora Pedagógica (SEDUC/SE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior – GREPHES.

Agradecimentos ao Professor e Historiador **Grimaldo Carneiro Zachariadhes** pela disponibilidade, generosidade e carinho demonstrado ao conceder essa entrevista.